

Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 70 Nº 23245

DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINGA

TERÇA-FEIRA, 22 MAIO 90 60\$00

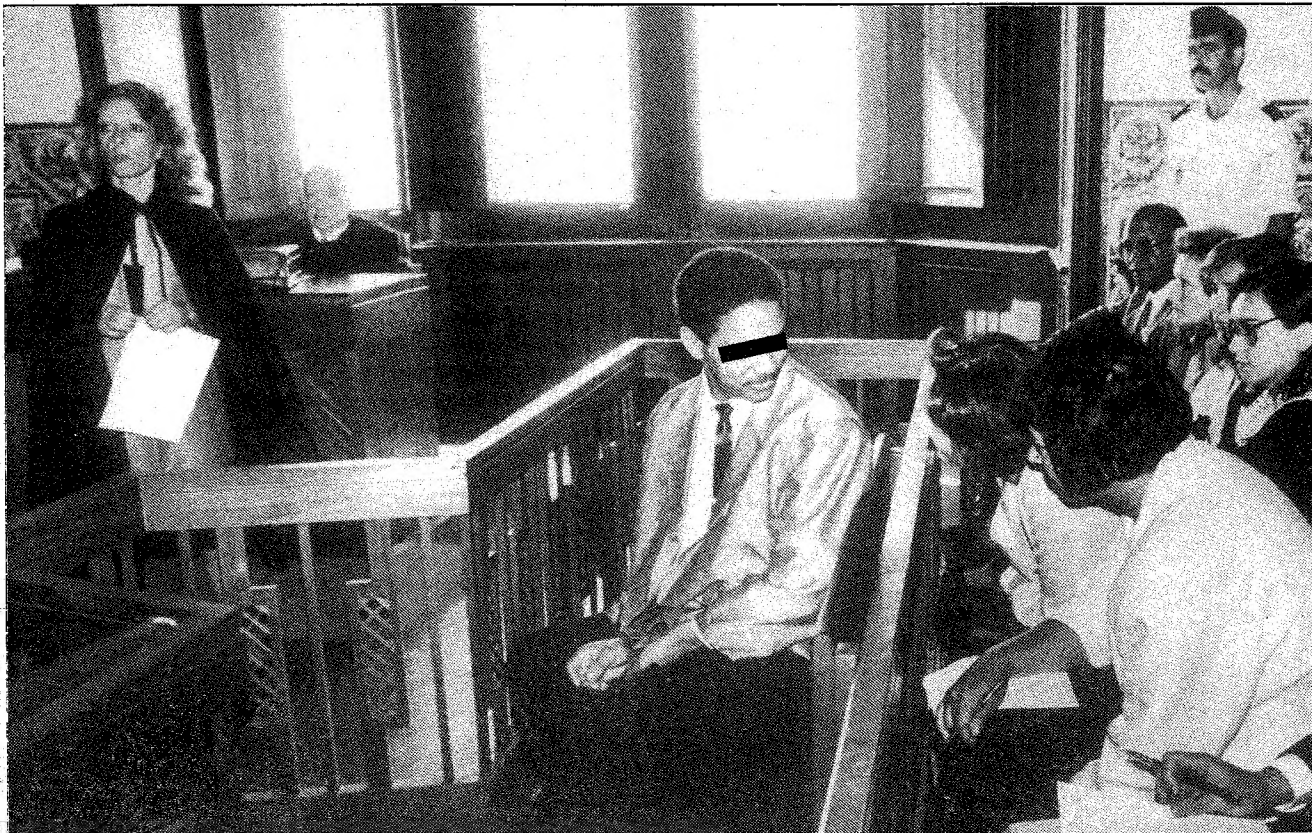
Jorge Sampaio ao DL

«A política explica-se»

Em vésperas do Congresso do Partido Socialista, Jorge Sampaio fala ao DL da sua maneira de fazer oposição. Aposta numa equipa, rigor e credibilidade são algumas linhas de força sempre presentes, quer nos fale de Saúde, financiamento dos partidos políticos, TV privada, revisão da lei eleitoral ou do mandato presidencial. Para

tudo, uma justificação: «A política explica-se. Explicam-se os impasses, explicam-se as possibilidades, explicam-se os êxitos, como se explicam os ... inêxitos». E se as lideranças «são sempre pessoais», Sampaio contrapõe um objectivo: «uma equipa solidária e apostada em vencer o mesmo desafio»

Págs. 2, 3, 4 e 5



Eurico Vasconcelos

O caso da violação de Cascais em tribunal O julgamento do chamado «Caso do violador de Cascais» principiou hoje de manhã no Tribunal desta vila, com a audição do réu. Este, Carlos Barros, de 25 anos, natural de Angola, acusado da violação e morte por estrangulamento, em Julho do ano passado, de uma cidadã inglesa, Victoria Thomas, reafirmou a sua inocência, posição que assume desde que foi detido. De acordo com ele, a iniciativa das relações sexuais que manteve com a inglesa foram da iniciativa dela e o assassinio obra de desconhecidos, por quem foi agredido na ocasião.

Jogadores do Benfica cobijados por clubes italianos

Do nosso enviado especial a Viena
Neves de Sousa

Viena é uma festa. O espírito latino de benfiquistas e milaneses deu-lhe um novo colorido. Mas a capital austríaca é também local de negócio, tendo-se transformado num mercado de futebol. A própria imprensa local dá conta das muitas movimentações bolsistas que envolvem os jogadores da equipa portuguesa.

Bem se pode dizer que, se quiser, o Benfica tem compradores para mais de metade da equipa e, nalguns casos, envolvendo valores dificilmente recusáveis. Por ora, no entanto, o pensamento de todos está voltado para o Estádio do Prater, o mesmo recinto onde os benfiquistas já conheceram

alguns êxitos e onde o Porto conquistou o seu título de campeão europeu. Um estádio que todos esperam continue talismã das turmas nacionais.

Págs. 26 e 27



Jovem trucidado na Linha de Sintra
Pág. 18

Combatentes esquecem feridas de África
Págs. 8 e 9

Portugal tem um racismo «envergonhado»
Pág. 18

«Um poeta afinado» na Cornucópia
Pág. 25

Lotaria Popular
1.º 037 792
2.º 386 112
3.º 486 466
4.º 017 309
Pág. 20

Hoje: Suplemento de Economia

Por causa da NATO

Portugal e Espanha travam-se de razões

Do nosso correspondente em Bruxelas José Rui Cunha

Portugal e Espanha estiveram à beira de um diferendo político grave em consequência de um protocolo secreto, assinado ontem em Bruxelas, e que confere um papel mais activo à componente militar da Espanha na NATO. Dos termos do protocolo, sabe-se apenas que a Armada espanhola foi encarregue de oito ou nove missões no âmbito da Aliança. Segundo fontes militares portuguesas,

foram os ministros da Defesa dos dois países os protagonistas deste conflito. Narcis Serra, com oito anos de exercício do cargo, achou por bem falar com Fernando Nogueira, há oito semanas titular da pasta, de uma forma que este não gostou. O contencioso terá tido a ver com a sobreposição de algumas zonas de influência, designadamente as Canárias.

Pág. 6

Automóvel: um amigo cada vez mais caro

Págs. 16 e 17

... e eis a evolução:

«Altifalantes
Som
Digital»



Representante em Portugal:

SOC. DE REP.
SANTOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA S.A.
Porto ☎ 9515003 • Lisboa ☎ 77 78 24

Em vésperas de um Congresso socialista em que surgirá como líder indiscutível, Jorge Sampaio define o estilo e o conteúdo de uma maneira diferente de fazer oposição, enquanto aguarda com tranquilidade o momento de vir a ser Governo. Dos grandes temas políticos às especificidades da sociedade portuguesa, esta entrevista traduz em palavras um olhar irónico e combativo

Jorge Sampaio lança ao PS o desafio da credibilidade

GRANDE ANGULAR

DL - Dificilmente poderia haver local politicamente menos adequado a um candidato a primeiro-ministro do que esta Câmara de Lisboa cercada por todos os lados, cheia de pesadas heranças...

JS - Penso exactamente ao contrário. Que teria acontecido se nada se tivesse verificado depois das eleições europeias? É um cenário interessante, que os analistas políticos podem pôr. O Partido Socialista, com as vitórias autárquicas que teve, e com o sentido da responsabilidade que vai demonstrando, mais uma vez reafirma que não foge às dificuldades. É um excelente teste para saber se é ou não é possível criar consensos activos na sociedade portuguesa e neste cosmos que é a cidade de Lisboa, e sabermos se não é possível demonstrar que se lançam as bases de fazer diferente. É um grande desafio. Um desafio com desgaste, evidentemente, mas essa é que é a novidade da situação política portuguesa. A nós era preciso isto, e a mim também.

DL - Mas, se daqui até às legislativas, as pessoas não sentirem a melhoria na sua relação com a cidade e no seu quotidiano isso vai ter custos elevados...

JS - Tudo depende de como se explicam as coisas. A política explica-se. Explicam-se os impasses, explicam-se as possibilidades, explicam-se os êxitos, como se explicam os inêxitos... E acho que essa fase se aproxima.

DL - Mas o seu assobramento, com toda a essência problemática, não o limita?

JS - A resolução das coisas não passa por uma pessoa só. Sem dúvida que uma pessoa protagoniza, não tenho sobre isso dúvida nenhuma, mas o que o PS certamente se convencerá é que tem de partir diversificado e unido para o combate global. E que o PS precisa de ter vários e conhecidos protagonistas na sociedade portuguesa, por grandes áreas de intervenção, e tem de se habituar à circunstância de que há muitas frentes de combate — no sentido positivo do termo, e não pejorativo —, e que elas todas têm de convergir para o mesmo objectivo. E qual é ele, no fim de contas? É dizer assim: são credíveis, e, depois de um percurso atribulado, que é o próprio do avanço político português, alcançaram na elaboração e nas suas propostas concretas, e são iden-

tificáveis, não apenas as propostas, mas as pessoas que as devem levar à prática. Há casos de manifesto sucesso nisso. Casos em que o PS conseguiu, e houve falhas nisso, identificar determinadas políticas com determinadas pessoas, e que essas pessoas surgiram como porta-vozes, e isso fez avançar o PS nessa área em termos de credibilidade, em termos de resposta pública. E isso é um trabalho que temos de fazer, e o sentido deste documento — Bases e Princípios para o Programa de Governo do PS — é ser um documento balizador, um documento de bases programáticas, de modo a que daqui se retire um conjunto de trabalhos imediatos e eficazes de aprofundamento e propostas concretas. Nós fizemos um grande percurso desde 1987 e chegou o momento de medirmos aquilo que têm de ser sempre as nossas referências em termos de valores por aquilo que são as exigências de governação, numa fase de integração europeia extremamente acelerada, e com um espaço de manobra que não é tão grande como às vezes se pensa. E, portanto, ou se constituem equipas e se tem iniciativa política, ou se têm algumas dificuldades.

DL - Deduzo do que disse que considera Portugal um País insuficientemente democrático?

JS - Devo dizer que acho que tem, e os editoriais do «DL» por vezes também apontam nesse sentido, um conjunto de direitos como talvez não haja outras na Europa ou no Mundo democrático, mas fortes carências no sentido do seu acesso e da sua aplicação...

DL - Nesse contexto, a sua estratégia passa por contrapor a uma liderança unipessoal um esquema de liderança colectiva, colegial?

JS - Liderança é sempre pessoal. O que tem que haver é uma equipa perfeitamente solidária e apostada em vencer o mesmo desafio, nas suas áreas respectivas de actuação. Não tenho sobre isso a menor dúvida. O meu percurso partidário, desde 1979, é um percurso em tempo record, balizado por nada menos que 4 actos eleitorais. Já não falo do primeiro Congresso em que fui eleito, e é em si mesmo um acto eleitoral, que decorre durante dois meses; seguiu-se imediatamente uma campanha para as eleições europeias, seis meses depois de chegar à liderança do par-

tido — é um primeiro teste, devia ser um pouco mais tarde, mas foi logo ali; segue-se outro, nas condições em que se segue, e preparamos para mais dois, presidenciais e legislativas. Em dois anos são quatro, o que deve ser quase um record europeu, neste sentido de permanente acto eleitoral que se vive. A eleição dos delegados nacionais é um contributo excelente para a vida partidária, para a protagonização partidária, tem de ser desenvolvida, tem de ser espalhada, diversificada.

identificar quem são os porta-vozes em áreas determinadas do Partido. Se não há credibilidade possível, se não, não se contrapõe ao senhor ministro tal a opinião do PS sobre essa matéria. Ninguém pretende hoje que se fale de tudo, não é possível.

DL - Em Inglaterra, o Governo-sombra está no Parlamento...

JS - Em Portugal não há essa experiência. Mas só dá vantagem. O PS, com o Correia de Campos, teve uma política para a Saúde; du-

tantes dificuldades em vencer essa barreira...

JS - Tem de se forçar. Acho que Portugal tem um deficit de participação muito grande. Dos corpos sociais, das instituições, daquilo a que se chama — não gosto da expressão, mas é a que se usa — a sociedade civil, que me parece ser ainda precária, embora emergindo com mais força do que tinha há seis ou sete anos... Essa evolução é algo de positiva, e cria aliás um problema complicado nos partidos políticos, que têm de a entender, e relacionar-se com ela. Temos de forçar essa ausência de comunicabilidade e de participação, e só se força com actuações concretas, é uma batalha como outra qualquer. É por isso que nós acabamos por ser, como sempre fomos, a favor das rádios independentes e livres e da televisão privada, porque a discussão sobre a televisão há dez anos não é a mesma hoje: não podemos fazer política sobre saber se passamos ou não trinta segundos num telejornal, e grande parte da nossa actuação ser em função disso. Não. Queremos competição, queremos diversidade, queremos concorrência. Não nos importa que haja um conjunto de ofertas muito mais diversificadas, que nos exija muito mais trabalho; estas coisas têm de se medir pela opinião das pessoas, e pelo confronto que permita às pessoas avaliar as situações. O problema não é bem esse: é que há uma vida parlamentar que pode e deve ser fortemente enriquecida e há uma vida da sociedade civil que o pode e deve ser também, e devemos fazer tudo para que seja assim, isso se torne possível, e isso pode ser feito pelos partidos políticos, se se souberem modernizar, abrir, relacionar-se com a sociedade, perceberem o que se passa, não continuarem fechados em querelas partidárias, deixando a sociedade passar ao lado; é um profundo desafio que se põe aos partidos. Não tenho dito outra coisa nos últimos dez anos...

DL - É pôr um Congresso a discutir um programa de Governo?

JS - Vocês imaginem lá o que estariam a dizer neste momento se não houvesse o programa de Governo para discutir no Congresso? Que era uma chachada, sem qualquer interesse... E se preso por ter cão e por o não ter... Então um partido que enceta um esforço, que diz

que é preciso fazer o Congresso, com uma base programática que permita seriamente enfrentar um programa de Governo, acham que isto é de somenos na vida política partidária? Quem fez isto antes de nós? Quem é que andou a discutir pelo País, de Norte a Sul, essas bases programáticas? Que são facilmente comparáveis nas duas versões, para se verem as melhorias introduzidas? Acho que é um desafio assumido por nós, que é altamente positivo, e que o Congresso é fundamentalmente isso. Claro que deve eleger os órgãos dirigentes, e há moções de estratégia, e que as pessoas discutiram. Houve confrontos interessantes. Senão não teria sido possível ter este vasto conjunto de alterações, e outros que a Comissão Política fez, porque as pessoas estudaram isto e meditaram. Há um longo trabalho a fazer, não se governa só com isto — mas não se governa sem isto... Essa primeira fase está à beira de ser ultrapassada, e isso mobilizou o partido, acho que foi positivo. Hoje é possível dizer-se que isto é um contributo numa evolução importante e que é uma forma séria de olhar para a política e fazer política em Portugal.

DL - Desculpe voltar atrás, mas há pouco disse que o caminho mais difícil, mas mais estimulante, era ser ao mesmo tempo presidente da Câmara e líder do principal partido de oposição. Mas não levanta isso certos problemas? O PS, como todos os partidos, precisa de financiamentos, e há uns sectores que trazem mais financiamentos que outros. Transportes e construção civil, por exemplo...

JS - Tem de se ser extremamente rigoroso...

DL - Enquanto presidente da Câmara, pode ser de certa forma feito refém pelo dinheiro que lhe é necessário enquanto candidato a primeiro-ministro...

JS - ... extremamente rigoroso nessa matéria. Extremamente rigoroso. Não há outro caminho. É preciso sair como se entrou... porque, de contrário...

DL - E isso não põe ponto final às expectativas de financiamentos?

JS - Não, não põe. Por uma razão extremamente simples... É por isso que a gente tem uma lei pronta há um ano que entregou agora. Há quanto tempo andamos com essa lei no bolso, não é? Porque achamos que é importante discutir esta ques-



Rui Vasco

«Liderança é sempre pessoal. O que tem de haver é uma equipa perfeitamente solidária e apostada em vencer o mesmo desafio, nas suas áreas respectivas de actuação»

Refro-me aos delegados nacionais que incorporam sectores da vida política, como o Correia de Campos para a Saúde, o Nuno Portas para as questões urbanas e municipais, como os que estão ligados à questão da participação e dos direitos, etc., a panóplia que, noutros países, se chamaria Governo-sombra, o que, em Portugal, é uma designação que caiu, às vezes pela nossa própria maladroitness, em situação difícil, mas a experiência prova que é absolutamente indispensável. O País tem de

rante este ano e meio foi oposição frontal e frequente e sempre teve alternativas.

Hoje toda a gente sabe que quando se quer saber do PS algo em matéria de Saúde, se dirige ao Correia de Campos. E isso é um caminho que tem de se fazer em numerosas áreas da política portuguesa.

DL - Voltando ao tema anterior, parece-nos que tem uma visão pessimista quanto à forma como a oposição pode participar na vida portuguesa. A sua intervenção estaria altamente condicionada, teria bas-

Um homem fleumático

«Se me entra um senhor qualquer e diz: Quero oferecer cinco mil contos ao PS», eu digo: «Faz favor!» Mas se me vêm dizer: «Tome lá isto, para depois decidir desta maneira, levam um ensaio de porrada.»

Com esta frase, e um muito repetido «É preciso ser muito rigoroso» de quem sabe que, do lado dos financiamentos, «não deixa de detectar tentações», respondeu Jorge Sampaio ao «DL» quando lhe falámos disso mesmo: do risco de se tornar refém dos dinheiros necessários.

Uma frase que é um programa. E, no entanto, a última coisa que alguém imagina Jorge Sampaio a fazer, é a dar, sequer a oferecer, «porrada» a alguém.

Ele, no entanto, diz de si, como o fez em «Auto-retrato» que publicámos, que tem «um comportamento calmo, mas uma alma apaixonada» — e admite que «seja esse comportamento, somado à ruivez, que leva outros a considerarem-me muito british».

O cabelo ruivo mereceu-lhe o epíteto de «cenoura» nos anos em que foi dirigente académico. Mas aquilo que normalmente referem aqueles que nessa altura conviveram com ele é «uma extraordinária capacidade de gerar consensos». Consensos que ele próprio diz, agora, querer ver se é possível criar «na sociedade portuguesa e neste cosmos que é a cidade de Lisboa».

Nascido para a política na campanha eleitoral de Humberto Delgado, em 1958, presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa no ano lectivo de 60/61, cabe-lhe no ano seguinte, enquanto secretário-geral da Reunião InterAssociações, a RIA, ser um dos dirigentes evidentes da chamada crise de 62 — uma luta que paralisou ao longo de meses as escolas da Universidade de Lisboa. Estava já então no ano de estágio, o que o poupou à expulsão sofrida por vários dos então seus camaradas.

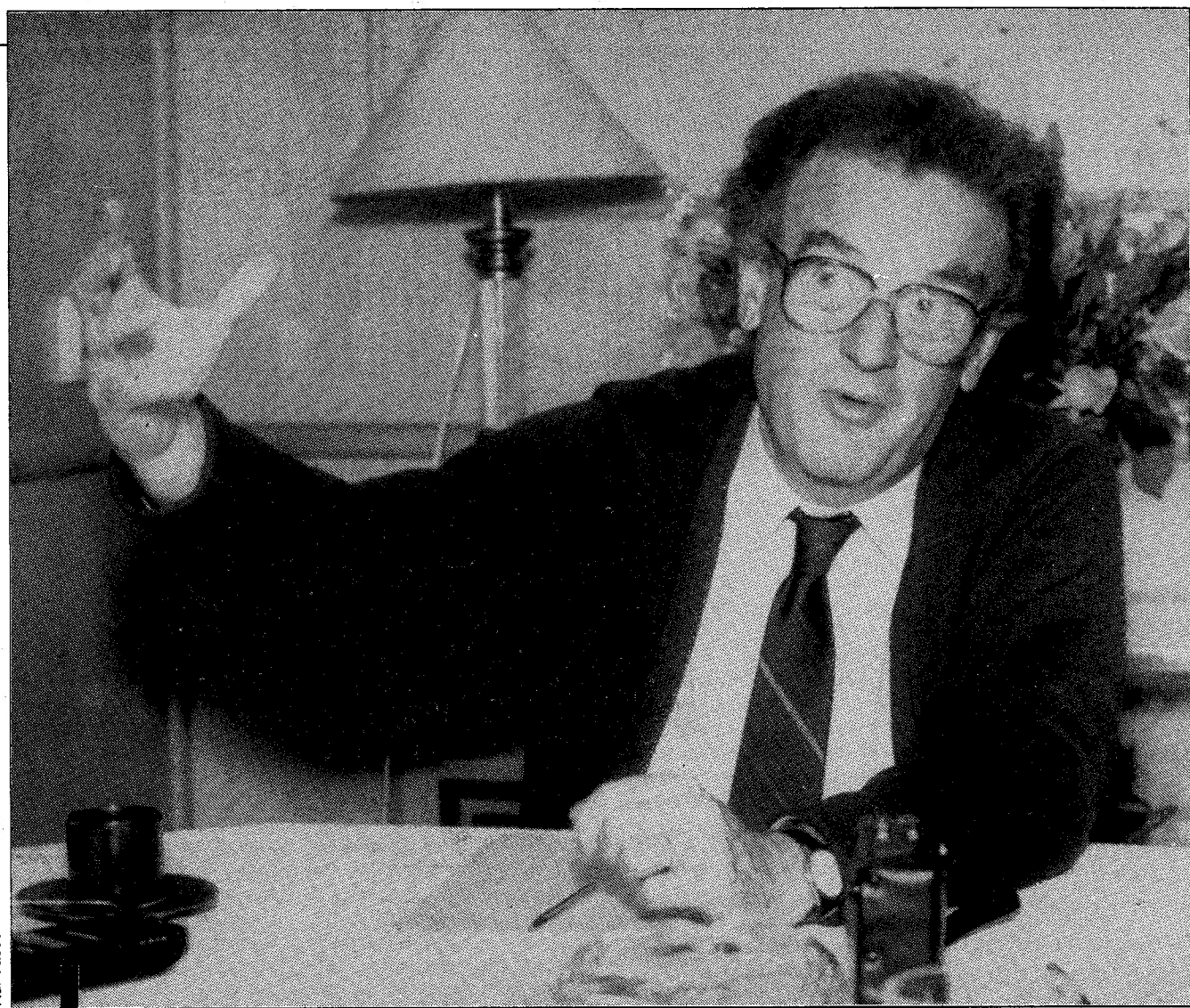
Colaborador, ainda nos anos 60, de revistas como «O Tempo e o Modo» e «Seara Nova», candidato pela CDE em 1969, fundou, após o 25 de Abril de 1974, o Movimento de Esquerda Socialista, de que viria a sair quando, em Dezembro do mesmo ano, passou a partido político. No ano seguinte, para além de ter sido secretário de Estado da Cooperação Externa do IV Governo provisório, fundou o GIS, Associação Política Intervenção Socialista. Em Fevereiro de 78, com vários dos membros do mesmo grupo, adere ao Partido Socialista, no qual, no ano seguinte, é eleito membro da Comissão Nacional, primeiro, e, depois, do Secretariado Nacional.

Eleito deputado em 1979, 80 e 85, suspende o mandato entre 85 e 86, volta a ser reeleito em 87, e passa de vice-presidente a presidente do grupo parlamentar. Em Janeiro de 89, o VIII Congresso do PS escolhe-o para secretário-geral, em substituição de Vítor Constâncio. No fim desse ano, numa decisão que na altura surgiu como surpreendente, apresentase como candidato à Câmara Municipal de Lisboa. Depois de uma campanha criticada como «morna», bate Marcelo Rebelo de Sousa por uma confortável diferença — ao mesmo tempo que o PS se coloca em primeiro lugar na votação autárquica.

Quase cinco meses depois, quando toda a gente parece convencida de que está a terminar o «estado de graça» que lhe foi concedido pelo eleitorado, responde: «Acho que se está a fazer trabalho correcto, trabalho estruturante, que é o que se vê menos. Acho que não tenho sido demagógico.» E a questões concretas tem a ousadia de responder: «Isso não sei, mas se perguntar ao vereador do pelouro, ele terá uma resposta.» Ainda aqui, como ele próprio diria, «muito british», para horror de alguns camaradas de partido que gostariam bem que ele «promettesse um viaduto, uma passagem desnivelada, qualquer coisa, mas saísse do silêncio».

O silêncio, como muitos se lembram, foi uma das causas da queda do seu antecessor como secretário-geral do PS. Mas isso não parece preocupar Sampaio. E quando se lhe diz que o que correr mal em termos de Câmara Municipal pode sair-lhe caro em termos de legislativas, ri-se e comenta: «Há uma coisa em que a gente tem de se entender! Eu nem sequer posso conceber que, por ter ganho uma eleição com a importância que teve a de Lisboa, esteja no banco dos réus e deva achar a desgraça máxima ter ganho.»

Fleumático, além de ruivo.



«O PS, com o Correia de Campos, teve uma política para a Saúde; durante este ano e meio foi oposição frontal e frequente e sempre teve alternativas»

tão... e hoje estou arrependido de uma coisa que quiz fazer e depois não fiz. Estive para, no dia 18 de Dezembro — e há várias pessoas, que sabem isso... Fizemos uma campanha relativamente modesta, de grande controlo, para Lisboa, da qual aliás não se ficou a dever absolutamente nada... e até se deu dinheiro, na parte relativa ao PS, ao Largo do Rato, para ir ajudando noutras misérias... Estive para dizer: «Meus senhores: nos termos legais, aquilo que eu podia gastar em Lisboa eram 700 contos. Aquilo que eu efectivamente gastei foi isto. Tomem lá as contas e punam-se se fazem favor.» Estive por um triz para fazer isto. E não fiz porque as contas gerais do fundo do PS são gerais, de todo o País, e era difícil distinguir umas contas das outras, legalmente isso não estaria previsto — mas não sei ainda se não o vou fazer. Sinceramente. Porque isso eu acho que era preciso alguém fazer. E é a homenagem que eu presto ao professor Freitas que diz, «Devo da campanha eleitoral» mais do que aquilo que declarou como sendo contas da sua campanha. O sistema português é um sistema absurdo, profundamente obscuro e que normalmente não são os próprios que têm de explicar. O PS é o único que, a) publica rigorosamente as suas contas; diz quanto deve na sociedade portuguesa no seu Congresso — vamos dizê-lo outra vez no próximo fim-de-semana —, e diz quais são os seus donativos. Não há ninguém que tenha um donativo entregue no PS que não leve um recibo. Isto pode dizer-se. Recibo com o carimbo do conselho de

gerência. Ninguém. Portanto... Se me entra um senhor qualquer que diz: «Quero oferecer ao PS cinco mil contos» eu digo «Se faz favor. Quem é?» «Joaquim Francisco.» «Joaquim Francisco. Entrou» e portanto isso aí é... Mas se me vêm dizer: «Tome lá isto para depois decidir desta maneira», levam um ensaio de porrada. Nunca fui assim, e muito menos agora, como toda a gente

Lopes Cardoso, dizia assim: «Isto está cortado! Não há cá cabimentos nenhuns para isso! Tenham paciência! Vão para a rua cumprimentar pessoas». No dia seguinte, mais uma lista. Tudo cortado. É verdade que ganhámos as eleições, sobrou dinheiro, tudo ficou pago...

DL - Além disso, para resolver alguns problemas em Lisboa, vai talvez ter de tomar medidas que afectam votantes



«Se me vêm dizer: tome lá isto para depois decidir desta maneira, levam um ensaio de porrada»

sabe, porque se eu gasto um selo mal gasto, vem no «Independente» — e por consequência, não estou para isso. Por formação... Aliás, confesso que a determinado momento da campanha autárquica para Lisboa, a gente esteve para a parar, porque não tinha dinheiro... E as iniciativas que se coram, quando vocês todos andavam a dizer «não têm dinamismo»? Porque é que não tinha? Porque todos os dias o nosso tesoureiro, o

PS... Na habitação, por exemplo...

JS - Há uma coisa que a gente tem de se entender: eu nem sequer posso conceber que, por ter ganho uma eleição, com a importância que teve a de Lisboa, que teve um cariz manifestamente nacional, eu estou de repente no banco dos réus, e devo achar que é a desgraça máxima ter ganho... Pelo contrário! Acho que é extremamente estimulante! do ponto de

vista geral, do PS, do meu, daquilo que se pode fazer... daquilo que se não pode fazer, da forma como se explica tudo isto... A gente tem de ter bom senso e explicar que há coisas que dependem da legislação geral do País... Acabámos de apresentar ao Governo a necessidade de se meditar que indemnizações é que se podem dar aos inquilinos de prédios que vão ruindo porque o senhorio não faz obras nenhuma, estamos aliás a dizer que é preciso implementar a recuperação de fogos para que se possam lançar fogos para arrendamento... Ainda não vi nenhum conflito de interesses deste tipo. Sinceramente. Não deixo de detectar algumas tentações por aí... Mas temos de resistir com força... Não podemos correr, nem por formação, nem por outra razão, nenhuma espécie de riscos...

DL - Há pouco, sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social, ia-lhe a perguntar o que é que pensa da herança que recebeu da revisão constitucional, em comparação com o Alto do Parque Eduardo VII...

JS - Nunca tinha pensado nessa comparação! Como fui líder parlamentar até uma data altura, e depois tive a responsabilidade que tive, sou inteiramente solidário com as decisões do grupo parlamentar do meu partido sobre esta matéria. Acho que é importante haver uma Alta Autoridade, devo confessar... e que muitos ensaios sobre a sua composição, uns mais felizes que outros, acabariam sempre por dar uma coisa pensar, e isso é uma coisa que não podemos resolver... Porque as grandes coisas ganham-se quando se

continua na pág. 4

«Quem não protagoniza passa à margem dos grandes desafios do nosso tempo»

continuação da pág. 3

ganham as eleições legislativas... não quando se perdem. O veto do Presidente da República é inteiramente correcto quanto à composição em concreto, que nada obrigava fosse assim. Acho que houve uma adulteração daquilo que foi julgado necessário, com perfeita noção que as soluções em concreto podiam ser melhores ou piores. Isso foi um dos pontos debatidos pelo PS, e não foi dos mais pacíficos, como toda a gente sabe. O Governo governamentalizou demais, como era natural que fizesse...

DL - Mas não acha que o essencial já estava decidido na revisão constitucional?

JS - Estava decidido uma parte importante, não estava decidida a composição em concreto.

DL - Então, estrategicamente, o que é que isso significava? Que o PS, contra tudo o que era razoável prever, preferia que fosse o Partido Social-Democrata a conduzir o processo de privatização da televisão privada em Portugal? Pode-se deduzir isso, da forma como foi negociada a revisão constitucional?

JS - Não.

DL - Mas era a consequência lógica...

JS - Veja em que situação estávamos agora se não tivéssemos tido a ressalva de que a Lei Eleitoral era para ser aprovada por dois terços, e não por maioria, como era antigamente... Acho que isso é muito importante. Isso explica muitas coisas. Explica que a gente tem esperanças de vir a ser Governo e alterar aquilo que de mais escandaloso se tenha feito em vários desses domínios... É a experiência da Democracia.

DL - Se na Lei Eleitoral houve essa salvaguarda, não a houve na questão da televisão, como não a houve nas privatizações...

JS - Certamente terá acompanhado todo o esforço que fizemos, na lei das privatizações, em que corajosamente votámos contra - e olhem que é um voto difícil, saúdo o meu grupo parlamentar por o ter feito. Se fôssemos oportunistas, nós, que desencadeámos também esse processo e apresentámos essa lei primeiro, ter-nos-íamos abastido na lei final, mas não tivemos nenhum receio das consequências e, votámos contra a solução final, porque entendemos que o processo das privatizações não assegurava a necessária transparência, nem a salvaguarda de alguns aspectos que estão a verificar-se a todos os momentos, como, por exemplo, as cooperativas de jornalistas não conseguiram ganhar uma, o que para nós é lamentável. Mas nós somos a favor das privatizações. Somos a favor delas

num determinado tipo de processo que, a nosso ver, asseguraria e aumentaria a capacidade de transparência do processo. Não somos é Governo. E achamos, desde o princípio, que a sua decisão em concreto, para além da lei quadro, depende do Governo. Não deve ser parlamentarizada. É uma decisão do Governo.

DL - A sensação que fica é que o PS age como se estivesse dividido consigo próprio. No fundo, sente algum alívio em não ser Governo e em deixar que haja alguém que conduza esse processo, que se lhe afigura inevitável em termos de sociedade, mas contraditório com a própria convicção doutrinária...

JS - Penso que não. Acho que se esquece que apresentámos primeiro que o PSD o processo de revisão constitucional. Quem apresentou o primeiro projecto foi o CDS. A seguir foi o PS. E aí ficou claro o que é que nós pensávamos. Poderíamos ter feito de uma forma diferente: era, simplesmente, não termos feito nada. Ou ter posto uns artigosinhos para empalidecer. Assumimos um projecto de revisão constitucional que significa riscos em relação àquilo que sublinhou. Esses riscos foram voluntária e ideologicamente assumidos. Independentemente das controvérsias que as soluções em concreto obviamente merecem. Mas isso foi nosso. Não teríamos de o fazer dessa maneira. Discutiremos até ao fim da vida se o deveríamos ter feito até um certo ponto ou menos um bocado, mas acho que a opção é correcta, e deu uma profunda credibilidade ao Partido Socialista na sociedade portuguesa.

DL - Assiste-se a uma reconstituição de grupos económicos. Alguns antigos que se recompõem, outros novos que se constroem. O PS, se for Governo após as próximas legislativas, vai ter a atitude de fomentar o desenvolvimento desses grupos económicos?

JS - Sempre dissemos, desde o programa de 1987, que são precisos grupos nacionais fortes, com capacidade de apropriação tecnológica e científica, com capacidade de concorrência, que é preciso reestruturar o sector público e evidentemente que estamos interessados em que, nesta perspectiva de economia aberta, haja grupos nacionais fortes com capacidade de inovação, com capacidade de escolher o caminho certo para fazer vingar a verdadeira especialização produtiva portuguesa, que isso não se faça à custa de baixos salários, mas de acréscimo no domínio da formação e na vertente científica e tecnológica, e

achamos que só podemos competir eficazmente em economia aberta se houver grupos nacionais fortes, quer públicos, quer privados.

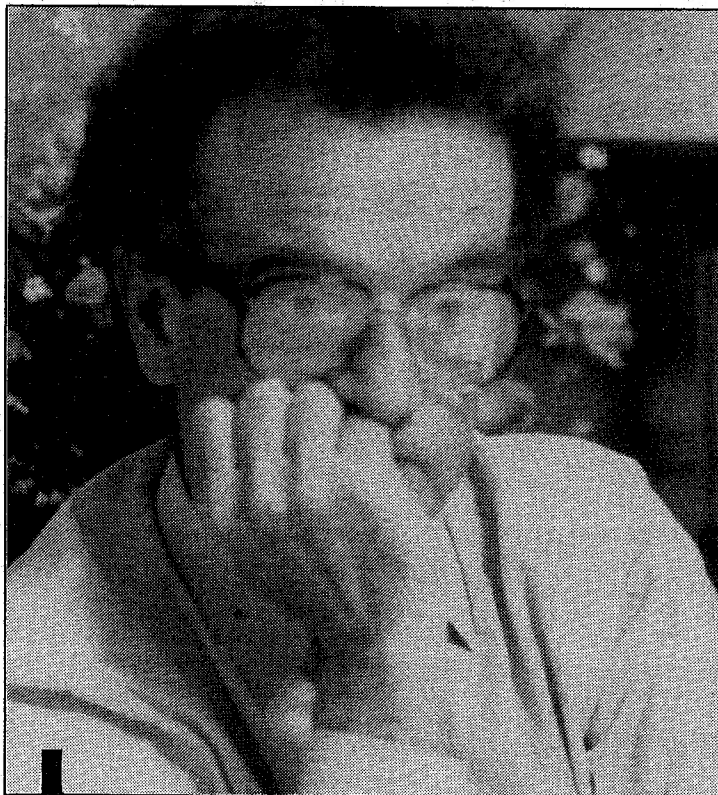
Serviço militar obrigatório

DL - Mais desprevenido que a diplomacia portuguesa perante o Leste terá ficado o Partido Socialista perante a proposta do ministro Fernando Nogueira de redução a quatro meses da duração do serviço militar obrigatório. Por um lado, parece a tradução interna de certos resultados analíticos sobre a situação internacional e, por outro, dá a impressão de algo que, por muita irritação que tenha provocado nos meios militares, parece ser amplamente compensador no plano eleitoral.

anúncio dessa proposta governamental. Acho que se respondeu correctamente a isso, de uma forma séria. Teria sido para nós, aliás, bastante mais fácil ter feito propostas desse estilo, com a naturalidade com que se acusa a oposição de não ter responsabilidades no Orçamento e coisas quejandadas. Não tem sido esse o nosso estilo, nomeadamente em matéria militar.

A Lei Eleitoral

DL - Tendo por base a ideia de uma certa ausência de iniciativa política da parte do Partido Socialista, constatamos que do lado do Governo apareceu uma proposta de reforma da Lei Eleitoral. Considera ou não que esta proposta de Lei Eleitoral é algo que está já implícito na



Rui Vasco

«Sempre dissemos, desde o programa de 1987, que são precisos grupos nacionais fortes, com capacidade de apropriação tecnológica e científica»

JS - Penso que o Partido Socialista respondeu com enorme seriedade a essa proposta, que no fundo nem sequer estava suficientemente estudada. Acho que aí se exprimem, de resto, dois estilos, de forma paradigmática. Algo para consumo imediato que capta sem dúvida o imaginário e algo que foi a resposta, que não deixa de ter a mesma importância do ponto de vista da tradução interna, mas que aparece com outra seriedade e outro estudo. Penso que isso resume a situação.

DL - Em termos de iniciativa política e tradução em termos de opinião pública, a sensação que se tem é que uma posição é compensadora e a outra não.

JS - Eu não tenho grandes dúvidas que os grandes das bancas jornalísticas e os meios de Comunicação Social foram atraídos pelo

Revisão Constitucional?

JS - Acho que não. Acho que a revisão da Lei Eleitoral só é imposta pela Revisão Constitucional no único e preciso ponto que é a redução do número de deputados de 240 a 250 para 230 a 235.

DL - Diz-se que esse foi um dos pontos de divergência, na altura da Revisão, entre o Presidente da República e o dr. Vítor Constâncio.

JS - Não faço ideia. Só cada um deles pode responder a isso.

DL - E no seu ponto de vista foi razoável a redução do número de deputados?

JS - Eu sempre pensei que a redução de deputados neste pequeno número não é suficientemente significativa. Fico sempre muito espantado quando, em matérias deste tipo, se pensa que a questão sem dúvida importante da aproximação entre

eleitores e eleitos se faz pela redução do número de deputados. Levando este argumento à sua evolução mais impressionante, chega-se exactamente à solução contrária, porque quanto maior for o número de eleitores, menor é a possibilidade de se conhecerem melhor. Isto parece-me tão óbvio que a própria alteração conduz necessariamente a esse resultado.

A única questão imposta pela Revisão Constitucional era a diminuição do número. A questão do círculo nacional foi introduzida como uma mera faculdade ou possibilidade e não como uma imposição.

DL - Acha positiva a introdução do círculo nacional?

JS - Neste momento, eu acho que não. E acho que tal como ele existe, tal como ele está, há uma contradição que me parece evidente entre diminuir o número de deputados e pretender criar um círculo nacional. Isto porque a soma das duas soluções vai comprometer o princípio da proporcionalidade. Tudo acrescentado à questão da engenharia eleitoral, penso que nos coloca na posição de podermos dizer que sob a imagem de uma bondosa necessidade de aperfeiçoar o sistema há uma engenharia eleitoral destinada a perpetuar este partido no poder. Se quiserem discutir profunda e seriamente o que deve ser feito para aprofundar a ligação entre os eleitores e os eleitos no quadro do sistema proporcional, que felizmente continua a ser uma garantia constitucional, então o PSD tem que aprovar as propostas que desde há três anos a esta parte o Partido Socialista tem feito, nesta matéria.

DL - OPS defende a lógica da bipolaridade?

JS - Eu sempre disse que não, que não era a minha lógica. O PS tem subido na sociedade portuguesa sem essa lógica e eu prefiro que ele suba pelo convencimento, pelo alargamento do seu espaço de influência e pelas suas propostas políticas que por jogos aritméticos de secretaria, a que ligo geometrias variáveis tendentes a secundarizar o debate político e a permitir soluções que não têm a ver com o aumento da força social e política dos partidos. Nunca usei a expressão «bipolarização», porque penso que ela falseia o debate político em Portugal. Sempre disse que tem que haver alternativa, tem que haver alternância, tem que haver dualismo na sociedade portuguesa. Isso significa que tem que haver de cada lado partidos fortes, que possam assumir

esse protagonismo, o que nada tem a ver com a redução ou com o menosprezo de quaisquer outros partidos na sociedade portuguesa. Ora esta lei tende a penalizá-los e se nós tivéssemos uma perspectiva egoísta, se fôssemos atrás da cenoura potencial que aqui está não teríamos já dito e vamos continuar a dizer no Congresso que não estamos de acordo com qualquer engenharia eleitoral ou com qualquer modificação deste tipo em vésperas de um acto eleitoral, com manifesto sacrifício dos pequenos partidos. Surpreende-me até que alguns tenham rapidamente advogado a bondade deste sistema e que, simultaneamente, nada se tenha dito sobre o funcionamento em concreto da Assembleia da República, o que se pode fazer para melhorar a «expertise» da ligação dos deputados aos seus círculos; que nada rigorosamente se tenha dito sobre a grande «démarche» do nosso tempo e do final deste século, que é saber como se desconcentra e se descentraliza em Portugal e como o Estado se relaciona com os seus cidadãos, quais os mecanismos destinados a assegurar essa efectiva participação.

Aí é que está a verdadeira reforma do Estado.

DL - No entanto parece inevitável que a proposta do Governo seduziu alguns sectores, também de esquerda...

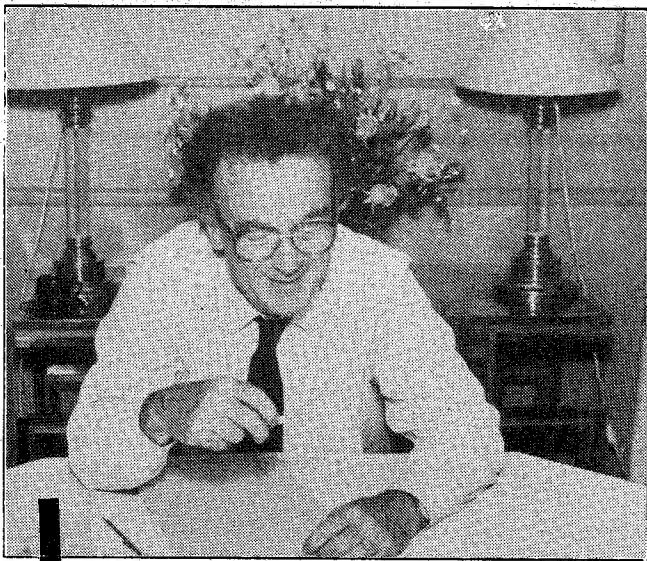
JS - Não tenho a menor dúvida sobre isso. Estou em desacordo com a forma como alguns assumiram tão rapidamente e com tanta clareza o sistema inglês de votação que tradicionalmente tem levado o Partido Liberal, nas eleições em que saiu mais beneficiado, a ter vinte por cento de votos e um por cento de deputados no Parlamento. Essa construção de referência é pura e simplesmente anticonstitucional. Nós estamos colocados no sistema proporcional, que é uma forma de contagem. Esse pode ser aperfeiçoado ou formulado de diversas maneiras, mas esse é o que existe. Dentro deste, é evidente que podem verificar-se várias leituras.

Não vamos fazer a Revisão da Revisão. Não penso ser esse o calendário político.

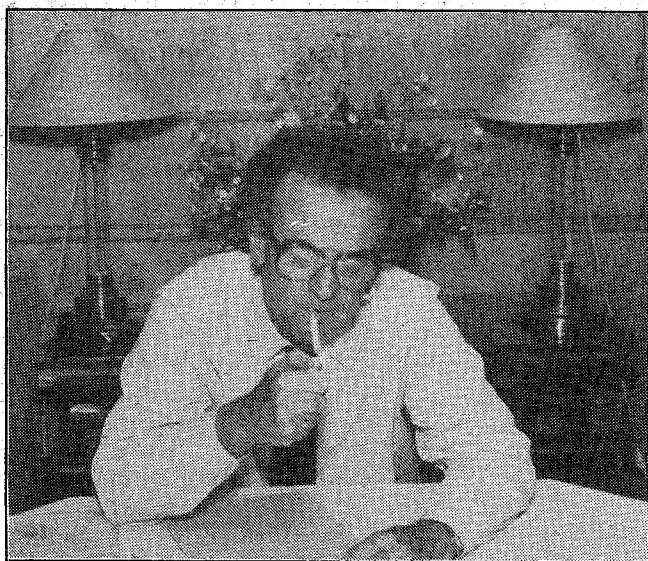
DL - A sua recusa da lógica da bipolarização parece afastá-lo da ideia geral que no fundo presidiu ao acordo de Revisão Constitucional.

JS - Acha que foi preciso qualquer esforço administrativo e de secretaria para o PS ser o primeiro partido depois das eleições autárquicas? Acha que alguém podia imaginar que o PSD tivesse 51 por cento dos votos em 1987?

DL - Dentro da lógica do actual sistema partidário e eleitoral, essa situação do PSD terá sido excepcional...



Rui Vasco



Rui Vasco



Rui Vasco

«Fico sempre muito espantado quando se pensa que a aproximação entre eleitores e eleitos se faz pela redução do número de deputados»

JS- Não vamos confundir o sistema proporcional com as ausências de prática efectiva dos direitos, ou as omissões e insuficiências dos mecanismos gerais de participação. Existem e é preciso incrementá-los.

Mas a verdade é que sempre foi possível fazer Governos em Portugal, que o sistema proporcional tal como existe em Portugal configurou uma representação parlamentar de capacidade. Somos, aliás, dos países europeus com menos partidos representados no Parlamento. Não vemos portanto nenhuma razão de substância para modificar aí o sistema tal como ele se exprimiu e com eventuais sacrifícios de algumas das suas componentes fundamentais.

O papel do Presidente

DL- O sistema eleitoral e o sistema partidário em geral também são uma componente do sistema mais vasto de articulação entre Governo e Presidente da República. A manutenção de um sistema com quatro polos fortes...

JS- São de força muito diferente.

DL- ... pode conduzir de algum modo ao reforço do papel do Presidente da República.

JS- O Presidente da República tem o papel que a Constituição lhe dá. Nem mais, nem menos.

DL- Que pode variar muito consoante as conjunturas.

JS- Não tenho a menor dúvida que a Constituição permite essa elasticidade.

DL- Num sistema de bipolaridade entre partidos políticos diminuiria necessariamente o papel do Presidente.

JS- Não sei se diminuiria, mas traria custos políticos. Penso que o País deve saber distinguir entre polos alternativos de poder na sociedade portuguesa, independentemente do que dentro desses polos se possa e deva fazer para congregar ou ter formas de articulação com o país real, com o país sociológico. O Partido Socialista tem que ter um diálogo à sua esquerda com que continua a designar-se por centro político. Não se ganha esse diálogo em termos aritméticos, em termos de secretaria. Eu não concibo que tendo havido um estilo de Presidente da

República que esse estilo tenha que mudar, porque acho que esse estilo está bem ancorado, enraizado, na prática constitucional recente, de que o País tem beneficiado.

É evidente que todos ambicionamos maiorias absolutas, eu digo isso na minha moção, porque acho que é um objectivo que o PS deve ter.

Uma das coisas que mudaram depois das eleições autárquicas é que passávamos a vida a responder à pergunta: «Que fará o Partido Socialista se for Governo, e com quem?»

Nunca se perguntou isto ao PSD. Pela primeira vez na história dos últimos dez anos deixou de perguntar isso ao PS, ou pelo menos teve que se perguntar aos dois, o que é uma alteração importante na vida portuguesa. Eu a isso respondo quando responder também o prof. Cavaco Silva. Quando lhe perguntaram isso na televisão, o que disse foi que não tinha resposta nenhuma e que se ia embora. Eu isso não digo. Se estiver nessa situação fico e vou à Assembleia ver o que me acontece. É esse o dever que teria em termos constitucionais.

DL- Se fosse primeiro-ministro achava desejável que o Presidente da República tivesse maior intervenção que aquela que tem tido durante os governos Cavaco Silva?

JS- Eu acho que o senhor Presidente da República tem tido as intervenções que tem achado necessárias, no quadro constitucional.

DL- Mas ele próprio tem expressado a ideia que no plano internacional essa intervenção tem sido mais reduzida.

JS- Isso talvez decorra da Revisão Constitucional de 1982. Sendo eu contra as diplomacias paralelas, acho positivo o protagonismo convergente e institucional, como no caso de Timor, e no caso mais evidente de potenciar o poder negocial de cada um, no plano da integração europeia que se adivinha.

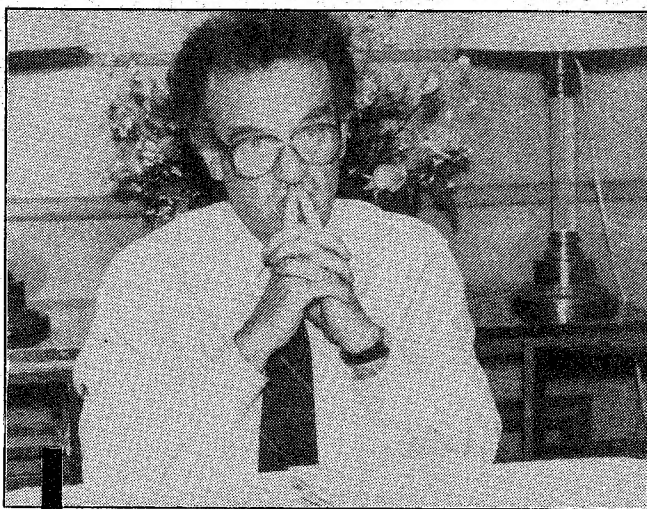
O PSD julga que foram o Governo do PSD e o PSD que aderiram à CEE. Foi o País.

O PSD pertence a uma família política no exterior que é contraditória com o seu título, enquanto partido, no interior. Há famílias

políticas europeias - a principal das quais é, no Parlamento Europeu, a socialista, há uma família democrata-cristã de grande importância, há outras famílias e tudo isso pode ser convergentemente accionado no sentido do que eu penso ser por um lado a construção europeia, e por outro a salvaguarda dos interesses profundos da vida portuguesa. Acho que uma visita de Estado do Presidente da República tem efeitos positivos para a política externa do País. Não é propriamente um passeio.

DL- O que é mais importante na negociação actual de Portugal com a CEE?

JS- Temos uma reivindicação,



Rui Vasco

«O PSD julga que foram o Governo do PSD e o PSD que aderiram à CEE. Foi o País»

cação, é que a vertente da coesão económica e social seja por nós assumida como essencial ao nosso desenvolvimento. Agora, tudo está em saber em que é que se estão a gastar certos fundos. Quando se diz que estamos a comprar ou a ver comprar coisas ao desbarato, vemos investimentos em curso que são de substituição, que não são de estruturação efectiva e reorganização efectiva, são factos que nos preocupam. Temos que incentivar uns e não incentivar outros. Não tenho sobre isso dúvidas nenhuma. Se olhar para o mundo rural nacional e verificar que sessenta por cento dos fundos estruturais foram recair em propriedades de mais de cem hectares e que as outras áreas de Portugal, que têm a maioria das

explorações portuguesas, não tiveram de facto uma parte mínima no bolo significativamente aumentado em relação ao anterior, nota-se que o panorama estrutural não se modificou. Isto significa que temos que ter políticas diversificadas nesse mundo rural, por exemplo.

DL- No final das bases programáticas, onde se referem as grandes questões de Estado, verificamos que não há uma referência a Macau.

JS- Não há uma referência a Macau?... Bom, também não há com certeza referência a muitas outras coisas, todos os militantes reclamaram o seu pedacinho concreto. Agora, sincera-

mente, não acho... O sistema jurídico-institucional de Macau está definido, não é matéria para discussão. Timor está bem, mas Macau?... Agora não descobrimos nessa ausência designios sinistros!

JS- Vou dar um pequeno exemplo em termos de participação. Nas sociedades anglo-saxónicas e de outro tipo parecido, as comunidades pequenas têm uma intervenção participativa, a começar pela escola do bairro, a seguir o liceu, no jornal que se publica, na obra que se faz. Quantos milhares de associações há para se fazerem as mais diversas coisas, nos mais diversos países?

Um exemplo português típico: está um buraco de três pedras em frente a uma casa, buraco em que várias senhoras torcem os tornozelos todos os dias. Quem vai tapar? Há-de ser alguém que vai fazer. Noutros sítios, é a rapaziada que vem com as pás, numa tarde, e diz: «O buraco está tapado, foi a comunidade que o tapou». Eu chamo a isto participar e isto pode alargar-se às mais diversas coisas.

DL- Até à política económica...

JS- Tudo o que se quiser. Este é um País curioso, com um clima excelente, onde se convive pouco. Utiliza-se pouco a rua, fala-se pouco, dedica-se pouca atenção ao próximo. Há ilhas de participação e de convívio, mas são ilhas. Num quadro geral, a malta gosta de se desenrascar. Na intervenção social, isso é típico. Hoje começam a surgir ideias de que a comunidade tem aí um papel fundamentalíssimo a representar e que não está tudo à espera que venha a Mis-

ericórdia, seja de que cidade for, para resolver esses problemas, ou que seja o Orçamento de Estado a fazê-lo.

DL- Se calhar, é isso que uma Câmara pode fazer, que é criar condições para que as pessoas se possam encontrar na rua...

JS- Vamos ver se os duzentos e tal espectáculos de animação pública durante as festas da cidade, nos mais diversos sítios de Lisboa, isso pode acontecer ou não.

DL- Só espectáculos? Isso não convida à passividade?

JS- Não convida nada! Temos que dar um salto. Se está uma praça deserta durante um ano inteiro e subitamente surgir um conjunto de iniciativas nessa praça, não vamos ser condenados por tê-las. Vamos ver como é que as pessoas reagem, que fase vai seguir-se a isso.

DL- Não lhe parece que esse termo «protagonista» tem um peso excessivo, que tanto pode ser protagonista como ser árbitro?

JS- Mas estamos a falar de quem? Do Presidente da República?

DL- Não, em geral, do Presidente da República ou de líderes políticos.

JS- Não há uma referência a Macau?... Bom, também não há com certeza referência a muitas outras coisas, todos os militantes reclamaram o seu pedacinho concreto. Agora, sincera-

mente, não acho... O sistema jurídico-institucional de Macau está definido, não é matéria para discussão. Timor está bem, mas Macau?... Agora não descobrimos nessa ausência designios sinistros!

JS- Vou dar um pequeno exemplo em termos de participação. Nas sociedades anglo-saxónicas e de outro tipo parecido, as comunidades pequenas têm uma intervenção participativa, a começar pela escola do bairro, a seguir o liceu, no jornal que se publica, na obra que se faz. Quantos milhares de associações há para se fazerem as mais diversas coisas, nos mais diversos países?

Um exemplo português típico: está um buraco de três pedras em frente a uma casa, buraco em que várias senhoras torcem os tornozelos todos os dias. Quem vai tapar? Há-de ser alguém que vai fazer. Noutros sítios, é a rapaziada que vem com as pás, numa tarde, e diz: «O buraco está tapado, foi a comunidade que o tapou». Eu chamo a isto participar e isto pode alargar-se às mais diversas coisas.

DL- Até à política económica...

JS- Tudo o que se quiser. Este é um País curioso, com um clima excelente, onde se convive pouco. Utiliza-se pouco a rua, fala-se pouco, dedica-se pouca atenção ao próximo. Há ilhas de participação e de convívio, mas são ilhas. Num quadro geral, a malta gosta de se desenrascar. Na intervenção social, isso é típico. Hoje começam a surgir ideias de que a comunidade tem aí um papel fundamentalíssimo a representar e que não está tudo à espera que venha a Mis-

ericórdia, seja de que cidade for, para resolver esses problemas, ou que seja o Orçamento de Estado a fazê-lo.

DL- Se calhar, é isso que uma Câmara pode fazer, que é criar condições para que as pessoas se possam encontrar na rua...

JS- Vamos ver se os duzentos e tal espectáculos de animação pública durante as festas da cidade, nos mais diversos sítios de Lisboa, isso pode acontecer ou não.

DL- Só espectáculos? Isso não convida à passividade?

JS- Não convida nada! Temos que dar um salto. Se está uma praça deserta durante um ano inteiro e subitamente surgir um conjunto de iniciativas nessa praça, não vamos ser condenados por tê-las. Vamos ver como é que as pessoas reagem, que fase vai seguir-se a isso.

DL- Não lhe parece que esse termo «protagonista» tem um peso excessivo, que tanto pode ser protagonista como ser árbitro?

JS- Mas estamos a falar de quem? Do Presidente da República?

DL- Não, em geral, do Presidente da República ou de líderes políticos.

JS- Não há uma referência a Macau?... Bom, também não há com certeza referência a muitas outras coisas, todos os militantes reclamaram o seu pedacinho concreto. Agora, sincera-

mente, não acho... O sistema jurídico-institucional de Macau está definido, não é matéria para discussão. Timor está bem, mas Macau?... Agora não descobrimos nessa ausência designios sinistros!

JS- Vou dar um pequeno exemplo em termos de participação. Nas sociedades anglo-saxónicas e de outro tipo parecido, as comunidades pequenas têm uma intervenção participativa, a começar pela escola do bairro, a seguir o liceu, no jornal que se publica, na obra que se faz. Quantos milhares de associações há para se fazerem as mais diversas coisas, nos mais diversos países?

Um exemplo português típico: está um buraco de três pedras em frente a uma casa, buraco em que várias senhoras torcem os tornozelos todos os dias. Quem vai tapar? Há-de ser alguém que vai fazer. Noutros sítios, é a rapaziada que vem com as pás, numa tarde, e diz: «O buraco está tapado, foi a comunidade que o tapou». Eu chamo a isto participar e isto pode alargar-se às mais diversas coisas.

DL- Até à política económica...

JS- Tudo o que se quiser. Este é um País curioso, com um clima excelente, onde se convive pouco. Utiliza-se pouco a rua, fala-se pouco, dedica-se pouca atenção ao próximo. Há ilhas de participação e de convívio, mas são ilhas. Num quadro geral, a malta gosta de se desenrascar. Na intervenção social, isso é típico. Hoje começam a surgir ideias de que a comunidade tem aí um papel fundamentalíssimo a representar e que não está tudo à espera que venha a Mis-

ericórdia, seja de que cidade for, para resolver esses problemas, ou que seja o Orçamento de Estado a fazê-lo.

DL- Se calhar, é isso que uma Câmara pode fazer, que é criar condições para que as pessoas se possam encontrar na rua...

JS- Vamos ver se os duzentos e tal espectáculos de animação pública durante as festas da cidade, nos mais diversos sítios de Lisboa, isso pode acontecer ou não.

DL- Só espectáculos? Isso não convida à passividade?

JS- Não convida nada! Temos que dar um salto. Se está uma praça deserta durante um ano inteiro e subitamente surgir um conjunto de iniciativas nessa praça, não vamos ser condenados por tê-las. Vamos ver como é que as pessoas reagem, que fase vai seguir-se a isso.

ericórdia, seja de que cidade for, para resolver esses problemas, ou que seja o Orçamento de Estado a fazê-lo.

DL- Se calhar, é isso que uma Câmara pode fazer, que é criar condições para que as pessoas se possam encontrar na rua...

JS- Vamos ver se os duzentos e tal espectáculos de animação pública durante as festas da cidade, nos mais diversos sítios de Lisboa, isso pode acontecer ou não.

DL- Só espectáculos? Isso não convida à passividade?

JS- Não convida nada! Temos que dar um salto. Se está uma praça deserta durante um ano inteiro e subitamente surgir um conjunto de iniciativas nessa praça, não vamos ser condenados por tê-las. Vamos ver como é que as pessoas reagem, que fase vai seguir-se a isso.

DL- Não lhe parece que esse termo «protagonista» tem um peso excessivo, que tanto pode ser protagonista como ser árbitro?

JS- Mas estamos a falar de quem? Do Presidente da República?

DL- Não, em geral, do Presidente da República ou de líderes políticos.

JS- Não há uma referência a Macau?... Bom, também não há com certeza referência a muitas outras coisas, todos os militantes reclamaram o seu pedacinho concreto. Agora, sincera-

mente, não acho... O sistema jurídico-institucional de Macau está definido, não é matéria para discussão. Timor está bem, mas Macau?... Agora não descobrimos nessa ausência designios sinistros!

JS- Vou dar um pequeno exemplo em termos de participação. Nas sociedades anglo-saxónicas e de outro tipo parecido, as comunidades pequenas têm uma intervenção participativa, a começar pela escola do bairro, a seguir o liceu, no jornal que se publica, na obra que se faz. Quantos milhares de associações há para se fazerem as mais diversas coisas, nos mais diversos países?

Um exemplo português típico: está um buraco de três pedras em frente a uma casa, buraco em que várias senhoras torcem os tornozelos todos os dias. Quem vai tapar? Há-de ser alguém que vai fazer. Noutros sítios, é a rapaziada que vem com as pás, numa tarde, e diz: «O buraco está tapado, foi a comunidade que o tapou». Eu chamo a isto participar e isto pode alargar-se às mais diversas coisas.

DL- Até à política económica...

JS- Tudo o que se quiser. Este é um País curioso, com um clima excelente, onde se convive pouco. Utiliza-se pouco a rua, fala-se pouco, dedica-se pouca atenção ao próximo. Há ilhas de participação e de convívio, mas são ilhas. Num quadro geral, a malta gosta de se desenrascar. Na intervenção social, isso é típico. Hoje começam a surgir ideias de que a comunidade tem aí um papel fundamentalíssimo a representar e que não está tudo à espera que venha a Mis-

ericórdia, seja de que cidade for, para resolver esses problemas, ou que seja o Orçamento de Estado a fazê-lo.

DL- Se calhar, é isso que uma Câmara pode fazer, que é criar condições para que as pessoas se possam encontrar na rua...

JS- Vamos ver se os duzentos e tal espectáculos de animação pública durante as festas da cidade, nos mais diversos sítios de Lisboa, isso pode acontecer ou não.

DL- Só espectáculos? Isso não convida à passividade?

JS- Não convida nada! Temos que dar um salto. Se está uma praça deserta durante um ano inteiro e subitamente surgir um conjunto de iniciativas nessa praça, não vamos ser condenados por tê-las. Vamos ver como é que as pessoas reagem, que fase vai seguir-se a isso.

DL- Não lhe parece que esse termo «protagonista» tem um peso excessivo, que tanto pode ser protagonista como ser árbitro?

JS- Mas estamos a falar de quem? Do Presidente da República?

DL- Não, em geral, do Presidente da República ou de líderes políticos.

JS- Não há uma referência a Macau?... Bom, também não há com certeza referência a muitas outras coisas, todos os militantes reclamaram o seu pedacinho concreto. Agora, sincera-

mente, não acho... O sistema jurídico-institucional de Macau está definido, não é matéria para discussão. Timor está bem, mas Macau?... Agora não descobrimos nessa ausência designios sinistros!

JS- Vou dar um pequeno exemplo em termos de participação. Nas sociedades anglo-saxónicas e de outro tipo parecido, as comunidades pequenas têm uma intervenção participativa, a começar pela escola do bairro, a seguir o liceu, no jornal que se publica, na obra que se faz. Quantos milhares de associações há para se fazerem as mais diversas coisas, nos mais diversos países?

Um exemplo português típico: está um buraco de três pedras em frente a uma casa, buraco em que várias senhoras torcem os tornozelos todos os dias. Quem vai tapar? Há-de ser alguém que vai fazer. Noutros sítios, é a rapaziada que vem com as pás, numa tarde, e diz: «O buraco está tapado, foi a comunidade que o tapou». Eu chamo a isto participar e isto pode alargar-se às mais diversas coisas.

DL- Até à política económica...

JS- Tudo o que se quiser. Este é um País curioso, com um clima excelente, onde se convive pouco. Utiliza-se pouco a rua, fala-se pouco, dedica-se pouca atenção ao próximo. Há ilhas de participação e de convívio, mas são ilhas. Num quadro geral, a malta gosta de se desenrascar. Na intervenção social, isso é típico. Hoje começam a surgir ideias de que a comunidade tem aí um papel fundamentalíssimo a representar e que não está tudo à espera que venha a Mis-

Entrevista conduzida por Adelino Cardoso, Diana Andringa, João Isidro e Mário Mesquita

POLÍTICA

Espanha não admite ordens

Conflito ibérico latente na NATO

Do nosso correspondente em Bruxelas

A Espanha passou a ter um papel mais activo na sua componente militar da NATO, encarregando-se de oito a nove missões consignadas num protocolo secreto assinado ontem, em Bruxelas. Antes do acto de assinatura e nas negociações que o precederam esteve iminente um diferendo político grave entre Portugal e Espanha.

Protagonistas deste «conflito», segundo fontes militares portuguesas, os ministros Fernando Nogueira e Narcis Serra. As mesmas fontes revelaram que as negociações entre Portugal e Espanha decorreram entre as delegações militares dos dois países, na sede da NATO, e mantiveram-se secretas. Os dois ministros da Defesa acompanharam todas as fases da negociação e dialogaram várias vezes. Foi neste contexto que surgiu o diferendo. Narcis Serra, com oito anos de exercício do cargo, achou por bem falar com Fernando Nogueira, há oito semanas titular da pasta, de uma forma que este não gostou. Segundo os militares, o contencioso teve a ver com a sobreposição de algumas zonas de influência, designadamente as Canárias.

Na sede da NATO, o ministro da Defesa espanhol disse que o seu país e Portugal iriam desenvolver «comités» de trabalho «para tratar das consequências» dos acordos. Respondendo a uma questão sobre o diferendo que teria ocorrido com Portugal, nomeadamente pelo facto do comando do Iberland

pertencer a um português, Narcis Serra afirmou: «Não temos que falar dos receios dos portugueses. Temos de agradecer a sua colaboração, bem como a dos franceses.»

O ministro português da Defesa, que se encontra em Bruxelas onde participou na reunião do Eurogrupo, representará Portugal hoje e amanhã na Sessão da Primavera do Comité dos Planos de Defesa (CPD). Não falou com os jornalistas portugueses, embora os esforços do «DL» nesse sentido se tivessem prolongado desde a hora do almoço até ao princípio da noite de ontem.

O general Soares Carneiro, também em Bruxelas, onde participou na reunião preparatória dos ministros da Defesa, escusou-se, através de um representante, a prestar declarações. Na óptica que foi comunicada, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas remetia-nos para o ministro da Defesa. Fontes da delegação portuguesa da NATO, onde se encontrava reunido ao fim da tarde Fernando Nogueira, disseram-nos que os protocolos assinados com a Espanha eram matéria confidencial. O ministro Narcis Serra confirmou-o, mas referiu que eles contemplavam oito ou nove missões de que se irá encarregar a Armada espanhola. Na filosofia do titular da pasta do país vizinho, as directivas traçadas não contemplam zonas marítimas nas missões específicas.

Adiantou que a contribuição espanhola na NATO tem a ver com as suas próprias zonas de interesse, mas não excluiu a hipótese de algumas



Fernando Nogueira está preocupado com o papel mais activo da Espanha na Nato

missões se realizarem fora das áreas de «influência» espanhola.

O problema das ordens

A Espanha entrou na Aliança Atlântica em 1982. Quatro anos mais tarde, um referendo dava o sim a essa opção, mas determinava que os espanhóis não deviam aceitar ordens de estrangeiros.

Foi em obediência a essa condicionante que o ministro espanhol esboçou toda a sua estratégia negocial com a NATO. Chegou mesmo a explicar aos jornalistas espanhóis, num briefing a que assistimos:

«Imaginemos que a NATO

nos encarrega de uma missão que consiste em recolher minas em águas, por exemplo, portuguesas. A coordenação é da Aliança, que comunica com Madrid. Daí saem as instruções para as suas unidades navais. É um barco espanhol que efectua essa missão específica. Em casos deste tipo, não há lugar a chefias de outras nacionalidades.»

Colocado perante a questão ao contrário, isto é, se os espanhóis encarariam a hipótese de dar ordens a oficiais portugueses, Narcis Serra referiu que os protocolos consignam missões específicas e traduzem um empenhamento maior da Espanha

na NATO.

Os dois acordos assinados ontem têm a ver com defesa aérea e com operações no Atlântico Oriental. Não foram divulgados mais pormenores sobre o seu conteúdo. Uma fonte da delegação de Portugal junto da NATO disse ao «DL»:

«Os acordos estão assinados e os interesses portugueses estão defendidos.»

Outra fonte militar portuguesa afirmou que as divergências entre os dois países foram apenas políticas. A nível militar, as relações entre as duas delegações são excelentes e o próprio chefe da missão espanhola expressa-se correctamente em português. «Está a ver que nem nesse aspecto encontramos qualquer tipo de dificuldade» - confidenciou o mesmo militar.

Para além dos moldes pouco correctos em como o ministro espanhol teria tratado o representante do

Governo português - particularidade que não conseguimos confirmar junto de Fernando Nogueira - outra fonte referiu que o «desaguiçado» teve a ver com o facto dos espanhóis pretenderem alargar para 24 milhas a zona marítima internacionalmente estabelecida em 12 milhas. Os portugueses anuíram, neste ponto desde que passado a escrito, intenção que aos espanhóis não agradou. Aliás, a questão entroncava sobretudo na região das Canárias, que os espanhóis consideram como «prioritária» no âmbito do «interesse nacional».

Nos bastidores da sede da NATO, em Evere, falava-se ontem num conflito latente entre a Espanha e o Reino Unido sobre Gibraltar. Sorridente, o ministro espanhol acalmou quem o interrogou a este propósito: «Isso vai ser negociado na devida altura e não há problema algum.»

José Rui Cunha

Espanhol preside ao Eurogrupo

Foi na qualidade de presidente do Eurogrupo, estrutura da NATO que engloba doze países, que o ministro da Defesa da Espanha deu uma conferência de Imprensa, ao fim da tarde. No final, abandonada a sala Joseph Luns pelos jornalistas estrangeiros, Narcis Serra falou para os espanhóis como titular da pasta da Defesa do seu país. O representante do «DL» assistiu.

As conclusões da reunião do Eurogrupo (Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Espanha, Turquia e Reino Unido) fazem alusão à nova «paisagem política da Europa Central e Oriental» e manifestam solidariedade para com os outros membros da Aliança: designadamente os Estados Unidos e o Canadá.

J.R.C.

«Críticos» do CDS descontentes com Freitas do Amaral

Descontentes com a actual orientação do CDS, Manuel Monteiro e Ricardo Vieira preparam-se para tomar um conjunto de iniciativas que pretendem dinamizar o partido, tornando-o mais interventor no espaço público nacional.

Na próxima sexta-feira, vão apresentar à Comissão Política do CDS, um projecto de alteração à actual lei eleitoral. Para o efeito, reuniram no passado sábado e voltarão a encontrar-se na próxima quarta-feira. Não se conhecem, por enquanto, muitos pormenores, mas o «DL» soube que aqueles centristas pretendem que a lei consagre «um voto mais personalizado» e que, havendo alterações à lei, esta só entre em vigor depois das próximas eleições.

Refira-se que a Comissão Política do CDS reúne sábado para estudar a resposta a dar à proposta de lei que o Governo apresentou aos partidos. Nesta altura, decorrem estudos e projecções de resultados. O CDS está preocupado com o impacto que a aprovação da proposta de Cavaco Silva pode ter na sua representação parlamentar. Daí que se prepare para tomar uma posição enérgica, contestando as

intencções governamentais.

A «sensibilidade» liderada por Manuel Monteiro e Ricardo Vieira está descontente com o trabalho desenvolvido por Freitas do Amaral à frente do CDS. Legitimada pelo espaço de manobra que conseguiu ganhar no recente congresso do partido (detém a maioria no Conselho Nacional), considera que «o CDS está muito parado», nas palavras de fonte próxima ligada àqueles «críticos» da liderança centrista.

Convidados por Freitas do Amaral para participarem na elaboração do programa eleitoral do partido, aguardam uma audiência com o líder para tomarem uma posição, não sendo de excluir a possibilidade de, também nesta questão, assumirem uma proposta autónoma.

A eventual candidatura de Lucas Pires está também nas preocupações de Manuel Monteiro e Ricardo Vieira. Depois de lhe terem manifestado «apoio inequívoco», prepararam-se para lhe solicitar uma audiência. Também nesta questão os dois «críticos» parecem querer demonstrar poder de iniciativa.

A.J.T.

Mário Soares quer Macau acima de querelas mesquinhas

O Presidente da República, Mário Soares procedeu esta manhã à inauguração das instalações da Missão de Macau em Lisboa. Presentes na cerimónia estiveram representantes de todos os órgãos de soberania.

Mário Soares considerou que a abertura desta Missão «traduz o desejo de estimular a aproximação dos portugueses da realidade do território, facilitando o estabelecimento de contactos e a circulação de informação». Para o Presidente, «até 1999 está a jogar-se, no essencial, a capacidade de iniciativa da Administração Portuguesa. Começamos a lançar as bases de um futuro diferente para o território. teremos de prosseguir sem desfalecimentos nesse objectivo. Não aceitaremos

perder tempo com querelas inúteis e disputas mesquinhas: Macau é demasiado importante para o deixarmos cair nas malhas da pequena política».

Ainda durante a cerimónia um grupo de bailarinos chineses executou para o Presidente, em plena Avenida 5 de Outubro, onde se localizam as instalações da Missão, a «Dança do Leão», uma tradição chinesa inseparável de qualquer festa ou acontecimento importante.

O estatuto comercial chinês

Carlos Melancia entregou, entretanto ao Ministério português dos Negócios Estrangeiros um memorando sobre as consequências negativas para Macau de uma

eventual revogação pelos Estados Unidos do estatuto comercial de nação mais favorecida atribuído à China.

Segundo uma nota do Governo hoje distribuída em Macau, a eventual revogação do estatuto de nação mais favorecida que os EUA concedem à China desde 1980 poderá prejudicar não só aquele país como ainda outras economias, designadamente a de Macau. O documento refere que «muitos empresários do território procederam, nos últimos anos, a vultuosos investimentos na República Popular da China, sobretudo no sector industrial, destinando-se uma parte considerável da sua produção para o mercado dos Estados Unidos».

Redacção «DL»/Lusa

POLÍTICA

O colóquio de ontem sobre os «factores de mudança» dos anos 60 versava o tema «exílio», mas acabaram todos por discutir o nacionalismo destes dias. O presente ganhou ao passado

Portugal não é um destino trágico



António Barreto: «A grandeza de Portugal vem de ser meu, não de ser melhor»

Falar é bom. E bom não só porque junta os homens, no sentido cristão, mas porque a todo o momento as palavras podem entrar em derrapagem e então é uma maravilha. Foi assim que aconteceu ontem, ao fim da tarde, em mais uma sessão do ciclo de colóquios dedicado ao tema «Anos 60: Os Factores de Mudança», desta feita tendo como ponto de discussão as «culturas e práticas do exílio». Passou-se que no amplo Auditório 2 da Gulbenkian quisesse o rumo das conjecturas que do exílio se passasse, sem que ninguém verdadeiramente desse por isso, para uma acalorada discussão sobre «identidade nacional».

Disse Mário Ruivo em determinada altura, com um discurso rendilhado que esteve na zona indefinida entre a retórica de cariz sociológico e a deriva ideológica marxista, que os discursos podem apenas iludir e desviar-nos das grandes questões. Não foi o que se passou com a intervenção de António Barreto, quando explicou as razões do seu retorno a Portugal, depois de 12 anos de exílio na Suíça que «por nada deste mundo trocava».

A Suíça, aliás, serviu-lhe de exemplo, juntamente com a Bélgica, a Holanda ou o Luxemburgo, para demonstrar que em termos de

pequenez territorial, riqueza de recursos e capacitação humana Portugal não tem de ser o fadado perdedor ou, no outro extremo das considerações que vamos ouvindo, a mais genial das nações. Se aqueles países estão materialmente muito melhor do que nós não quer isso dizer que é nossa condição situarmo-nos no cu da Europa, pois podemos tanto quanto eles, nem que esta margem atlântica se aparta desses cruzeiros desenvolvimentistas, porque a nossa pretensa aristocracia espiritual é mais do que um mito, e idiota como todos os mitos. A Barreto, pois, o nacionalismo crescente nestes últimos anos portugueses assusta um pouco. «A grandeza de Portugal, para mim, vem de ser meu, não de ser melhor», disse e foi aplaudido.

«Não há nada de mais opressivo - continuou ainda o interveniente - do que fundar uma Universidade em Vila Real para ensinar aos vilarrealenses o que eles são. É óbvio que eles já sabem quem são! Portugal é a minha liberdade de escolha, não o meu destino trágico.» É preciso, de facto, ter vivido o exílio, ter recusado uma guerra colonial absurda, ter fugido à repressão policial do salazarismo e do caetanismo, para apreender o alcance de

um raciocínio como este. Depois das muitas partidas, nos anos 60, para a Paris, a Roma, a Argel da diáspora, em exílio político mas também em exílio económico e social, no caso da emigração, foi preciso «reaprender a ser português». António Barreto, Mário Ruivo e Manuel Alegre, os três participantes no painel, viram-se a si mesmos do lado de fora, e talvez nós outros, os que não tivemos de fugir, não possamos entendê-los completamente.

Manuel Alegre indispondo-se particularmente com a designação «identidade nacional». «A questão da identidade nacional não existe, foi uma invenção política, criada artificialmente numa altura em que se pretendia contestar as mudanças trazidas pelo 25 de Abril, aquando do período da descolonização», considerou. Mais adiante pôs em dúvida que se possa «reforçar por decreto» a identidade nacional, «mas a verdade é que faltam professores de Português em Angola».

Ou seja, «não há uma política da língua portuguesa», e nessa área é que se podia na verdade fazer qualquer coisa em prol da nossa caracterização como portugueses. Ocasão para Barreto saltar novamente à liça e confessar-nos o seu

arrepio: o Dicionário Moraes, que é o melhor que vamos tendo, faz agora 200 anos de permanente serviço, não há outro que o substitua e, pior ainda, o seu autor nem sequer era português, mas brasileiro. «A nossa identidade é mutável, mas só se fala dela para lhe travar as mudanças. Não respeitamos mais a língua por a conservarmos em formol, e afinal é ela que nos identifica», disse muito a propósito.

«O exílio fez-me compreender que gostava deste sítio gostando de estar noutro», desabafou Alegre, o mesmo que continua a não reear a expressão «nacionalismo revolucionário», própria daqueles tempos, e talvez, precisamente, porque não fosse «uma questão de utopia, mas de circunstância histórica». Para Mário Ruivo, por sua vez, o exílio foi «a aprendizagem da globalização do mundo», nomeadamente quando em casa do poeta Rafael Alberti, em Roma, ele e outros ibéricos pintavam cartazes contra Franco e Salazar ou discutiam sobre arte. Foi esta «contaminação cultural» que matou o fascismo; resta agora, na sua opinião, caminhar para a «sociedade planetária, mais justa e equitativa»...

Rui Eduardo Paes

Jorge Leite admite sair do PCP

O antigo deputado comunista Jorge Leite admitiu esta manhã ao «DL» a possibilidade de se demitir do partido ainda esta semana, correspondendo ao desafio lançado aos «críticos» por Cunhal no congresso extraordinário do fim-de-semana.

«Seguramente, sou destinatário dessa afirmação e quero dar uma resposta», disse ao nosso jornal, comentando as declarações do líder do PCP. Jorge Leite, colega de docência de Vital Moreira na Universidade de Coimbra, revelou que tomará posição «quinta ou sexta-feira», não excluindo a hipótese de entregar o cartão de militante.

A demissão do antigo juiz do Tribunal Constitucional já mereceu do Gabinete de Imprensa do PCP um comentário. «Está em conformidade com as posições e atitudes que com frequência vinha assumindo publicamente», afirmou à agência Lusa uma fonte da estrutura.

O carácter «seco» da resposta parece confirmar a predisposição do PCP de «abrir a porta de saída» aos «críticos», evitando, ao mesmo tempo, a adopção de medidas disciplinares, estratégia consagrada no conclave do fim-de-semana. Recorde-se que, desde que o movimento «crítico» eclodiu, apenas Zita Seabra foi expulsa, em Janeiro passado.

Reacções díspares

Perante o desafio de Cunhal, duas atitudes são identificáveis entre os contestatários. De um lado, os militantes que admitem vir a auto-excluir-se; do outro, os que preferem prosseguir a batalha pela renovação no interior do

partido, quicá a maioria. Uns e outros respeitam a posição de Vital, tomada individualmente, segundo apurou o «DL». «Decidiu sozinho demitir-se como sozinho decidira reclamar a saída de Cunhal», garantiram-nos.

«Não enfio esse carapuço. Não tenho de seguir os conselhos do secretário-geral e considero-me membro do partido de pleno direito», considerou João Labescat, a quem a direcção do PCP retirou recentemente o cargo de chefe de gabinete do Grupo Parlamentar. A sua posição é semelhante à de Carlos Manafaia, antigo deputado: «Se o partido estiver incomodado comigo, terá de me expulsar».

Manafaia, membro da Concelhia de Sines que não conseguiu ser eleito para o congresso, vai, porém, mais longe. Na sua óptica, «são os críticos que verdadeiramente estão interessados no PCP e não a direcção ortodoxa, que quer levar o partido para a cova».

Outro prestigiado militante da área crítica que tenciona manter-se no partido é Osvaldo de Castro. Antigo membro do Comité Central, disse «compreender» o gesto de Vital Moreira, «uma das figuras que melhor legitimou o PCP na



Osvaldo de Castro: «Vou dar o benefício da dúvida»

passagem da clandestinidade para a democracia, pela sua actividade parlamentar».

«Pelo menos no imediato, vou dar o benefício da dúvida», salienta Osvaldo de Castro, membro do direcção do INES. Admite que se arrisca a ser expulso, mas tal cenário não o preocupa. «Até pode ser importante se significar uma clarificação», acrescenta.

Em seu entender, aliás, a direcção do PCP tem vindo a «apropriar-se» de algumas das posições dos «críticos» - relativas à CEE, ao Leste, ao movimento sindical. «Temos sido, apesar de tudo, um factor de contenção das saídas», conclui.

Paulo Martins

B R E V E S

Beleza admite corte orçamental

O ministro das Finanças admitiu para breve a realização de novos cortes orçamentais. Miguel Beleza justificou o próximo corte nas despesas orçamentadas para 1990 com o aumento da taxa de inflação verificada no mês de Abril. O ministro fez estas declarações à chegada a Boston onde vai chefiar uma missão que, até sexta-feira, irá desenvolver uma campanha de promoção da imagem de Portugal nos Estados Unidos.

Provedor cessante faz balanço

Ângelo de Almeida Ribeiro na altura de abandonar o seu cargo disse que nunca o desempenhou como «homem da oposição», mas com a «honestidade e independência» que ele exigia. Dentro de semanas parte para Estrasburgo, onde vai representar Portugal na Comissão Europeia dos Direitos do Homem.

Cavaco explica-se sobre Porto Santo

«É completamente falso que o primeiro-ministro tenha recusado deslocar-se à Câmara Municipal de Porto Santo, conforme alguns órgãos de Comunicação erroneamente afirmaram», refere uma nota do gabinete de Cavaco Silva. O documento adianta que não estava prevista no programa oficial da visita à Madeira qualquer cerimónia no município portosantense.

RTP disponível para inquérito

A RTP manifestou-se disponível para colaborar com o inquérito parlamentar à sua actividade proposto em São Bento pelo PRD. Em carta ao presidente da Assembleia da República, o Conselho de Gerência da RTP acredita que o inquérito, a realizar-se, «tornará patente a falta de fundamento da maioria dos juízos» proferidos sobre aquela empresa.

Combateram em campos opostos numa guerra que os incapacitou mas procuram agora soluções para as feridas que ainda têm em comum

Paz em África cria pontes e faz esquecer velhos conflitos

A guerra está esquecida e os novos caminhos que se abrem à paz na África facilitam o entendimento. Por isso, os deficientes de guerra de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Portugal, estão, desde ontem, reunidos na Gulbenkian demonstrando a «inabilidade» do conflito que durante mais de uma década os dividiu, como disse Mário Soares, na sessão solene da I Conferência de Antigos Combatentes.

«O ano passado marcou um ponto de viragem no Mundo, pela primeira vez há esperança de paz efectiva», referiu Soares. Em vez de guerra os homens «devem-se agora respeito e, como habitantes do mesmo planeta, solidariedade para erradicar fome, doenças, fanatismo e para defender a terra como uma Pátria comum a todos».

Os ideais da Revolução

Francesa assistiram a sua dimensão histórica, na intervenção que o Presidente da República fez, de improviso: «Vendo a actual situação na África Austral e depois de todas as modificações que estão a acontecer no Mundo, é legítimo considerar que a paz é possível e está ao alcance dos povos», referiu

ainda Mário Soares sem deixar de apontar a necessidade de ser ultrapassada «a discriminação racial e política na África do Sul».

Este clima de bom entendimento ficou, aliás, patente nas intervenções dos elementos das restantes delegações. Apenas Eugénia Pereira Araújo, que chefia a

representação da Guiné-Bissau, lembrou que o seu país sacrificou muitos dos seus filhos, «no combate sem tréguas contra o retrógrado colonialismo português. Mas as «lembranças da guerra» não foram mais além: «Hoje, numa realidade histórica completamente oposta, unidos num presente

mais justo e digno, transformamos esta conferência no começo de uma nova era de solidariedade, cooperação e amizade», afirmou Felipe Felisberto Monimambo, representante da República Popular de Angola.

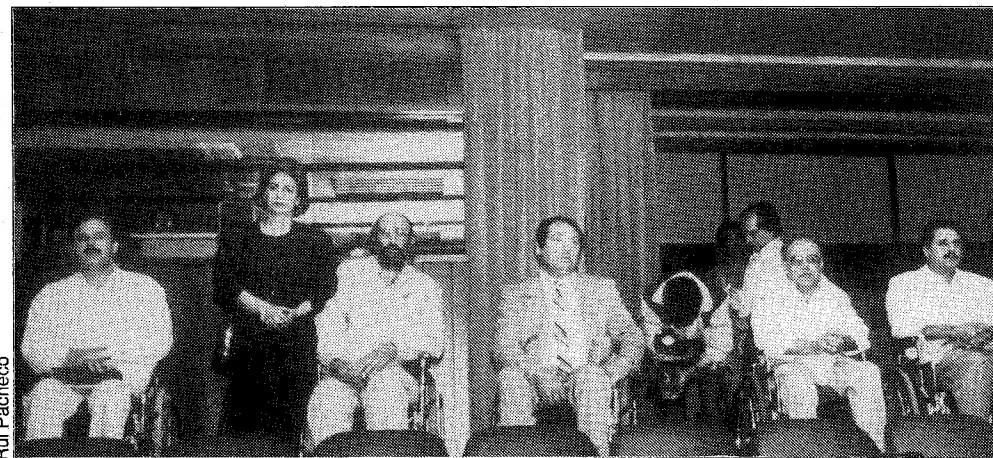
Dinis André Moiana também destacou a criação de novos laços de amizade e Serge Wourgaft, secretário-geral da Federação Mundial de Antigos Combatentes, lembrou a necessidade de «continuar a trabalhar no sentido de respeitar os princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração Internacional dos Direitos do Homem «única via capaz de evitar graves confrontos» e permitir o progresso, «para uma repartição mais equitativa dos recursos do planeta».

Nova sede «a bom ritmo»

A Associação de Deficientes das Forças Armadas

(ADFA) quer deixar o Palácio da Independência. O edifício junto ao Teatro Dona Maria, antiga sede da Legião Portuguesa, ocupado em 14 de Maio de 1974, foi mantido com certa dificuldade a seguir ao 25 de Novembro, mas agora revela-se desadequado a funções de «reabilitação integral e convívio». Além disso uma nova sede espera a ADFA.

Está a ser construída há três meses. «Depois de todo o nosso espírito de mobilização, conseguimos apoio dos Ministérios da Defesa e do Emprego e Segurança Social, temos já um protocolo assinado que nos garante os 260 mil contos necessários», disse ao DL António Reis Santos, presidente da assembleia geral da ADFA. A Câmara Municipal de Lisboa ofereceu os terrenos, a construção «vai a bom ritmo», de tal forma que a inauguração está prevista



Rui Pacheco

Os grandes deficientes das Forças Armadas marcaram presença no debate

Pesadelo colonial ultrapassado

Há 16 anos eram inimigos. Hoje confraternizam e procuram soluções comuns para problemas de deficiência física que tanto afligem quem lutou nas Forças Armadas Portuguesas como em defesa do MPLA, da Frelimo, ou do PAIGC.

Os depoimentos que a seguir publicamos, de ex-combatentes de três países, documentam bem a situação de entendimento a que se chegou, passado o pesadelo colonial. Incluímos também a opinião de June Willens, que representa, nesta conferência, a Federação Mundial de Combatentes, e lamentamos não nos ter sido possível incluir neste trabalho depoimento dos representantes da Guiné-Bissau.

Ferido em combate



Joaquim Couceiro

Exactamente no dia seguinte ao seu aniversário. «Estou livre e vou-me embora». Chama-se Joaquim Couceiro, o capitão Couceiro para o norte de Moçambique. Não sabia porquê, tinham-lhe dito que era para «defender o que é nosso». Mas, chegado lá, tanto ele como os outros confessavam que a única coisa que queriam era «vender a sua parte», para poderem regressar a Portugal. «Só desejava que os dois anos passassem depressa. Ali tive consciência do que é a vida

e a morte. E, hoje, ninguém duvida que a presença numa guerra e o confronto com a força inimiga provoca nas pessoas sensações dramáticas e angústias que, por vezes, nunca são resolvidas» - afirma.

Estavam na guerra a cumprir um dever, a prestar um serviço à Pátria. Pelo menos, era esta a razão que encontravam e repetiam constantemente a si próprios para os ajudar a suportar mais facilmente as suas presenças naquele território, os combates, os mutilados e a morte. «O dever é para cumprir integralmente. Era o que nos diziam e o que fazíamos sem pensar em mais nada. Também não havia muito tempo» - conta-nos Joaquim Couceiro. A 30 de Dezembro de 1971 é evacuado. Regressa a Portugal, sem uma vista e depois de ter cumprido 19 meses no mato. Mais uma vez, desconhece o que lhe está reservado. Tem a sorte de encontrar na família e nos amigos todo o apoio de que necessita. Hoje, revivendo a lado momentos de guerra com aqueles que dantes eram os seus inimigos. Descobre mesmo que na delegação de Moçambique há um elemento que foi seu opositor directo. Ambos ocupavam o mesmo posto: um pela Frelimo e o outro pelo exército português. Contudo, confessa não sentir ódio ou ressentimento. «A guerra não era contra as pessoas. Era contra um regime político cego que não quis resolver uma situação a tempo e horas, negociando a paz ou evitando a guerra. É-me muito grato saber que sou capaz de estar aqui e a trabalhar no sentido de se alcançar a paz» - disse. Joaquim Couceiro é o sócio número um da Associação de Deficientes das Forças Armadas.

Sem sombra de rancor

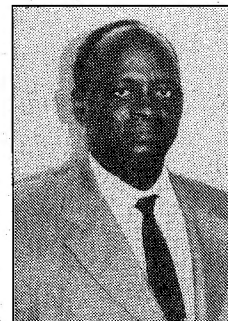


Imperial Santana

Santana, que integra a delegação angolana à Conferência de Antigos Combatentes.

Agora com 60 anos o coronel Imperial Santana representa uma geração: só ele tem o estatuto de herói nacional, na RPA. A 4 de Fevereiro de 1961 comandava uma das colunas que assaltaram a prisão de Luanda, foi ferido, perdeu um braço, esteve dez anos presos no campo de concentração de Misombo Menongue (dirigido pela Pide). Mas não guarda rancores. «Nunca combatemos o povo português mas sim as acções do colonialismo. A democracia fez modificar as nossas acções e, se estamos longe geograficamente, as modificações políticas nos dois países aproximam-nos cada vez mais», diz. Continua sem o braço direito, não resultou a prótese de fabrico soviético que lhe implantaram há anos e agora considera «fisicamente impossível» ter outra. Interrogado sobre o sistema de apoio aos mutilados de guerra do seu país, afirma que será necessário criar métodos mais eficazes para todos os deficientes, até «pela liberdade que deram». E, especificando melhor o que sente, por estar, pela primeira vez, em Portugal, terra do antigo inimigo, conclui: «Sinto-me alegre, acho admirável esta confraternização, porque nunca lutei contra o povo português nem contra o seu exército mas sim contra um colonialismo que já acabou».

Enterrar o passado



Dinis Moiana

Moiana, secretário-geral adjunto da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique também é um histórico: integra a Frelimo desde 1963, com 26 anos era responsável pelo campo de Nachingua, o maior existente em Tete, combateu o exército português durante anos. Mas ontem, na Fundação Gulbenkian, não andava à procura de antigos inimigos.

«O passado está enterrado, o que nos interessa é o futuro. Louvamos esta iniciativa da Associação de Deficientes das Forças Armadas Portuguesas porque, se existem relações a nível de Estado, também é preciso incentivar as relações entre as associações congéneres, que têm problemas comuns», disse ao DL.

Mocambique tem sete mil mutilados da guerra colonial. Recebiam apoio do Ministério da Saúde e da Direcção de Acção Social até há dois anos, quando foi criada a associação a que Dinis Moiana preside. Aos deficientes é paga uma pensão pelo Estado, há centros de reabilitação - «de colocação de próteses» - em várias cidades do País e uma escola de cegos na Beira. Mas o coronel Dinis André Moiana considera necessário não restringir tais acções apenas à recuperação física. «É necessário melhorar a formação profissional e a integração na sociedade dos antigos combatentes», diz, e para tanto considera que «seria interessante» ter apoio técnico da ADFA, mais antiga a treinada neste tipo de reabilitação.

Dinis Moiana também nunca tinha vindo a Portugal: estudou em Moçambique e



Soares: «É preciso sarar as feridas e o ressentimento do passado»

para o próximo ano.

Os apoios conseguidos para a nova sede resultam de uma dívida que o Estado tinha por cumprir mas, por outro lado, também são reflexo de uma alteração das posições radicais, assumidas nos anos 70 pela ADFA.

«Os deficientes foram instrumentalizados, por vários partidos, e houve uma altura em que era fácil fazê-lo. Agora não queremos ser bandeira de partido nenhum, a nossa situação está suficientemente reconhecida para podermos lutar sozinhos», diz ainda o mesmo dirigente da ADFA.

Esta conferência tem, aliás, apoio das mais diversas entidades, revelando um reconhecimento enfim concedido aos deficientes. As chefias militares encarregaram-se das refeições-convívio para os antigos combatentes, a Secretaria de Estado do Turismo apoiou com transportes, a TAP também e Jorge Sampaio, presidente da Câmara de Lisboa recebeu-os ontem, no Castelo de S. Jorge.

«Agora tanto os ministros como as associações militares nos conhecem pelo nome», diz ainda António Reis Santos, com indifere-

çado orgulho. Mas acomodados em tal situação de reconhecimento oficial, os antigos combatentes perderam parte da antiga força combativa. E há situações que ainda parecem graves, a qualquer olhar atento.

António Reis Santos é um deficiente «em serviço»: em 1951, quando se preparava para seguir para Goa, sofreu um acidente de onde resultou uma incapacidade a 30 por cento. Era segundo-sargento na altura, recebe a indemnização estipulada pela lei, 19 mil escudos. Entretanto licenciou-se e trabalha. Mas o valor que o

Estado lhe paga por «feridas de guerra» pouco mais é que a pensão social mínima e deixa grandes dúvidas sobre o valor atribuído aos grandes deficientes de guerra: soldados que perderam a vista, as mãos, ou a capacidade de se mover.

Na sessão de ontem na Gulbenkian, um friso de cinco desses grandes deficientes «fechava» a sala do Auditório 2. Apesar de o edifício da Fundação ser considerado exemplar, ainda não tem rampas para quem anda de cadeira de rodas chegar à primeira fila.

A.M./M.G.L.

Polémica com a tradução do Estatuto de Macau

O diário de Macau «Ou Mun», que reflecte as posições de Pequim, revelou ontem que um porta-voz da delegação chinesa ao Grupo de Ligação Luso-Chinês declarou que a tradução chinesa da nova versão do Estatuto Orgânico de Macau (EOM) viola o significado original do texto português.

O mesmo porta-voz disse ao «Ou Mun» que a anterior denominação em chinês correspondia correctamente aos termos portugueses do «Estatuto Orgânico de Macau», enquanto a nova versão chinesa, publicada no dia 16 no Boletim Oficial do território, é «abusiva», ao significar «Estatuto Constitucional de Macau».

Durante o processo de revisão do EOM, a Assembleia Legislativa de Macau concluiu, na sessão de 14 de Fevereiro do ano passado, que o diploma, em vigor desde 1976, tinha uma tradução chinesa deficiente que tornava «a versão nesta língua ininteligível em várias passagens».

O coordenador do Gabinete de Tradução Jurídica de Macau, Eduardo Cabrita, disse entretanto à Lusa estar surpreendido com a notícia, porque nos mais recentes contactos tidos com as autoridades chinesas e nas reuniões de técnicos portugueses e chineses não foram levantadas objecções à versão em chinês do diploma preparado pelo seu departamento. Eduardo Cabrita explicou que o EOM foi inicialmente traduzido em chinês utilizando termos que se aplicam mais propriamente a «estatutos» ou «regulamentos» de sociedades comerciais e associações, exemplificando que a imprensa chinesa de Hong Kong sempre que fazia referência ao diploma colocava os caracteres entre aspas para obviar a erros de interpretação.

Ainda segundo o responsável daquele gabinete, a nova tradução do EOM, que implicou a fixação em chinês de quase 400 conceitos de direito português, foi feita tendo em conta objectivos de precisão, uniformidade e credibilidade jurídica, contando com a colaboração de sinólogos de reputação internacional.

O EOM na ordenação jurídica portuguesa foi sempre considerado como uma norma de natureza para-constitucional dado que regulamenta a estrutura política do território, o que obrigou a uma tradução em chinês que reflectisse o conteúdo do conceito em língua portuguesa e o seu valor jurídico, afirmou Eduardo Cabrita.

Redacção «DL»/Lusa

sem marcas

também na Tanzânia. Interrogado sobre as perspectivas de paz na África Austral, traçadas por Mário Soares no discurso de abertura de trabalhos desta conferência, fez uma apreciação cautelosa: «A desestabilização foi regional, a paz tem de ser também encontrada região a região. Há uma viragem na África do Sul, mas cada país tem a sua trajectória, e teremos de esperar para ver a evolução de cada um».

Uma experiência única



June Willenz

«Este acto simbólico de reconciliação deveria servir de exemplo», disse ao DL e, frisando que emitia uma opinião pessoal, defendeu a necessidade de, no seu país, se organizar algo semelhante, com combatentes da guerra do Vietnam.

Guerrelheira aos 11 anos

Paulina Mateus é major na reserva do exército moçambicano. Aos 11 anos entra para a guerrilha e adere à luta armada pela libertação do seu país. Em 1964, era miliciana na localidade de Ndenga, no distrito de Muidumbe, e três meses depois é transferida para Nampula, onde vai integrar o destacamento feminino, instalado na base de Ibo. Ali faz o



Paulina Mateus

seu treino político-militar. Regressa ao interior. Chega a chefe provincial do destacamento de mulheres que cobre a zona de Cabo Delgado. Em 1971, é transferida de novo. Pertence à Infantaria e participa no seu primeiro combate, em Nhakama. O

segundo desenrola-se em Nabudala e o terceiro, e último, trava-se em Makomi. Esta mulher moçambicana conta-nos que, desde muito pequena, em casa lhe ensinavam que Moçambique podia ser um país livre e respeitado. Viu o pai ser várias vezes preso, por acreditar neste ideal, e os irmãos pegarem em armas. Por isso, o único contributo que podia dar era participar na luta de libertação do colonialismo de uma forma ou de outra. É ela que nos conta: «Homens e mulheres moçambicanas estavam unidos nesta guerra. O papel da mulher foi muito importante. Tínhamos a missão de assegurar a defesa civil. Mobilizávamos e esclarecíamos a população sobre a guerra e, sobretudo, cabia-nos a nós a função de passarmos o material e os alimentos para os nossos camaradas que estavam nas linhas da frente».

Apesar de todos os traumas confessa que a guerra em Moçambique educou o homem para uma certa consciência política. Hoje, em Portugal para participar na primeira conferência de antigos combatentes, Paulina Mateus diz sentir-se feliz por poder testemunhar ao resto do mundo que a guerra de libertação das colónias não foi contra o povo português, mas contra o regime. «Este deixou marcas em moçambicanos e portugueses e é este sofrimento comum que nos une agora em prol de um mundo, onde a paz é possível» - disse.

5 SEMANAS DESCANSADAS COM O BILHETE DE 5 SEMANAS

Eu Já Entreguei o Nosso!



totoloto

É Fácil. É Barato. Dá Milhões

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Diário de Lisboa, S.A.

Presidente do Conselho
de Administração: **António Ruella
Ramos**.
Administradores: **Maria
do Carmo Ruella Ramos, João
Manuel Ruella Ramos, António Brás
Monteiro e António Gomes
da Costa**.
Secretário-geral: **Jorge Galamba**.

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente
a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
**António Ruella
Ramos** (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
**José Leite Pereira, Paulo David,
Rodrigues da Silva e Rui Camacho**

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira

Coordenadores de Secção:
**António José Teixeira, Eurico
Vasconcelos, João Galamba
de Oliveira, José Luis Feronha,
Maria Guiomar Lima, Neves
de Sousa e Vítor Leitão**

Repórter-coordenador:
Adelino Cardoso

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
**Almeida Henriques, Alves
Henriques, Ana Mafalda Inácio,
Ana Paula Sá, Augusto Vilela,
Carlos Campones, Céu Neves,
Daniel Reis, Dina Soares, Duarte
Calvão, Elsa Andrade, Emília
Trindade, Ernesto Sampaio,
Fernando Brederode Santos,
F. Dias Brito, Gisela Oliveira,
João Isidro, Jorge Ferreira,
José Rui Cunha (Bruxelas),
Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra
Botinas, Lurdes Faria, Maria
Antónia Martinho, Maria João
Martins, Maria João Rocha, Maria
José Belo Marques, Marina Tadeu,
Marina Tavares Dias, Paulo Martins,
Pedro Alvim, Pereira de Almeida,
Rodrigues Borges, Rui Eduardo
Paes, Rui Ferreira e Sousa,
Rui Nunes e Rui Pacheco**

Colaboradores permanentes
da Redacção: **Alessandra Balsamo,
Daniel Oliveira, Francisco Paraiso,
Isabel Joyce, Jorge Fallorca
e Roby Amorim**.

Cartoonistas: **António Alfredo
e José Bandeira**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador),
**Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo
e Luís Tenreiro**

Paginadores:
**Antonieta Teixeira, José António
Carvalho, Jorge Santos,
Pedro Pessoa, Óscar Figueiredo
e Ricardo Magalhães**

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello

Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador),
**António Lima e Maria
Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade
e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano,
44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 -
Telegramas DIBOA - Telex 12363
DIAROP
- Telefax 3467134. Impresso
na Renascença Gráfica, SA
- Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa.
Distribuído por Interpress - Rua do
Norte, 115-1ª - 1200 Lisboa
- Telef. 322100/322204/320784.
Depósito legal nº 1426/82. Preço do
jornal: no Continente, 60\$00; na
Madeira, 75\$00; nos Açores, 85\$00.



PORTE
PAGO

FORUM

BERTOLT BRECHT E O SENHOR VESTIDO DE BRANCO

Penso que *O Destino do Livro e Outros Destinos*, de Furio Colombo (ed. Boringhieri), foi uma das obras que mais recensões teve nesta temporada. Não só pelo prazer que nos dão as suas cento e trinta páginas, mas porque se ocupa de uma série de problemas que apaixonam tanto a crítica como a sociologia da literatura, especialmente num período em que a corrida desenfreada às concentrações editoriais nos leva a imaginar encenações apocalípticas.

Li, no entanto, uma recensão na qual se lamentava que as conclusões não fossem explícitas. Julgo que os livros de Furio Colombo não devem ser lidos saltando as páginas para se chegar às conclusões, porque estas nunca se encontram no fim, mas no seu interior. O estilo de Colombo ensaísta baseia-se na acumulação de uma grande quantidade de exemplos, cada um mais inquietante que o outro, e o leitor, que salta os exemplos para chegar às conclusões, erra por completo. A conclusão está na interacção turbulenta dos exemplos e é necessário que a procuremos. Estes exemplos são micro-histórias, ou parábolas, que permitiriam uma exegese infinita. Dou um único exemplo (isto

é, o exemplo de um exemplo, com a exegese pessoal anexa).

Colombo parte de um comentário às recentes declarações de Tom Wolfe, que (falando como se não passeasse todo vestido de branco, mas de fato-macaco azul manchado de óleo) se lançou contra quase todos os seus confrades (de Borges a Calvino, de Beckett a Kundera, de Nabokov a García Márquez), acusando-os de serem péssimos mestres por não fazerem belas e sãs narrativas, focando os grandes problemas da sociedade contemporânea. Colombo parece saltar de um assunto para outro e dá um exemplo que, à primeira leitura, não entendemos. Trata-se da recente versão novaioquina da *Ópera dos Quatro Vinténs*, de Bertolt Brecht. Grande «fábula» realista (e é sempre bom dizê-lo nestes tempos em que parece ser moda, além de lucrativo, cuspir num dos maiores artistas e moralistas do nosso século, especialmente da parte de quem quer esquecer as próprias militâncias estalinistas); simplesmente, em Nova Iorque, a obra, apesar de optimamente realizada, soa a falso.

Brecht põe em cena marginais revoltados, mas, em Nova Iorque, já ninguém pensa no Doré das misérias londrinas ou no

Coketown de Dickens. Pensa, sim, nos «homeless» (sem lar) e nos mendigos da Bowery. Os quais não são um espinho no coração do sistema, antes a sua válvula de escape. E que não se revoltam porque escolheram estar assim. E o espectador não se comove nem se indigna (nem, mesmo, sente terror, como desejava Brecht): está-se nas tintas.

É uma bela parábola para uma estética da recepção. Muda o contexto, logo, a obra é lida de uma outra maneira. Estou a lembrar-me de uma poesia de Wordsworth - portanto, do século passado -, na qual se diz que o poeta deve ser «gay». Neste ponto, simpático com Stanley Fish: que acontecerá a este texto se o lermos, hoje, numa escola americana? No entanto, será preciso esclarecer que Wordsworth queria simplesmente transmitir que o poeta devia ser alegre, não lhe passava pela cabeça que devesse ser necessariamente homossexual, pois, no seu tempo, a palavra «gay» não tinha este significado. Se quiséssemos dizer isto, que seria preciso? Glosar a poesia ou mesmo «traduzi-la»?

Como se poderá dar a entender ao povo de

Nova Iorque o que Brecht queria transmitir? No seu tempo, Giorgio Strehler, para restituir força polémica à obra, tinha-a transportado de Inglaterra para a América (transformando a Lua do Soho em Lua da Broadway).

Para a Itália dos anos cinquenta, fosse ela de esquerda ou de direita, a parábola torna-se mais violenta. Colombo, por outras palavras, pergunta-se se alguém na América seria hoje capaz de transformar o Soho num Harlém ou num Bronx. E conclui que tal não será possível, porque o intelectual americano está afastado dos grandes progressos da História e vive na retaguarda.

Mas suspeito (e aqui fecho o exemplo) que até Wolfe esteja na retaguarda quando pede aos escritores que reescrevam *Ana Karenina*. A ideia de que, quando o público já não reconhece a realidade que o circunda, a única escrita realista possa ser a do apólogo e até a da fábula à maneira de Calvino, só «não» poderia ocorrer a um senhor que veste sempre de branco.



Umberto Eco

**Exclusivo
L'Espresso/«DL»**
(trad. de Manuela
Ferreira de Almeida)

UNIVERSIDADE ENTREABERTA

É louvável a iniciativa da Universidade Aberta. Ninguém, em seu juízo perfeito, negaria aquilo que, afinal, representa o sinal de transcendência do homem: a beleza de ensinar e de aprender, o esforço para nos melhorarmos, o valor do conhecimento e da ciência, ainda que constituída apenas por verdades provisórias.

A minha intenção é falar do ponto de vista do espectador que não é aluno, não está inscrito nas aulas, não comprou os livros que certamente acompanham os programas de TV e Rádio.

Este espectador espontâneo, que salta para a arena sem ter sido convidado, sofre uma enorme decepção: não há touro, toureiro, cavalos nem inteligente; a arena é uma areal deserto.

Talvez um dia a Universidade Aberta venha a tornar-se indispensável, para compensar o discurso fútil e os processos rotineiros dos meios de comunicação de massa. Essa foi uma das minhas motivações para seguir o curso, pensei que os responsáveis não perderiam a excelente oportunidade de manipular a linguagem e a técnica dos audiovisuais. Não me enganei: agarraram-na de tal maneira que perderam a liberdade de movimen-

tos, o sentido crítico e, até, o bom senso.

Espremidas, as aulas dão um ou dois minutos de ensinamento das matérias curriculares. O resto do tempo é ocupado com música banal e imagens sem contexto ou vazias. Dou um exemplo: numa das aulas de Francês, a conversa era quase nenhuma, quase todo o programa mostrava umas mãos a mexerem nos botões de um vídeo. Como já sabia mexer nos botões do meu aparelho, nada aprendi. Quem não sabia, nada aprendeu, porque não há ensinamento na imagem de um dedo a carregar em botões. Nem o Pereira de Sousa, se me dão licença; e mais, o produto vinha de França.

Resta o problema do discurso televisivo, aquela repetição dos dedos e tal, isto em muito pior que o mais tremendo pedaço de minimal repetitiva. Quando se espera que a Universidade tenha algo a dizer que os velhos e cansados operadores dos audiovisuais já não conseguem e, afinal, se verifica que não lhes chega à sola do sapato, temos o desastre. O mais roncoiro dos passadores de discos, o mais desinspirado dos realizadores de televisão, fazem infinitamente melhor.

Há em tudo isto um equívoco, um falsete. Qualquer coisa não bate certo, como naquelas entrevistas sobre o entrevistado em que o en-

trevistador pergunta tudo menos o que é preciso, e foge sistematicamente ao assunto, acagaçado talvez com a imponência do interlocutor. Nestas aulas foge-se a sete pés do que, afinal, é próprio das aulas: o ensino. Não há lições de Francês (só não falo das outras disciplinas porque ainda as conheço mal; em todo o caso, adiantaria que a única pessoa pertinente que até agora vi aparecer no ecrã foi Leonor Buescu). O Francês é um pretexto para mostrar, por exemplo, que o professor-guionista leu Konrad Lorenz, o que o sábio diz dos peixes de cores garridas: que são agressivos, matam os seus semelhantes, conhecem a distância de ataque e a distância de fuga. Queriam ver peixes no ecrã? Não, o guionista prefere mostrar uma cena em que quatro ou cinco crianças portuguesas brincam num jardim. Vêm duas francesas, que são escuras de duas maneiras: se ficam longe, há gestos de ameaça, e então fala-se da distância de fuga; se se aproximam, as portuguesas empurram-nas, e aí temos a distância de ataque. O teatro foi ensaiado. Que é que faltou dizer? Que se as francesas, em França, insistissem, não fugissem, as emigrantes

davam cabo delas à dentada?

Não direi que me desgostou a cena. De facto, fiquei com os cabelos em pé e vim escrever o artigo antes de ver como se extingue uma espécie por excessiva agressividade. Dos machos, aliás. Tanto quanto sei, Konrad Lorenz fala dos machos agressivos de certas espécies de peixes. Ali eram dois grupos de rapariguinhas. O guionista não tresleu o biólogo. Fez o que tantos outros fazem, sem qualquer escrúpulo moral: aproveitou-se da ciência para inocular uma dose de racismo em não sei quantos milhões de pessoas. Se fosse um pato com laranja ou uma fígada, tínhamos programa suspenso.

Os franceses tratam-nos como idiotas, aparece no ecrã uma enormidade destas, e a Universidade dá-a como pedagogia e a RTP não pestaneja. Peço encarecidamente: vejam bem todas as cassetes oriundas de França. Mais vale perdemos a oportunidade de aprender Francês do que passarmos pela vergonha de divulgar as misérias ideológicas dos outros, ainda por cima feitas contra nós. É inaceitável a distração, a ingenuidade e o amorismo demonstrado até agora pela Universidade Aberta.



Maria Estela Guedes

FORUM

Sobre os estratagemas da engenharia eleitoral (I)

A LIQUIDAÇÃO
DOS PEQUENOS PARTIDOS

A proposta de lei do Governo não realiza nenhum dos desígnios com que foi anunciada. Nem estabilidade governativa, nem aproximação dos eleitos aos eleitores, nem eficácia do sistema político. Mais comensalmente, a proposta bipolariza e consagra um sistema de «barreira» relativamente aos pequenos partidos. Em tudo o mais... é o vazio.

Vale a pena, por isso, recordar umas tantas coisas sobre o sistema eleitoral que a Constituição da República consagra. E, desde logo, o princípio da representação proporcional como limite material, e regra insusceptível de revisão. Daí que, à partida, nas conjecturas sobre o sistema eleitoral, e se quisermos discutir no quadro constitucional (parece ser o que hoje está em causa) nos possamos dispensar de futuras soluções imagináveis de votações uninominais ou outras que nada têm a ver com o nosso sistema. Neste plano, não há duas opiniões e, como se sabe, no sistema de representação proporcional só há voto por listas.

Aliás, na última revisão constitucional, para além de se ter confirmado o sistema proporcional, consagrou-se a forma de lei orgânica para as leis eleitorais e a exigência de maioria absoluta na votação final global; e, no que respeita às matérias respeitantes aos círculos eleitorais e número de deputados, a exigência de «dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria de deputados em efectividade de funções» (171,6, CRP).

Na decorrência da última revisão constitucional e do acordo de revisão PS/PSD, o sistema eleitoral está ancorado numa maioria qualificada que o torna imune às tentações ocasionais de natureza conjuntural. Não fora isso e estaríamos, agora, submergidos no irrazoável *diktat* do PSD de *puzzle* eleitoral. *Puzzle* que é por demais evidente e que se não oculta pela alusão alemã perfeitamente inapropriada. Encurtando razões, vale a pena lembrar que o sistema alemão é misto, com uma componente maioritária, consagra o princípio da cláusula «barreira» (5 por cento) e procura, ainda, alcançar a estabilidade do Governo com o recurso à moção de censura construtiva.

Ora, nenhuma destas hipóteses distintivas existe na nossa lei, ou melhor, todas estão constitucionalmente proibidas. O nosso sistema eleitoral é proporcional, proíbe expressamente a «barreira» eleitoral e, ao nível do sistema de Governo, não é consagrada a moção de censura construtiva.

Apreciemos agora as razões governamentais que se sintetizam numa redução do número de deputados, numa invocada aproximação de eleitores e eleitos, com a diminuição dos círculos, e no reforço da estabilidade governativa.

A redução do número de deputados é uma exigência constitucional. À imaginação do legislador ordinário, neste domínio, apenas foi deixada a diferença máxima de 5 deputados (entre 235 e 230). A solução apresentada insere-se, por isso, no que foi constitucionalmente consagrado na revisão, e não se traduz em nenhuma perturbação do sistema.

A aproximação de eleitores e eleitos é, por sua vez, uma exigência regular do funcionamento democrático que deverá procurar-se a todos os níveis do seu exercício. Na última revisão constitucional, e no quadro do sistema representativo, foram dados passos significativos nesse sentido, nomeadamente com a adopção do referendo nacional, a juntar ao referendo local, e o alargamento do exercício do direito de petição, acção popular e «arquivo aberto».

Num sistema eleitoral proporcional o objectivo *participativo* não é alcançável por regras de votação uninominal próprias do sistema maioritário, mas, sobretudo, por regras de articulação informativa e de funcionamento do Parlamento e dos partidos.

Acresce que os deputados da Assembleia da República são deputados nacionais, representantes do todo nacional, e, por isso, a sua relação com o eleitor não é do mesmo tipo da que têm os representantes locais, sejam estes regionais, municipais ou ao nível da freguesia. A representação local implica uma ligação circunscrita territorialmente; a representação nacional só se circunscreve ao nível local, no sistema proporcional vigente, no plano da organização do voto.

A aproximação directa

do eleito ao eleitor é ao nível local inerente ao próprio sistema e ao seu âmbito representativo, ao passo que ao nível do deputado à AR ela é, no nosso sistema proporcional, organizada num círculo distrital, mas referenciada a um mandato de «círculo nacional».

Não há deputados do Porto, Braga e Lisboa, mas deputados nacionais que, devido a razões de organização (eleitoral, parlamentar ou temática) estão mais ligados a dadas zonas nacionais. O que todos deverão ter, como exigência estatutária e funcional, é uma ligação forte, uma troca de informações regular e uma articulação institucional com todos os cidadãos portugueses.

Num sistema proporcional, em que não há possibilidade de votação uninominal, a ligação do deputado ao eleitor far-se-á pela escolha personalizada dentro da opção partidária, assinalando preferências pessoais, se o sistema o permitir, ou, à margem do sistema eleitoral, por um sistema informativo eficaz, meios de comunicação e acção política próprias, e regras de funcionamento do Parlamento e dos partidos adequados.

A este nível, o PS já propôs várias medidas, nomeadamente, uma rigorosa precisão de incompatibilidade dos deputados, uma limitação à possibilidade de substituição de deputados, o alargamento dos direitos de iniciativa legislativa, a abertura de gabinetes «locais» de diálogo cívico, a que naturalmente se poderão juntar medidas de maior transparência no funcionamento dos partidos, designadamente nas regras do seu financiamento.

A proposta do PSD corresponde, por isso, e só, no quadro descrito, à redução da relação deputado-eleitor em dados círculos, nada mais trazendo do que essa relação diminuída, e consagrando, *inadvertidamente*, numa geografia eleitoral de «laboratório», a liquidação dos pequenos partidos e a subversão da representação proporcional, funcionando, na «prática», como uma «barreira» à sua representação.



Alberto Martins

Próximo artigo:
«Uma carta viciada»

LETRA DE FORMA

CAPITAL

Da rubrica «Escrita em Dia»:

(...) O campo em que labutam os quadros comunistas na sua missão mobilizadora é, de facto, permeável a mensagens como a de «a terra a quem a trabalha», «abaixo a exploração capitalista» ou quejandas, que para grande parte dos portugueses já não passam de slogans de um passado para esquecer, mas para outros ainda funcionam a preceito, massacrados que estão por uma vida a baixo salário, a medo pelo presente e o futuro do emprego que têm, a receio pela doença que para curar custa «as horas da morte», a angústia pela casa sem conforto mínimo.

Quebrar força a este PC, assim, não é tarefa fácil para quem nela se empenha. E parece que levá-la a bom termo não está tanto nas mãos dos críticos, para os quais a vida do partido já será toda ela pouco mais do que um slogan desinteressante, mas sobretudo nas dos que, por estarem no poder ou próximo dele, podem levar a cabo reformas sólidas, nos planos cultural e social, de molde a esvaziar campos de luta onde outras searas já deviam ter nascido.

21.Maio.90

Diário de Notícias

Do editorial:

(...) Importa reconhecer que não é fácil substituir ou apontar sucessor a Álvaro Cunhal. Se há dirigentes que marcam, e cuja partida deixará sempre grandes vazios de orfanidade, ele é um deles - e não necessariamente por motivos de abusos de autoridade. Figuras como a sua têm um poder que ultrapassa o que lhes foi delegado ou que conquistaram ao longo dos anos; deriva também de uma imagem que se impõe às massas que dirigem, e com a qual estas se identificam de modo totalizante, com todos os riscos inerentes. Pode acontecer em famílias políticas de diversa tradição.

Independentemente do que representa o nome de Carlos Carvalho e do seu posicionamento na correlação de forças do PCP, há um património de prestígio resistente, nesta geração que chega ao render da guarda, que ele não poderá garantir por si só, por muitas qualidades que possa vir a revelar (...)

21.Maio.90

PÚBLICO

De um artigo de Vicente Jorge Silva:

(...) Só depois da tempestade que arrasou, uma atrás da outra, as fortalezas comunistas na Europa de Leste, a direcção do PCP deixou trair a sua inquietação descobrindo os «desvios» e «deformações graves» que os regimes derrubados haviam introduzido na marcha luminosa do socialismo. É então que, perante as convulsões verificadas no interior da própria URSS, Álvaro Cunhal admite o seu desencanto pelo rumo dos acontecimentos na pátria de Lenine.

Mas essa confissão de desencanto coincide já com o momento em que Gorbatchov, ultrapassado pelo processo que desencadeara, deixa de poder ser invocado como modelo vitorioso e referencial exaltante pelos «críticos». A queda dos regimes comunistas na Europa de Leste e a profunda crise interna da URSS acabam por reforçar o instinto de sobrevivência do PCP e o seu complexo de fortaleza assediada, enquanto os «críticos» se mostram incapazes de pensar - e assumir - o pós-comunismo (...)

21.Maio.90

O Comércio do Porto

De um artigo de Rui Vinhas da Silva:

(...) Cultura na acepção nacional envolve a discussão em grupo (normalmente três indivíduos numa mesa de café) em afirmação pública dos livros lidos na última quinzena, preferencialmente quantificada e devidamente anotada quanto a autores e posicionamento sociopolítico. Omite-se a editora por ser uma perigosa apesar de subtil referência ao capitalismo irracional de que de forma alguma se pode ser cúmplice. Proceda-se então à enumeração dos quadros do Cargaleiro e os mais ousados não perdem a oportunidade de se referirem à falta de transparência inicial do cubismo de Picasso que é como quem diz «Olha, já estive no Museu do Prado».

O sinal de vida do culto português é o livro à cabeceira, e o seu grito de guerra é o pá, na linha do «Ó pá, já viste o último filme de Woody Allen?». Finalmente, legitima-se a identificação do culto português pelo porte usual e descuidado do Jornal de Letras debaixo do braço e, tendência última, óculos de aros redondos à Fernando Pessoa, seu símbolo máximo e referência constante (...)

21.Maio.90

INTERNACIONAL

EUA e Grécia discutem bases militares

Os Estados Unidos e a Grécia iniciam hoje, em Washington, uma nova ronda de negociações de quatro dias sobre o futuro das bases norte-americanas em território grego.

A última ronda de conversações decorreu este mês, em Atenas, cujo Governo anunciou, a semana passada, que se tinham registado progressos «nos poucos pontos de divergência existentes».

Um porta-voz do Governo de Atenas admitiu então que se poderia chegar «a um novo acordo, se não houver complicações na próxima ronda de negociações (que hoje se inicia)».

As conversações da semana passada foram os primeiros contactos negociações entre as duas partes desde que o anterior Governo grego (socialista) suspendeu as conversações em Maio de 1989, ameaçando encerrar as bases.

O antigo primeiro-ministro grego, Andreas Papan-dreou, dera por terminado em Dezembro de 1988 o pacto grego-norte-americano de cinco anos. Na altura foram concedidos aos norte-americanos 17 meses para retirarem as suas forças, mas o Parlamento grego prorrogou esse prazo por seis meses.

Mas a semana passada, o porta-voz do Governo frisou que o novo executivo (conservador) do Presidente Constantine Mitsotakis está interessado na assinatura do acordo.

Anteriormente, Atenas fez saber do seu interesse em que o acordo tenha a duração de oito anos. Segundo fontes diplomáticas, Washington pretende por seu turno um acordo para 10 anos.

Lusa

Dirigentes do Báltico em Moscovo para dialogar com Gorbachev

Lituânia pode suspender declaração de independência

Os dirigentes das três repúblicas bálticas vão tentar hoje ser recebidos, em Moscovo, pelo Presidente soviético Mikhail Gorbachev, enquanto o Governo da Lituânia parece estar a considerar a suspensão da declaração de independência.

O anúncio da deslocação a Moscovo dos Presidentes da Estónia, Arnold Reutel, da Letónia, Anatoli Gordunov, e da Lituânia, Vitas Landsbergis, para se encontrarem com o Presidente soviético foi dado pela rádio lituana.

Segundo a agência Tass, o Governo lituano reuniu-se ontem e apoiou uma proposta que inclui a suspensão da declaração de 11 de Março sobre a independência.

De acordo com a mesma

fonte, essa proposta tem de ser discutida com o Parlamento lituano antes de ser submetida a todo o Parlamento para aprovação, provavelmente na sessão programada para sexta-feira.

Entretanto um especialista militar ocidental, Hans Binnendijk, revelou que o Kremlin está a retirar as suas armas nucleares daquelas repúblicas. Esta informação foi dada durante um seminário sobre o Báltico, realizado em Estocolmo.

Segundo o director do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, que cita um alto funcionário soviético, a URSS está a remover «todas as armas nucleares» por causa dos problemas nas três repúblicas bálticas.

Binnendijk adiantou que

aquelas repúblicas não eram um elemento fundamental na estratégia militar soviética e previu que Moscovo iria procurar obter um acordo internacional para criar uma zona desnuclearizada no Báltico.

Dubcek aconselha negociação

Ontem em Moscovo, no termo de uma visita de quatro dias à URSS, o dirigente da «Primavera de Praga», Alexander Dubcek, hoje presidente do Parlamento checoslovaco, falando em conferência de imprensa, aconselhou os lituanos a negociarem a sua independência com o Kremlin.

Durante o encontro que manteve com Gorbachev, o Presidente soviético declarou que a complexidade da

reorganização nos países de Leste não deve impedir a Europa de ultrapassar a sua divisão em blocos e de avançar para a criação de um novo sistema de segurança e cooperação.

Gorbachev recebeu durante hora e meia o dirigente checoslovaco que visitou pela primeira a URSS, após a intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia em 1968.

Segundo a Tass, o líder soviético, referindo-se à intervenção na Checoslováquia, disse que essa acção teve uma influência negativa sobre o desenvolvimento da União Soviética, adiando as reformas previstas e conduzindo a um impasse.

Redacção «DL»/Lusa/AFP

Preparação da cimeira prossegue em Washington

O Presidente soviético Mikhail Gorbachev enviará esta semana a Washington peritos de armamento para retomarem as negociações pré-cimeira sobre a redução de armas nucleares de curto alcance.

Os negociadores analisarão meia dúzia de questões que não foram resolvidas quando o secretário de Estado norte-americano, James Baker, esteve a semana passada em Moscovo.

O objectivo é conseguir o maior acordo possível antes da chegada de Gorbachev, a 30 de Maio, para uma cimeira com George Bush.

A administração norte-americana não revelou quais são as suas prioridades antes das conversações começarem, quarta ou quinta feira, mas

um dos seus principais objectivos é impedir a modernização dos mísseis soviéticos SS-18.

A delegação soviética que esta semana se desloca a Washington será chefiada por Alexander Bessmertnykh, conselheiro muito próximo de Gorbachev que na próxima segunda-feira deverá apresentar as suas credenciais a Bush como novo embaixador soviético nos Estados Unidos.

Relatório SIPRI sobre desarmamento

As despesas globais com armamento quase não decresceram no ano passado e não se conseguiu o «dividendo do desarmamento ou prémio da paz» esperado do fim da guerra fria, revelou o Instituto Internacional de Esto-

colmo para a Pesquisa da Paz (SIPRI) no seu relatório anual.

O relatório refere que 26 países em desenvolvimento obtiveram mísseis balísticos aptos ao transporte de ogivas nucleares, químicas ou biológicas. A proliferação deste tipo de armas «criou um novo temor de corrida às armas entre as potências regionais em formação», alerta o relatório do SIPRI.

Contudo, os países do Terceiro Mundo, com dificuldades financeiras, compraram menos armamento e gastaram menos no ano passado-cerca de 16 mil milhões de dólares-do que em qualquer outra fase desde 1976, adianta ainda o estudo de 700 páginas.

Redacção DL/ Lusa

Oposição na RFA é favorita para as próximas eleições

Mais de metade dos alemães ocidentais (54 por cento) prevêem uma vitória dos partidos da oposição, Verdes e sociais democratas (SPD), nas próximas eleições gerais na RFA a realizar no fim do ano, revelou uma sondagem realizada em Maio pelo Instituto Mannheimer Forschung Wahlen.

Só 36 por cento das 1008 pessoas interrogadas prevêem uma vitória dos partidos actualmente no Poder, enquanto em Abril deste ano esta per-

centagem elevava-se a 59 pontos.

Quanto às intenções de voto, caso as eleições se realizassem no próximo domingo, 42 por cento dos interrogados declararam que votariam nos partidos democratas-cristãos (CDU/CSU), um por cento menos que em Abril. O SPD recolheu 40 por cento das intenções de voto, mais um por cento que no mês passado e os restantes partidos mantiveram o mesmo score (oito por cento para os liberais

do FDP, sete por cento para os Verdes e dois por cento para os Republicanos da extrema-direita).

Esta sondagem revelou ainda que H-D Genscher (FDP), actual ministro dos Negócios Estrangeiros, é o político mais popular da Alemanha Federal, seguido por Oskar Lafontaine (SPD). Helmut Kohl, cuja popularidade continua a descer, encontra-se na sexta posição.

Redacção DL/Lusa



O ex-senador norte-americano Harrison Schmitt exhibe um boletim de voto alegadamente já marcado com a cruz a favor da Frente de Salvação Nacional

As eleições na Roménia

Resultados parciais confirmam vitória esmagadora de Iliescu

O líder da Frente romena de Salvação Nacional, Ion Iliescu, tornou-se hoje, por maioria esmagadora, o primeiro Presidente democraticamente eleito do país, segundo resultados parciais oficiais.

As cifras divulgadas pelo Gabinete eleitoral central mostram que Iliescu, de 60 anos, teve 9,77 milhões dos 11,25 milhões de votos já contados. Iliescu precisa dos votos de mais de metade dos 16 milhões de eleitores romenos para assegurar a vitória nas eleições de domingo. Resultados oficiais mostram que Iliescu obteve 86,83 por cento dos votos já escrutinados, contra 9,61 por cento para o seu adversário do Partido Liberal Nacional, Radu Campeanu, e 3,56 por cento para o candidato do Partido Nacional dos Camponeses, Ion Ratiu. Outros resultados das eleições parlamentares mostram que a Frente de Salvação Nacional, de centro esquerda, obteve 68 por cento dos votos para a Assembleia de Deputados de 387 membros e 69,82 por cento para o Senado de 119 assentos.

A União Democrática Húngara da Roménia, que representa a principal minoria étnica do país, ficou em segundo lugar com sete por cento dos votos para a Assembleia e 6,95 por cento dos votos para o Senado, segundo os resultados divulgados a meio da manhã.

Os liberais obtiveram 5,7 por cento dos votos para a Assembleia já escrutinados e 6,07 por cento dos votos para o Senado.

O Movimento Ecológico teve 21,71 por cento dos votos para a Assembleia e 2,45 por cento para o Senado, ultrapassando o Partido dos Camponeses de Ratiu.

Os observadores internacionais que acompanharam as eleições, revelaram ontem as suas reservas e críticas quando à organização do acto, mas não denunciaram fraudes, como o fizeram as forças da oposição.

Este facto significa que a Roménia vai poder ser admitida nos fóruns democráticos ocidentais e beneficiar de apoios económicos.

Redacção «DL»/Lusa/AFP

INTERNACIONAL

Na sequência do massacre de palestinianos

Arafat pede visto aos EUA para ir a reunião da ONU

O massacre de oito palestinianos no domingo por um jovem israelita, alegadamente sofrendo perturbações mentais, está a ter consequências em todo o mundo árabe. Enquanto prosseguem as manifestações de protesto em quase todas as capitais dos países da região e nos territórios ocupados, onde ontem se registaram mais três mortos palestinianos em confrontos com o exército de Israel, o Conselho de segurança da ONU vai hoje reunir de emergência para analisar a situação, a pedido das nações árabes. O líder da OLP, Yasser Arafat, pediu mais uma vez visto para participar na reunião, pondo de novo os EUA num dilema, já que se acredita que, tal como em 1988, não lhe será permitida a ida a Nova Iorque.

Se as autoridades norte-americanas recusarem o visto, violando de novo o acordo estabelecido quando da criação da ONU, segundo o qual não poderiam impedir a entrada no país de ninguém que fosse convidado pela organização, é provável que a reunião seja transferida para Genebra ou Viena.

Segundo os países árabes que pediram a reunião, está em causa a segurança da população palestiniana em Israel e a OLP já pediu que para lá sejam enviados os «capacetes azuis» das Nações Unidas.

O Governo israelita continua a insistir que o massacre foi um acto isolado de um louco e já apresentou condolências e desculpas às famílias das vítimas. No entanto, isso não parece ser suficiente para diminuir a cólera dos palestinianos que continuam a manifestar-se violentamente, atirando pedras aos soldados israelitas. Estes respondem muitas vezes a tiro e desde domingo já mataram dez manifestantes. Ontem,



Mulheres palestinianas fazem sinais de vitória durante uma manifestação de protesto, em Beirute, contra a morte de sete palestinianos nos territórios ocupados

foram mortos três: um homem e duas mulheres, uma de 55 anos e outra de 17. Para os palestinianos, o massacre de Rishon Le Zion, um local 15 quilómetros a sul de Telavive, foi a demonstração cabal da falta de segurança do seu povo contra a agressividade dos extremistas israelitas, que, entre outras coisas, querem pura e simplesmente que os árabes sejam expulsos do Estado de Israel. Neste momento, o líder conservador e primeiro-ministro interino, Yitzhak Shamir, está a tentar formar Governo, aliando-se precisamente aos partidos de extrema-direita que defendem esse tipo de soluções. Rishon Le Zion é um dos «mercados de escravos» nos arredores das grandes cidades israelitas onde diariamente acorrem centenas de trabalhadores palestinianos. É lá que con-

seguem trabalho para um dia, geralmente desempenhando tarefas na construção civil (caso dos oito operários mortos no domingo) para patrões israelitas.

Ontem, o «mercado de escravos» (nome pelo qual são conhecidos estes locais) de Jerusalém, situado na Porta de Damasco, apresentava apenas algumas dezenas de palestinianos em vez dos cerca de 500 que lá costumam ir todos os dias. O medo de novos atentados de extremistas israelitas ou de represálias dos próprios palestinianos, cuja Direcção Unificada decretou uma greve geral de três dias, foram os responsáveis pelo reduzido número de operários palestinianos que dependem deste trabalho à jorna para sustentar as suas famílias.

Redacção «DL»/AFP

Conflito fronteiriço Guiné-Senegal agrava-se

No passado sábado registaram-se violentos confrontos entre forças senegalesas e da Guiné-Bissau na fronteira Norte, em São Domingos, próximo de Cacheu. Pela primeira vez, os confrontos, de que resultaram 4 soldados senegaleses feridos e dois desaparecidos, envolveram a utilização de peças de artilharia. Segundo a agência Lusa,

que cita fontes oficiais, as forças guineenses utilizaram mísseis terra-terra.

Os confrontos do passado sábado prendem-se com a questão do diferendo que opõe a Guiné-Bissau ao Senegal sobre as fronteiras marítimas, consideradas ricas em petróleo. Esta questão, de longa data, foi já submetida a um Tribunal

Arbitral, em Genebra, que deveria pronunciar-se sobre a quem pretenderia, de facto, o território em disputa. A decisão, revelada em Julho de 1989, foi favorável ao Senegal, contra todas as expectativas criadas pelo Governo guineense. Um mês depois, Bissau declara-se estupefacto com a sentença, classifica-a de «parcial», considera-a

«nula e de nenhum efeito» e continua a reivindicar as suas pretensões sobre as águas territoriais. Na origem dos acontecimentos de sábado estão também os confrontos registados nos últimos dias entre separatistas casamancezes e as tropas do Senegal, de que resultaram dois mortos e 79 feridos.

Redacção DL/Lusa/AFP

B R E V E S

Responsável soviético encontra-se com Barroso

O director do Departamento África do ministério soviético dos Negócios Estrangeiros, Iuri Iukalov, encontra-se em Lisboa para conversações sobre a evolução do conflito angolano. Iukalov, que será recebido esta tarde pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, afirmou que Moscovo continuará a apoiar militarmente os Governos de Angola e da Etiópia, caso não se verifique um decréscimo da ajuda militar aos movimentos anti-governamentais.

Ontem, delegações da URSS e de Portugal chefiadas respectivamente por Iukalov e por António Monteiro, Chefe do Gabinete de Durão Barroso, tiveram reunidas para analisar a evolução do conflito em Angola.

lémenes unem-se hoje

Um novo país vai surgir hoje à tarde. Trata-se da República do Iémen, que nasce da unificação entre a República Democrática do Iémen (Sul) e a República Árabe do Iémen (Norte), cuja fusão foi antecipada para hoje, depois de ter sido anunciado em Novembro que ela poderia ser efectuada até ao fim deste ano. Hoje de manhã, o parlamento do Iémen do Sul ratificou a decisão e a unificação deverá ser celebrada nas próximas horas. A nova capital será Sana e o primeiro presidente será o ex-dirigente máximo do Iémen do Norte, o coronel Ali Abdullah Saleh.

Greve geral na Grécia

O anúncio de medidas económicas drásticas que afectam o poder de compra da população pelo Governo conservador do recém-eleito Constantin Mitsotakis, levou a que confederações sindicais gregas tenham convocado para hoje uma greve geral de protesto. Segundo os líderes sindicais, dois milhões de trabalhadores deverão participar da greve, que afectará meios de transporte, bancos, serviços públicos e escolas.

Acordo em El Salvador

Após cinco dias de reuniões em Caracas, as delegações do Governo de El Salvador e da guerrilha da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) assinaram ontem um acordo em que se prevê a reintegração dos rebeldes na vida civil, institucional e política. Segundo o medianeiro das Nações Unidas, Álvaro de Soto, as duas partes em conflito marcaram uma nova reunião para Junho, em que deverá ser marcado o calendário para o cessar-fogo de uma guerra que em dez anos, já provocou mais de 70 mil mortos.

Filha e netas de Barco escapam a atentado

A filha e duas netas do presidente colombiano, Virgílio Barco, escaparam ontem a um atentado quando um guarda-costas conseguiu desactivar um engenho explosivo de 70 quilos de dinamite, colocado entre dois cilindros de gás nas proximidades do colégio de Bogotá onde se encontravam.

UTILIZE JÁ NESTA COLHEITA O SEU NOVO TRACTOR.



Sem esperas, sem créditos difíceis, sem despesas pesadas.

Com a Sofinloc pode escolher - nós financiamos, em *leasing*. As máquinas agrícolas de que Você necessita. No tempo preciso.

A Sofinloc tem resposta, faça chuva ou faça sol. Consulte-nos.



SOFINLOC
SOCIEDADE FINANCEIRA
DE LOCAÇÃO, S.A.

Lisboa — 726 80 53 • Porto — 68 92 51 • V. Nova Famalicão — 7 44 83 • Aveiro — 2 90 58 • Leiria — 81 19 66 • Faro — 2 91 89

O processo da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE) é hoje considerado como o único fórum europeu capaz de avaliar soluções prometedoras para a nova arquitetura europeia

CSCE entre o passado e o futuro

Na elaboração dos planos para a futura arquitectura europeia, uma pequena sigla parece ser a palavra mágica para a solução de todos os problemas. A Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, CSCE, anda na boca de toda a gente, e para muitos constitui o fórum mais adequado para debater as questões que hoje se levantam à Europa. No entanto, este processo, agora ressuscitado, nasceu numa época bem diferente daquela que hoje conhecemos e raramente, a não ser no seus momentos iniciais, levantou grande expectativa.

Quando, em 1945, os Aliados se reuniram em Yalta, o general de Gaulle, que não foi convidado, acusou os Estados Unidos e a União Soviética de terem procedido a um divisão do mundo em zonas de influência. Na realidade, o então Presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, foi sempre hostil à esta concepção, não admitindo, nomeadamente, que os EUA reconhecessem formalmente a situação de facto estabelecida de cada lado da «cortina de ferro».

Face a esta recusa norteamericana, e a partir da cimeira de Berlim em Fevereiro de 1954, os soviéticos começaram a pressionar os ocidentais a fim de obter uma consagração jurídica das zonas de influência na Europa. Foi então que o ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Molotov, sugeriu a convocação de uma «Conferência sobre a Segurança Europeia», que deveria mais tarde evoluir para uma reunião entre o Pacto de Varsóvia e a NATO, acabando por se transformar numa «Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa» (CSCE), que engloba hoje os países membros da NATO, do Pacto de Varsóvia e os países neutros da Europa.

No entanto, os ocidentais demoraram algum tempo a admitir este princípio e só em 1969 é que aceitaram corresponder às solicitações dos soviéticos, mediante quatro condições: participação dos EUA e do Canadá; conclusão de um acordo quadripartido sobre Berlim (1971); negociações sobre uma redução e equilíbrio de forças; agendamento do problema das liberdades individuais e da livre circulação das pessoas e das ideias. A aceitação, mediante estas condições, pelos ocidentais, foi na altura considerado como um grande sucesso da diplomacia soviética.

Duas décadas para chegar a acordo
Foram necessários, no en-

tanto, 21 anos de negociações para alcançar um acordo que, no final de Julho de 1975, trouxe a Helsínquia 35 chefes de Estado e de Governo para assinar, no dia 1 de Agosto, a Acta Final da Conferência de Helsínquia e iniciar o processo da CSCE.

Essencialmente, este processo é um fórum de discussão entre todos os países europeus (excepto a Albânia), os EUA e o Canadá sobre temas de segurança e cooperação no Velho Continente. A Acta Final delimitou três temas distintos, ditos «cestos» que são analisados em sucessivas conferências CSCE que se têm realizado até hoje.

O «primeiro cesto» diz respeito à segurança e enumera os princípios abstractos a respeitar pelos Estados: igualdade, não recurso à ameaça ou ao uso da força, inviolabilidade das fronteiras e não intervenção nos assuntos internos de um outro Estado.

O «segundo cesto» aborda a cooperação económica, científica e técnica.

O «terceiro cesto» enumera os princípios a respeitar por todos no que diz respeito aos direitos do homem e às liberdades fundamentais. Foi neste «cesto» que se concentraram as maiores exigências norteamericanas e que os soviéticos maiores dificuldades tiveram em cumprir.

Mas os resultados da Conferência de Helsínquia foram

decepcionantes e até às recentes transformações a Leste, só a URSS parecia estar verdadeiramente a beneficiar, ou seja, os ocidentais tinham reconhecido formalmente a zona de influência soviética, mas a URSS não correspondeu por seu lado às expectativas do Ocidente, nomeadamente no que se refere ao respeito pelos Direitos do Homem. Em 1976, Henry Kissinger resumia a situação ao declarar que a cooperação «exige a reciprocidade e não pode sobreviver a constantes tentativas de procura de vantagens unilaterais». De facto os compromissos assumidos em Helsínquia não alteraram em nada a natureza repressiva dos regimes do Leste e paralelamente, assistiu-se a um sobrearmamento da União Soviética assim como à manutenção de mais de 60 por cento das forças do Pacto de Varsóvia na Europa Central. O ano de 1975 coincidiu também com a expansão soviética nas ex-colónias portuguesas.

A CSCE chegou pois à era Gorbachev, dez anos mais tarde, com um enorme deficit de resultados e o total descrédito das suas iniciativas para promover a segurança na Europa.

O renascer do processo

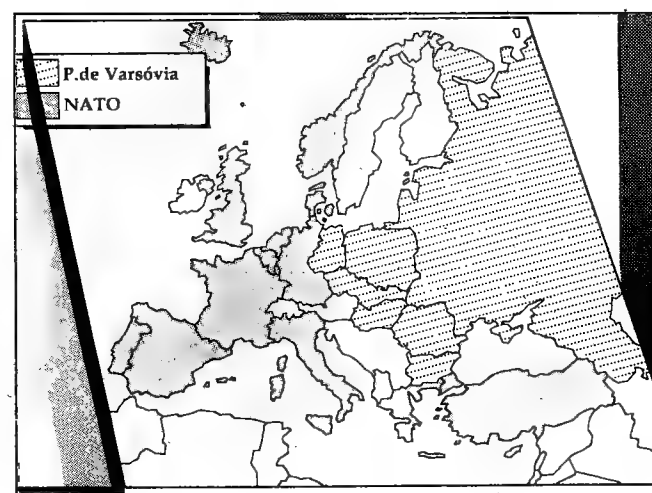
Hoje em dia, perante uma total reestruturação dos dados político-estratégicos na

Europa, resultado da emancipação dos Estados socialistas do jugo soviético, o quadro alterou-se profundamente. Embora ainda não haja indícios claros que apontem inequivocamente para o fim da corrida bélica e ideológica entre as duas superpotências, não deixa de ser também inegável que estamos a viver uma situação de transição. O antagonismo feroz entre os dois blocos já não existe, veja-se o ritmo adoptado nas negociações sobre o desarmamento nos últimos dois anos, e o relacionamento entre ambas as partes, caracterizado pela resolução pacífica dos conflitos regionais, é muito positivo.

Paralelamente, é cada vez mais difícil justificar a função das duas alianças militares, NATO e Pacto de Varsóvia, que hoje buscam novas formas de se manterem vivas, mas não escapam a alguma dissonância com a realidade.

Neste contexto de aproximação entre os blocos, e perante a necessidade de encontrar novas instituições que proponham soluções duradouras para a segurança na Europa, voltou-se a falar no processo da CSCE com a mesma esperança que rodeou a sua implementação em 1975.

Agora que as exigências ocidentais de democratização do Leste estão a ser cumpridas e que nos encontramos numa fase de desarmamento, a CSCE reúne as condições



necessárias para cumprir o seu propósito, ou seja, fortalecer a segurança e desenvolver a cooperação na Europa.

Transferência de competências

No fundo, o que até agora bloqueou o funcionamento da CSCE foi o antagonismo ideológico entre o mundo «comunista» e o «capitalista». Assim, de cada lado, foram-se construindo instituições que separadamente abordavam os problemas que, mais tarde em Helsínquia, se decidiu abordar em conjunto. Logo a seguir à II Guerra Mundial, o bloco ocidental instituiu o Conselho da Europa, a NATO e a CEE que, respectivamente, tratavam dos problemas dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais, da segurança

e do desenvolvimento económico. Do lado soviético, formou-se o Pacto de Varsóvia e o COMECON.

Quando hoje se fala de reactivar o processo CSCE, inevitavelmente o problema das competências respectivas vem ao de cima. Enquanto, do lado soviético as instituições «internacionais» estão a desmoronar-se, o mesmo já não acontece do lado ocidental. A CEE, após o alargamento ibérico, o Acto Único e agora a união económica e política, saiu singularmente reforçada. O Conselho da Europa, após a brilhante presidência portuguesa, reencontrou-se na construção da nova arquitectura europeia e prepara-se para receber novos países membros vindos do Leste. A NATO, encontra-se neste momento numa fase de redefinição da sua função, e tudo leva a crer que futuramente verá a sua componente política reforçada. Assim, as instituições ocidentais defendem-se perante a possibilidade de terem no futuro de transferir as suas respectivas áreas de competência para o processo CSCE.

Para muitos, a solução seria a absorção no seio do Conselho da Europa, da CEE, e da NATO das jovens democracias do Leste, como está a acontecer com a RDA. Mas uma verdadeira solução, prometedora de uma cooperação sólida e de um melhoramento da segurança, terá de ter em conta os interesses da União Soviética. Ora, a CSCE é hoje praticamente aceite por todos como o único processo capaz de avaliar soluções positivas, mas a sua estrutura, tal qual ela existe hoje, entra em conflito com as instituições do ocidente. Para englobar simultaneamente os interesses da União Soviética, dos EUA e da Europa Ocidental ter-se-á que operar uma redefinição deste fórum, e nessa perspectiva já se fala numa Helsínquia II, ou do tratado de paz da guerra fria.



Aspecto geral da Conferência de Helsínquia, em 1975

Nuno Azevedo

TSF
RADIO JORNAL

FM
89.5

BENFICA-MILÃO

NO MAIOR ECRAN DA EUROPA

Cidade Universitária (Campo Grande)

A PARTIR DAS 15 HORAS

Relato de Fernando Correia e Jorge Perestrelo

Uma iniciativa TSF / CML

A CIDADE MERECE ESTE ESPECTÁCULO

APOIO:

GALP

RANK XEROX



CITROËN



TELECOM PORTUGAL



AEG



PUBLICO

Gibbs
SÓ PARA HOMENS

Organizado sob a designação «Automóvel, meu amigo», o Salão Internacional do Automóvel, que decorre até domingo nos pavilhões da Exponor, em Matosinhos, constitui a mais importante mostra do automóvel até hoje realizada em Portugal, mas este «amigo», que se espera seja visitado por mais de 300 mil pessoas, é um amigo cada vez mais caro

«Automóvel meu amigo»... cada vez mais caro

A situação de impasse que vive o sector automóvel em Portugal, causado pelas medidas artificiais de contenção do mercado, traduzidas nas restrições ao crédito e numa fiscalidade elevada, não fez esmorecer o interesse dos grandes construtores mundiais pelo Salão Internacional do Automóvel do Porto.

Os cerca de três milhões de contos investidos pelos 130 expositores ali presentes, representa uma forte aposta no futuro deste sector.

Todos acreditam em que o facto de Portugal possuir a mais baixa taxa de motorização da Europa Ocidental, abaixo da Grécia, e cerca de três vezes inferior à de países como a França e a RFA, o que nos coloca em penúltimo da lista, constitui motivo suficiente para se acreditar que o mercado português tem potenciali-

dades para se desenvolver, apesar dessas restrições artificiais de que todos se queixam, desde os importadores aos consumidores.

Isso explica o facto de quase todas as marcas terem trazido ao Porto os seus luxuosos stands, criando na Exponor um cenário muito idêntico, em visual, ao que pode ser visto nos grandes salões internacionais, onde não faltavam as plataformas giratórias, modelos em corte, motores em transparência, etc.

Se os segmentos da gama baixa, aqueles que mais se vendem em Portugal, estavam todos expostos, a ideia de vincar prestígio ficou igualmente bem vinçada, não só através dos modelos de alto de gama, como de protótipos e concept cars.

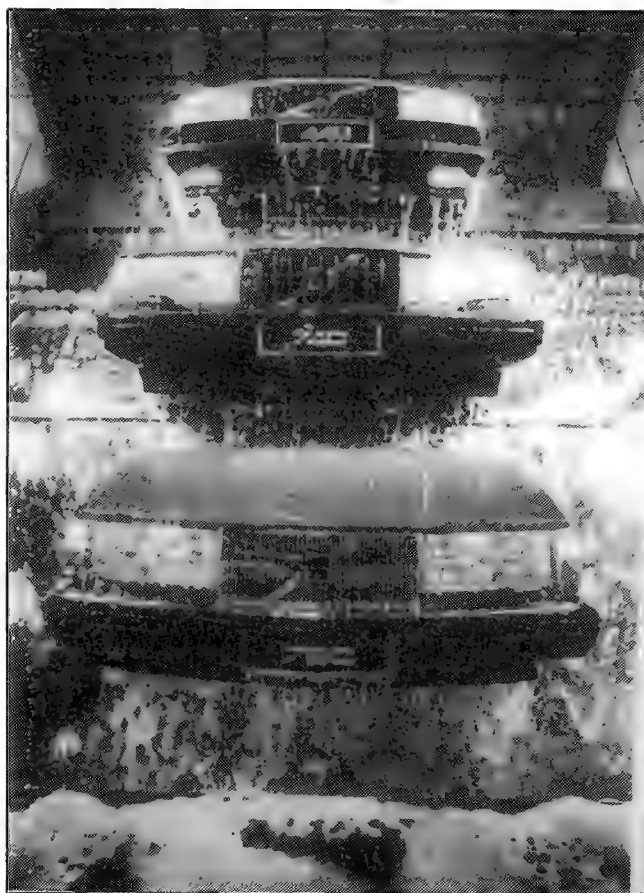
Os desportivos estiveram também largamente representados, com especial des-

taque para as marcas japonesas.

A Alfa Romeo pôs ênfase na sua gama 33, recentemente apresentada em Portugal, em diversas versões, incluindo uma Station Wagon. Mas a grande vedeta foi o SZ, um modelo de produção reduzida, insólito no seu estilo, e recebendo, no plano da mecânica, os sistemas mais avançados da marca italiana. Destaque também para a versão renovada do 75 Turbo, a atrair igualmente as atenções.

Rodeado pelo conjunto de modelos que constituem a sua produção actual - o 80, 90 e 100, o desportivo coupé o V8 com caixa manual de cinco velocidades, a Audi deslumbrou com o 90 IMSA, veículo que representa desportivamente a marca nos Estados Unidos.

A BMW, foi uma das marcas que apostou mais fortemente neste Salão, dispondo de uma enorme área de exposição e de um conjunto de modelos para todos os gostos da clientela que a eles pode aspirar. A sua grande novidade é o 850i, um Grande Turismo equipado com um motor de 12 cilindros. Presentes igualmente os modelos da série 5, equipados com motores de quatro válvulas por cilindro, o M5 e 750 iL, e numerosas



Uma cascata lançando água sobre a frente de três carros para chamar a atenção dos dez anos de garantia anti-corrosão da Volvo

versões da série 3.

Ainda pouco intrudizada no mercado português, a Daihatsu não passou todavia despercebida, destacando-se com o Charade GTi e

estreando o Aplause três volumes com motor de 1.6 litros.

A Ford, ocupando um vasto espaço, com o branco em predominância, desde as



O protótipo TL da Seat define os conceitos futuros da marca

cores da maioria dos carros aos vestidos dos seus numerosos manequins, elegeu como vedeta o protótipo Ghia Via, apresentado como o desportivo do ano 2000, veículo que recebe os mais recentes avanços tecnológicos, entre os quais a fibra óptica utilizada no sistema de iluminação.

Outra novidade é o Sierra Cosworth de tracção integral, agora mais potente, e que constitui a arma da Ford para os ralis.

A versão Turbo do Fiesta é outras das novidades que os apreciadores dos pequenos desportivos podem ver no Porto. A completar o cenário, apresenta todos os restantes modelos vendidos em Portugal.

A Lancia, que verdadeiramente não tinha novidades para mostrar, apresentou a gama completa do seus modelos comercializados no mercado português, tendo como cenário de fundo um Delta Integrale de Didier Auriol, que atrai especialmente a camada mais jovem.

Relativamente apagada em termos promocionais, desta vez a Mzada saiu da concha e apresentou duas estreias nacionais o pequeno desportivo MX 5 que inclui uma versão descapotável, e a gama 323 bem como o RX-7 e 626 coupé.

Também ainda sem grande expressão no nosso mercado, a Mitsubishi tem vindo a alargar a sua influência. Se o HSX é exemplo da sua capacidade tecnológica, a linha Lancer e Galant constituem a sua oferta prática.

A Nissan, para além da

COMPRE A PREÇOS DE 1989 PNEUS DE OCASIÃO 1750\$00

O MELHOR CLIENTE
VAMOS SORTEAR EM SETEMBRO UMA VIAGEM AO MÉXICO COM ESTADIA PAGA

PNEUS NOVOS NACIONAIS	RECONSTRUÍDOS INTERNACIONAL
145x10	3 900\$00
155x12	4 600\$00
175x70x12	5 800\$00
135x13	3 900\$00
145x13	4 500\$00
155x13	5 000\$00
165x13	5 500\$00
145x70x13	5 000\$00
155x70x13	5 600\$00
165x70x13	5 900\$00
175x70x13	6 400\$00
185x70x13	6 700\$00
145x14	5 000\$00
165x14	6 000\$00
175x14	6 500\$00
185x14	7 300\$00
185x14c	8 500\$00
195x14c	8 500\$00
195x70x14	11 000\$00
205x70x14	12 000\$00
650x16 10PR ..	10 298\$00
700x16 10PR ..	11 594\$00
750x16 10PR ..	13 313\$00

MONTAGEM GRÁTIS

PNEU REMODELADO

SOMOS Tel. 947 28 72

Rua Cidade S. Salvador, ALSF, Bairro de Angola — CAMARATE

FILIAL 1 — BARRO — LOURES — Tel. 983 60 87

Fica à saída de Loures na Estrada para MALVEIRA

FILIAL 2 — TRAJOUCE — S. DOMINGOS DE RANA — Tel. 244 22 21



Auto Monumental do Arecife
S.A.



CONCESSIONÁRIOS

AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

Entre a apreensão e a confiança

À primeira vista parece haver uma contradição entre as dificuldades que vivem o comércio e a indústria automóvel, face a uma exagerada fiscalidade, sem paralelo em qualquer outro país da Comunidade, e os avultados investimentos feitos neste Salão.

Um breve inquérito junto dos responsáveis de algumas das principais marcas, revela um conjunto de opiniões em que a apreensão e as queixas se misturam com a esperança de que a necessidade de progresso e a dinâmica económica e social acabem por fazer de Portugal um País normal.

J. Botelho Tomé (Ford Lusitana)

A Ford está extremamente satisfeita com a evolução das nossas vendas, quer em volume, quer em penetração.

O Fiesta, que estabeleceu um novo recorde de vendas na Europa para o primeiro ano de comercialização de um novo carro, constituiu também em Portugal um êxito estrondoso, ajudando a Ford a alcançar a maior melhoria de penetração de qualquer das principais marcas.

Quanto às perspectivas, o mercado português tem demonstrado extraordinária robustez, apesar das medidas restritivas de crédito, sendo de registar que este último Abril foi o primeiro mês, em um ano, em que as vendas aumentaram comparativamente com o mesmo mês do ano anterior, o que abre esperanças de que o mercado se tenha estabilizado e de que a quebra tenha sido sustida.

Seria extremamente desejável que no mais curto prazo a fiscalidade sobre o automóvel em Portugal se aproxime decisivamente dos regimes dos restantes países da CEE, a fim de termos um mercado mais normal, em que mais compradores possam ter acesso a carros das classes média e superior, acabando com o tradicional predomínio absoluto no mercado português dos carros dos segmentos inferiores.

Manuel Ortigão Ramos (SIVA -Volkswagen)

Apesar do potencial do mercado automóvel português devido às necessidades de aumento do fraco índice de motorização e da modernização do parque, as vendas de automóveis têm apresentado em 1990 uma tendência decrescente derivada das restrições de crédito introduzidas em Março de 1989.

Pensamos que o mercado atingirá, assim, valores inferiores aos de 1989 e substancialmente reduzidos se comparados com os de 1988.

Não queremos deixar de registar a divergência da fiscalidade automóvel em Portugal face à genericamente praticada na CEE.

No que respeita às marcas VW e Audi, constatamos que, mau grado a tendência de mercado referida, apresentam globalmente resultados superiores aos do ano anterior.

Francisco Romãozinho (Citroen)

A taxa de motorização em Portugal, como é sabido, é a mais baixa da Europa. O parque automóvel em Portugal é o mais velho da Europa Ocidental. Os transportes públicos em Portugal estão longe de ser os melhores, ou mesmo de atingir o nível mediano.

Felizmente o poder de compra dos portugueses tem vindo a aumentar.

Todos estes condimentos - e outros há que não vale a pena mencionar agora - são mais que suficientes para que a tendência natural do mercado automóvel português seja a expansão.

De facto, só condicionamentos artificiais pela via fiscal têm impedido que o mercado automóvel evolua da maneira que seria natural evoluir, com vista a atingir as taxas de motorização que existem nos outros países da Europa.

Essas medidas fiscais foram aplicadas em 1989. Em consequência, o mercado decaiu de maneira brutal. Pensamos que neste ano de 1990 voltará aos volumes de 1988.

Pinheiro de Melo (Rover)

Em termos globais penso que o mercado vai crescer em relação ao que se estava à espera, não sofrendo o decréscimo que se pensou. Quanto muito estabilizará.

É evidente que, se não fosse o nosso sistema fiscal, Portugal teria probabilidades de aumentar substancialmente o parque. A captação de automóveis por pessoa é muito baixa e temos um parque muito antigo.

No caso da Rover, lançamos os novos modelos da série 200 e 400, em relação aos quais estamos a sentir uma procura superior à oferta.

Possivelmente antes do fim do ano apresentaremos o novo Metro, recentemente lançado em Inglaterra e que terá versões 1100 e 1400, com diversos tipos de acabamentos e caixas de velocidades novas fabricadas pela Rover, sob licença da PMA, com algumas alterações.

O nosso grande problema neste momento é a dificuldade de abastecimento.

Ana Margarida Maia de Loureiro (Renault)

Na opinião da Renault Portuguesa, o mercado automóvel manterá, em 1990, o mesmo nível de 1989.

No ano passado tivemos um aumento substancial de vendas nos primeiros três meses do ano, registando-se uma queda progressiva após Abril, devido às medidas restritivas ao crédito tomadas pelo Governo.

Em 1990, as vendas serão mais equilibradas durante o ano e, a manter-se a actual legislação, tudo faz prever que o Mercado de Todas as Marcas (MTM), se situe em cerca de 190 mil veículos de passageiros.

A Renault espera manter a penetração à volta dos 20 por cento, verificando-se assim uma estabilização da sua posição de líder do mercado automóvel, tanto em veículos de passageiros como em comerciais ligeiros.

Em termos de produto, pensamos que o final do ano venha equilibrar as vendas da Renault no segmento do Renault 5 com o novo modelo CLIO, que vai ser lançado e que, juntamente com o Renault 5, que continua a ser produzido e comercializado, fortalecerá este segmento, que constitui a grande aposta das nossas vendas.

Hipólito Pires (Seat)

Penso que a economia não está dependente só de um factor de controlo da inflação, mas dentro de uma envolvente global de vários factores.

Acredito que o baixo índice de motorização em Portugal tem que vir a ser resolvido e que, uma vez controlada a inflação, se vão criar de novo as condições normais para o desenvolvimento do mercado.

No que respeita à Seat, acreditamos que vamos vender 12 mil automóveis (cerca de 15 por cento mais que no ano passado), o que, dentro do plano que tínhamos traçado para este ano, significa um ligeiro aumento de penetração.

Estamos a preparar o ano de 1991 com todo o cuidado, com uma nova gama de produtos. Vamos lançar o Toledo e todos os anos lançaremos um modelo novo a partir do próximo ano.

Toyota (Salvador Caetano)

Infelizmente as coisas mantêm-se. Diria mesmo que até se agravaram.

O sector automóvel foi ultimamente muito penalizado por todo um conjunto de medidas que reduziram substancialmente as vendas.

Não cremos que seja por esta via que o Governo vai reduzir a taxa de inflação.

Estou convencido de que os números dramáticos vão confirmar-se, porque nada se alterou que facilitasse o desenvolvimento das vendas.

O automóvel no nosso País continua a ser caro em relação a qualquer outro país.

Se retirassem as taxas que pesam sobre os automóveis reduziriam a taxa de inflação.

Calibra, o 4x4 da Opel a lançar em breve em Portugal

A sua gama já conhecida, exibia o 330 ZX, um coupé de rara beleza, com motor V6 Biturbo, de 24 válvulas, variador de fase e suspensão «multi-link» nos dois eixos. No domínio dos protótipos, apresentou o Primera-X, já visto em Frankfurt e Tóquio.

A Renault foi outras das marcas a apostar fortemente neste Salão, concentrando no entanto a sua atenção nos modelos comercializados em Portugal e já conhecidos, numa perspectiva puramente comercial. A cerca de 500 metros da Exponor montou um centro de ensaios onde os interessados, mediante uma inscrição prévia, podiam experimentar diversos modelos.

Na Toyota, o MR2, belo coupé de motor central, recentemente apresentado em Tóquio, concentrou as atenções, juntamente com o novo Celica. Na cuidada participação da Toyota destacava-se ainda uma versão desportiva do novo Starlet.

A Volkswagen não dispunha de novidades para mostrar no Porto. Apresentou, por isso, a sua gama de viaturas à venda em Portugal, do Polo ao Passat, passando pelo sempre prestigiado Golf.

Lugar de honra ao Calibra

Presente também com um magnífico stand, versão à escala do que apresentou em Génève, a Opel destinou o lugar de honra ao Calibra, um 16 válvulas 4x4, que em breve começará a ser comercializado em Portugal. Mas a grande vedeta era o Lotus Omega, um carro com motor de 6 cilindros e 3600 cc, Biturbo, 360 HP e caixa de 6 velocidades. Não está prevista a sua comercialização, mas poderá eventualmente ser importado mediante encomenda.

A Seat continua a apostar em Portugal e apresentou-se no Porto ao nível dos grandes construtores. Rodeado pela gama dos seus modelos comercializados no nosso mercado, destacava-se o

Prototipo TL, de soluções vanguardistas, que definirá os futuros conceitos da marca em termos de produção.

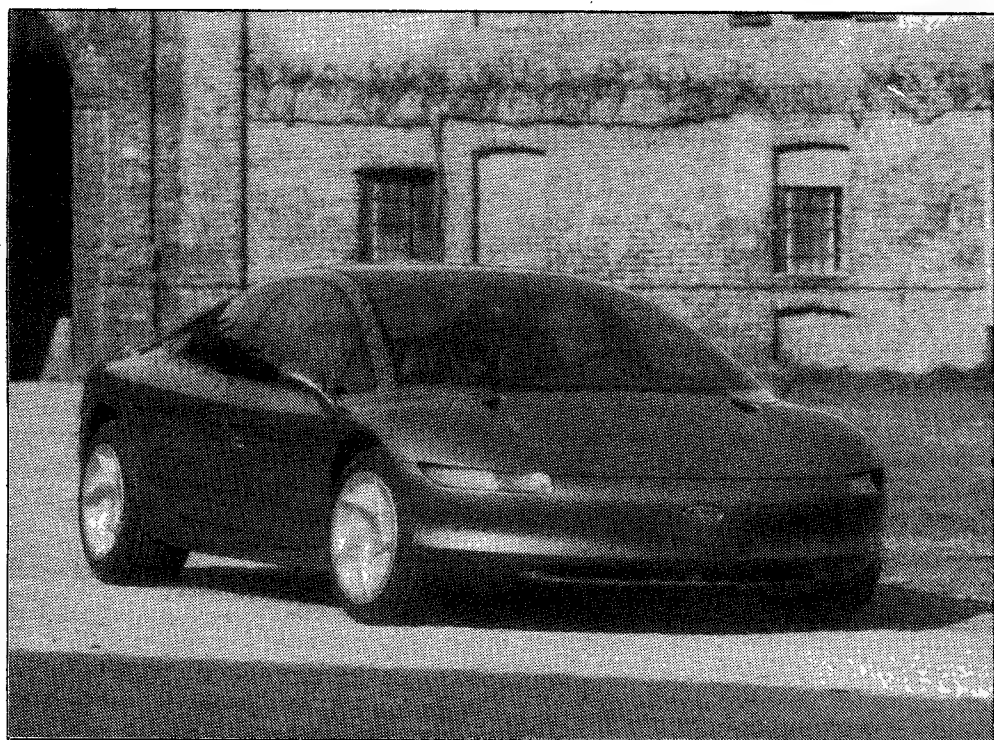
Investindo também com muitos meios neste certame, a Fiat apresentou-se num espaço separado da Lancia. Presença destacada para o novíssimo Tempra, recentemente apresentado.

Num dos stands mais espectaculares do Salão, com duas grandes plataformas giratórias, a Citroen expôs todos os seus modelos, tendo como novidade o XM Turbo Diesel.

Os modelos das séries 200 e 400 constituíam as recentes novidades da Rover. A tradicional qualidade de construção e requinte interior dos acabamentos, para além do prestígio, são atractivos para um tipo de consumidor exigente.

As versões Sterling e Vitesse do 827 e um pequeno Metro, completavam a oferta Rover.

Augusto Villela



Ford Ghia Via o desportivo do ano 2000

Num anfiteatro apinhado de estudantes de diferentes cores de pele, acertou-se na definição que melhor convém ao racismo dos portugueses

Um racismo soft

«A senhora é muito bonita para uma pessoa da sua raça», contou uma professora negra que alguém lhe disse uma vez. Quanto ao ex-marido negro de uma branca, citou a antiga sogra: «o maior desgosto que a minha filha me podia dar era este, de casar com um preto».

Um sem-número de testemunhos similares preencheu as quase duas horas que durou uma sessão-debate sobre o «Racismo em Portugal», promovida pelo grupo socialista do Parlamento Europeu, ontem à tarde, num anfiteatro da Faculdade de Ciências de Lisboa.

A assistência, maioritariamente constituída por jovens, com uma percentagem significativa de africanos a estudar em Portugal, participou calorosamente no debate, intervindo e

aplaudindo intervenções que, sem excepção, ilustravam ou glosavam esta imputação taxativa: há racismo em Portugal.

«Racismo envergonhado», como disse alguém, ou «racismo soft», noutra formulação ouvida, o racismo português foi considerado estruturalmente idêntico ao que assume forma institucionalizada em países como a África do Sul, tendo-o um jovem negro apontado mesmo como «um inimigo pior», porque inassumido, logo menos vulnerável a um combate frontal.

Introduzido o tema pela eurodeputada socialista Maria Belo, o diálogo entre o público e um painel que integrava os professores Isabel Castro Henriques, Lourenço do Rosário e Inocência Mata, moderado pelo director da estação de rádio TSF, Emídio

Rangel, não atingiu o âmbito previsto, quedando-se pela problemática do relacionamento da minoria negra do nosso País com a sua população de pele branca. De facto, uma ou outra alusão à tão actual xenofobia ao imigrante e ao anti-semitismo que grassam pela Europa não lograram desviar o rumo do debate, condicionado pela questão mais sentida pelos estudantes africanos presentes.

A discriminação de que estes são vítimas foi ilustrada por vários relatos, entre eles o de um exame de um estudante universitário negro, classificado com dez valores, que mereceu ao mesmo professor um 17 quando, um ano depois, uma colega e amiga branca do primeiro voltou a entregá-lo, vertido para a sua caligrafia. Outros factos narrados, reportavam-se à

situação de inferioridade em que os não brancos se encontram, relativamente aos brancos, no mercado de trabalho.

Os participantes detiveram-se ainda nas mistificações do salazarismo sobre a ausência de preconceitos racistas no colonialismo português, argumentação com que se pretendeu perpetuar a exploração das então chamadas «províncias ultramarinas».

A insatisfação pelo alcance limitado do debate foi exteriorizada por vários intervenientes, que sublinharam a necessidade de se exorbitar da denúncia do racismo para a inventariação das armas com que fazer-lhe frente. E os organizadores mostraram-se sensíveis a tais críticas, anunciando o propósito de dar proximamente sequência ao encontro de ontem.

F. B. S.



Brancos e negros unânimes na denúncia do racismo que temos

Autarca de Palmela acusado de homicídio

A Polícia Judiciária de Setúbal deteve o tesoureiro da Junta de Freguesia de Poceirão, Palmela, por fortes suspeitas de ser o principal implicado no assassinio do agricultor Carlos Alberto Miranda, de 32 anos, ocorrido na semana passada em Pimhal Novo. A vítima tentara, na circunstância, evitar o roubo de 15 novilhos. Foi também detido um familiar do autarca e dois outros indivíduos cuja identidade não foi revelada.

Carlos Miranda foi atigido com três tiros de pistola na sua propriedade quando surpreendeu quatro indivíduos que haviam acabado de carregar as cabeças de gado numa camioneta.

O autarca detido, Virgílio Gomes, de 34 anos, foi eleito, como independente, nas listas da CDU e é presidente do Grupo Desportivo do Forno, da II divisão distrital de futebol de Setúbal.

Segundo o responsável pela PJ local, Dias Costa, ainda não foram efectuadas outras capturas mas há indícios de se estar perante uma organização criminosa, especializada em roubo de gado, com grandes ramificações.

Os detidos foram já presentes ao juiz de Instrução Criminal que confirmou as prisões e as manteve sem admissão de caução.

Os dirigentes distritais do PCP estavam esta manhã reunidos, com vista a apreciar a situação criada pelo tesoureiro da Junta de Freguesia de Poceirão mas, até ao fim da manhã, não emitiram qualquer comunicação.

Virgílio Gomes gozava de boa reputação no concelho, possuindo uma mercearia e um negócio de engorda de suínos.

Agentes da PSP têm novo regime jurídico

As associações profissionais da Polícia de Segurança Pública vão ter representação no Conselho Superior de Polícia e no Conselho Superior de Justiça e Disciplina, determina a lei 6/90, de 20 de Fevereiro, regulamentada pelo decreto-lei 161/90, hoje publicado no Diário da República.

Este diploma visa assegurar a efectiva execução do novo regime jurídico, estabelecendo, para além das regras do processo conducente à determinação do nível de representatividade nos referidos conselhos e junto dos comandos, as normas de participação em comissões de estudos e grupos de trabalho, a afixação de documentos, as dispensas de serviço, os princípios eleitorais para as associações, a organização eleitoral, as assembleias de voto e o regime de votação.

Fica assim regulamentado o exercício de associação do pessoal com funções policiais, em serviço efectivo, dos quadros da PSP, dando assim parcial satisfação às reivindicações da ASP/PSP que, nesse sentido e desde há vários anos, travava luta com a hierarquia.

Comboio trucida jovem no Cacém

Morreu ontem, cerca das 8 horas e trinta, trucidado pelo comboio que o deveria transportar do Cacém para Lisboa. Tinha dezassete anos, vivia no Cacém e chamava-se Pedro Miguel Gorjão dos Santos. Segundo o testemunho prestado por passageiros à GNR, que mal tiveram tempo para se aperceber do acidente, o jovem teria tentado apanhar o comboio já em andamento e com as portas fechadas.

Atrasado e com pressa, Pedro Miguel não conseguiu agarrar-se, escorregou e pôs o pé em falso, entre a plataforma e a composição. «Foi nitidamente puxado para a linha» adiantou a GNR do Cacém, com base no depoimento de testemunhas oculares. Poucos segundos bastaram para que o jovem fosse completamente esmagado pelo comboio e, após a presença da autoridade no local, Pedro Miguel foi conduzido à morgue.

Um responsável da CP garante que a empresa foi, de imediato, avisada do acidente verificado na linha de Sintra e, uma vez mais, as condições de segurança dos seus passageiros é posta em causa.

Os comboios super-lotados e a inconsciência dos utentes que viajam, por vezes, pendurados no exterior das composições são já uma realidade que faz parte do quotidiano dos milhares de passageiros da linha de Sintra e que a CP dificilmente pode combater.

Greve nos CTT recomeça dentro de dois dias

Os serviços prestados pelos CTT e pela ANA poderão ser afectados devido às greves anunciadas, enquanto as autarquias estão já a sofrer o resultado da paralisação dos seus trabalhadores. O motivo, em todos os casos, são os aumentos salariais.

Os sindicatos dos trabalhadores dos Correios e Telecomunicações entregaram já um pré-aviso de greve à administração dos CTT/TLP para o período que se inicia quinta-feira e se prolonga até ao dia 31.

O número de horas de paralisação por dia fica ao critério de cada sector da empresa. Enquanto os serviços de apoio estabeleceram já que param um máximo de quatro horas diárias durante o maior período de tempo, os sectores de correios e telecomunicações ainda não definiram o esquema em que paralisarão.

Os trabalhadores da empresa mantêm ainda outras formas de luta, nomeada-

mente a recusa à condução por acumulação e ao trabalho extraordinário nos dias de descanso semanal e de folga, bem como a greve de zelo.

Um reajustamento salarial, a defesa dos direitos e regalias e do Instituto de Obras Sociais são os objectivos da luta

Técnicos da ANA fazem greve de cinco dias

No sábado, são os técnicos de telecomunicações da ANA (Aeroportos e Navegação Aérea) que iniciam uma greve total, que se prolongará por cinco dias. Convocada pelo Sindicato dos Técnicos de Segurança Aérea (Sintecsa), a paralisação surge a meio de uma greve de 15 dias ao trabalho extraordinário, que termina a 5 de Junho.

Com aquelas duas formas de luta os trabalhadores protestam contra o encerramento «unilateral das negociações de revisão do Acordo de Empresa» e reivindicam a melhoria das carreiras profes-

sionais, um acordo autónomo para a classe e um aumento salarial de 20 por cento.

Já no final de 48 horas de paralisação encontram-se os trabalhadores da administração local.

A greve, segundo dados do STAL, regista uma adesão no ordem dos 80 por cento, estando a afectar a abertura de mercados, a recolha do lixo, a circulação dos transportes urbanos em algumas cidades e os serviços de câmaras e juntas de freguesia.

Durante a paralisação, que termina às 24 horas de hoje, têm sido cumpridos serviços mínimos, informou um dirigente sindical, que não deixou de alegar a tentativa de violação da lei da greve por parte de algumas câmaras.

Os trabalhadores autárquicos exigem o reinício das negociações salariais para 1990, que o Governo «rompeu unilateralmente impondo um aumento para 15 meses».

QUOTIDIANO

Formandos levam taça a Roberto Carneiro

«O ministro da Educação foi para Viena atrás das taças e nós não sabemos como nos safar entre as duas competições europeias. De qualquer modo, trazemos-lhe aqui umas taças e medalhas, na esperança de que ele deixe de se preocupar de mais com o desporto de alta competição e olhe mais para o nosso campeonato». São os membros da comissão de formandos da Universidade Aberta quem o afirma, em uníssono, quando, ontem, frente ao Ministério da Educação, se concentraram e, com alguma ironia - «nem que seja a ironia do desespero» - puseram, uma vez mais, em causa o sistema de profissionalização a que actualmente estão a ser sujeitos.

Luís Lopes, um dos membros da comissão de formandos, recebido na passada sexta-feira pelo grupo parlamentar do PSD, põe a nu todos os defeitos - e nenhuma virtude - do ensino à distância.

Representa, à partida, cerca de 3 500 formandos. Mas no *sprint* que se avizinha, poucos serão, decerto, os finalistas.

Ontem, frente ao Ministério da Educação, eles lá estavam, tal como prometido, de fato de treino, «desportivamente», reiterando as suas reivindicações. Contestatários, «não gratuitos», de uma situação que sentem na pele, os professores em profissionalização «via» Universidade Aberta abrem guerra ao reitor, Rocha Trindade, por declarações que consideram falsas.

«Não é verdade que existam cerca de vinte e tal centros em funcionamento para apoio aos formandos. Os proto-



Formandos da Universidade Aberta reiteraram ontem as suas reivindicações

colos estão assinados, não há dúvida, mas daí até dizer que funcionam... No máximo, existe uma dezena de centros capazes de fornecer algum apoio aos formandos. O resto, quando muito, refere-se às Escolas Superiores de Educação» adianta Luís Lopes.

«Isto é a degola dos inocentes. A nossa geração apanhou tudo o que foi reforma, excepto a PGA. Como a não

fizemos para o acesso à Universidade, teremos que fazê-la, agora, como via de acesso, à profissionalização».

Uma certa agitação, em torno do Ministério da Educação. De manhã, a FENPROF entregou uma petição para a convocatória de uma reunião tripartida. Os formandos exigem mais: para além do sindicato que os representa querem, eles próprios, estar presentes. A reunião, ainda sem data agendada, deve ser, na sua opinião, quadripartida.

Ministério da Educação, Universidade Aberta, FENPROF e formandos devem sentar-se à mesa das negociações e discutir «a encomenda». Isto, porque os formandos não abdicam de certos princípios que poderão vir a ser mal entendidos (e mesmo desvirtuados) numa reunião onde não estejam presentes mas apenas representados.

Sim, porque «se o reitor admite, pela primeira vez, que a profissionalização foi uma encomenda do Ministério da Educação, das duas, uma: ou a encomenda foi mal feita e o Ministério está a tempo de a reformular ou a Universidade Aberta não soube responder devidamente e aí, para além dos direitos do consumidor, valores mais altos estão em jogo». Luís Lopes e os seus colegas são peremptórios: os únicos lesados são eles, os formandos, nem tidos nem achados para o deve/haver entre Ministério e Universidade Aberta.

E. T.

B R E V E S

Ecosistema do Douro em perigo

A defesa do ecossistema da barra do rio Douro vai obrigar à urgente retirada das areias depositadas nas cheias de Dezembro de 1989, disse, no Porto, o presidente da Comissão Directiva do Gabinete de Navegabilidade do Douro. A remoção da areia é considerada por Daniel Pinto da Silva uma «solução de emergência» dado os efeitos negativos que o «fatal» espalhamento da areia poderia ter no ecossistema daquela bacia do Douro. Uma vez terminada a operação, o caminho de acesso à zona de Afurada, entretanto recriado, será removido, prevendo-se que, no início do Inverno, a bacia de S. Paio volte à sua forma inicial.

Falta de especialização compromete medicina legal

A medicina legal praticada fora dos institutos é caótica por falta de especialização dos médicos em questões médico-legais, considerou, no Porto, o director do Instituto de Medicina Legal (IML) local. Pinto da Costa preconizou um entendimento entre o hospital e o círculo judicial para que «os exames médico-legais sejam feitos com o respeito e dignidade que o facto exige». O director do IML do Porto defendeu a «urgente» aplicação do programa de reorganização dos serviços médico-legais do país, projecto que propõe a criação de gabinetes médico-legais localizados nas comarcas judiciais.

Ministro visita organismo caro

Ferreira do Amaral efectuou a sua primeira visita de trabalho como ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações à Junta Autónoma de Estradas (JAE). Esta sua deslocação foi justificada pelo facto de este organismo oficial ser «o mais caro e aquele que mais encomendas faz ao Governo». Segundo Ferreira do Amaral, «a JAE é o organismo mais solicitado de todos e tem muitas dificuldades de resposta». Contudo, o titular da pasta das Obras Públicas Transportes e Comunicações salientou que a Junta Autónoma de Estradas tem feito «um esforço notável» nos últimos anos.

Indemnizações a inquilinos de prédios caídos

Câmara de Lisboa e senhorios não chegaram a acordo

Apesar de demorado, o encontro que reuniu ontem o vereador da Câmara Municipal de Lisboa Vasco Franco e o presidente da Associação Lisbonense de Proprietários, Eduardo Carvalho da Silva não conseguiu resolver as divergências que os separavam. O assunto em questão era a proposta camarária que solicita ao Governo e à Assembleia República que legissem no sentido de obrigarem os proprietários de prédios habitados que ruíram a indemnizar os inquilinos com base numa percentagem do valor do terreno.

No final da reunião, Carvalho da Silva e Vasco Franco sublinharam o facto de neste aspecto da proposta não terem conseguido chegar a acordo. No entanto, ambos confessaram terem sido feitos alguns avanços quanto à recuperação de edifícios. «Vamos procurar melhorar a capacidade de resposta do RECREIA regulamentando melhor a forma de aplicação», disse o vereador responsável pelos pelouros das Obras e Habitação.

Aquele responsável acrescentou o facto de na sequência da reunião que manteve com o ministro das Obras Públicas ter sido estudada a hipótese de se abrir uma linha de crédito para além da existente. Para o representante dos proprietários esta é uma notícia que «muito lhes agrada» pois o «PRID e o RECREIA não chegavam para solucionar os problemas de alguns proprietários que estavam descapitalizados».

Todavia, os proprietários continuam a bater



Vasco Franco



Carvalho da Silva

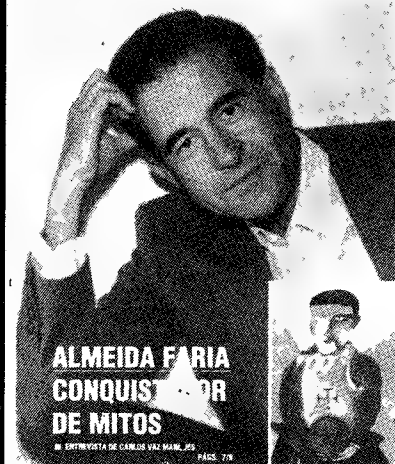
na mesma tecla da discordância quando toca a analisar a proposta camarária que os obriga a indemnizar os inquilinos. «Estes princípios já estão consagrados na lei, através da representatividade civil e dos tribunais e não é necessária a intervenção da Câmara. Esta proposta é quase uma expropriação dos bens que pertencem ao proprietário e além disso, generaliza demasiado porque não faz a distinção entre os bons e maus senhorios», acrescentou o representante da Associação Lisbonense de Proprietários.

Rui Godinho na RFA e Itália

O vereador Rui Godinho partiu ontem com destino a Munique e Bolonha onde participará em encontros sobre técnicas de tratamento de resíduos sólidos e recuperação do centro históricos, respectivamente.



jornal de letras, artes e ideias

ALMEIDA FARIA
CONQUISTADOR
DE MITOS

Almeida Faria:

entrevista
sobre
o novo romance
«O Conquistador»

Dois triunfos
portugueses:
Oliveira
em Cannes,
Saramago
em Milão

Yevgeny
Yevtushenko
fala ao «JL»

As Feiras do Livro de Lisboa e Porto

Carpinteiros, calafates e serradores regressaram ontem aos locais em que, há mais de quatro séculos, fervilhava a maior unidade industrial do País. Desta vez, a História repete-se... a brincar

Reviver o passado no Cais dos Catraeiros

Em 1501, na Ribeira das Naus, o bater dos martelos e machados ouvia-se no Palácio Real. Pedro Álvares Cabral regressava, em glória, do Brasil e as poderosas naus da «carreira da Índia» continuavam a ser construídas à custa do trabalho de «227 carpinteiros, 100 calafates, 8 serradores, um mestre de velas com quatro obreiros e oito mulheres que fazem as velas latinas», tal como rezam as crónicas. Ontem, séculos volvidos, os martelos e machados voltaram a ser nitidamente ouvidos, desta vez empunhados alegremente por

crianças.

Foi no Cais dos Catraeiros, junto ao Cais do Sodré, onde se recordou, assim, a abastança e grandeza de um estaleiro da época, em plena efervescência. Segundo os escritos que nos ficaram do Padre Duarte Sande, na Ribeira das Naus estava instalada, nos inícios do século XVI a maior unidade industrial do País, onde «se construía todo o género de navios, especialmente essas grandes naus e galeões que abriam a navegação da Índia e a conservam ainda com as suas contínuas derrotas. Diz-se que

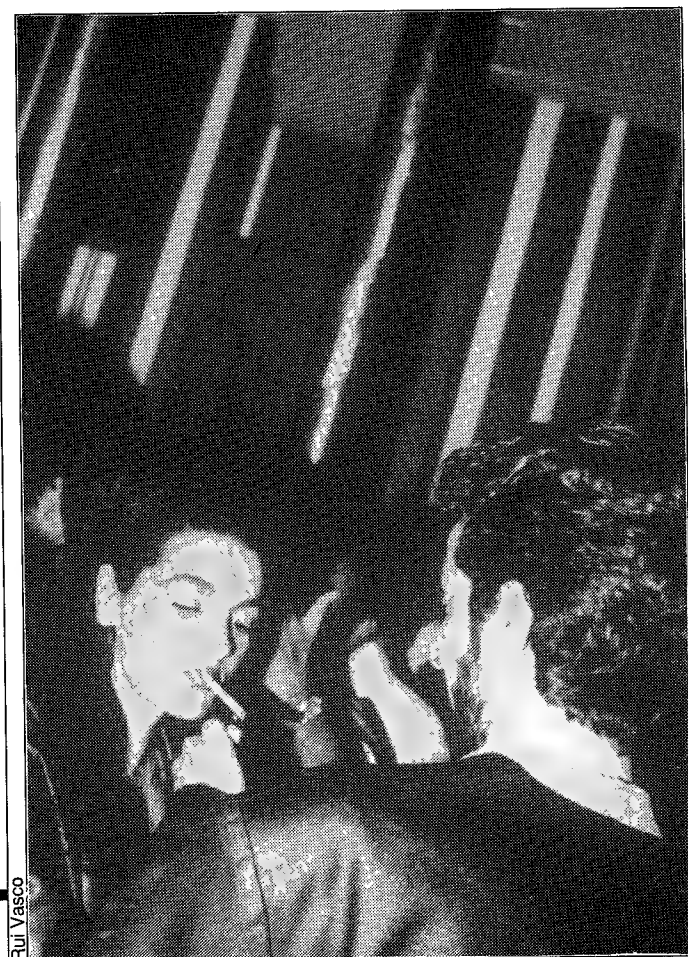
a construção de cada uma dessas naus custa vinte mil cruzados».

A partir de ontem, cerca de 1800 crianças, todas da área da Grande Lisboa, vão reviver o passado e aprender os Descobrimientos, enenando um dia de árduo trabalho na Ribeira das Naus de 1501.

Trata-se do projecto «História ao Vivo», uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Lisboa e do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, a decor-

rer até 7 de Junho e que, pela terceira vez consecutiva, proporciona aos alunos das escolas da área metropolitana uma visão diferente da História, teatralizando-a e tornando-a viva.

Os participantes transformam-se em construtores navais, vendilhões, aguadeiros, pregoeiros e saltimbancos. Junto ao Tejo, mesmo ali, no Cais do Sodré, numa amálgama de tipos, usos, costumes e tradições pitorescas, em manifestações variadas, misto de sonho e aventura, ressuscitam o glorioso passado das Descobertas.



Rui Vasco

Neste exacto instante acende-se a chama

Uma noite Frágil Brinda-se com vodka

São longas e sedutoras as noites no Bairro Alto, as alternativas de lugares possíveis para ancorar multiplicam-se, mas o Frágil continua a ser aquele bar único, com uma inesgotável capacidade de nos surpreender. Cruzada a porta e afastado o reposteiro, sentimo-nos reconciliados com o destino, talvez porque algo ali nos advirte de que nem tudo está ainda jogado.

Sob o signo de uma palavra de ordem aparentemente profunda, Manuel Reis, anfitrião discreto mas sempre presente, facultou aos convidados um agradável convívio. A hora era de festa, sem outro pretexto que não fosse o de saborear uma excelente marca de vodka sueca e frutos secos. Um bom motivo. Desta vez, ainda não se operaram mudanças no visual daquele recinto que possui o condão de nos fazer acreditar que a noite lisboeta não se resume à reprodução, até ao infinito, de gestos triviais.

Molha os lábios no líquido e não deixes de olhar a câmara com naturalidade, o fotógrafo regista no teu olhar a síndrome desta época à beira do fim do milénio. As letras que constituem Absolut saltam à vista, espalhadas pelas t-shirts brancas dos empregados, sugerindo-nos uma peculiar visão da estética do quotidiano. No teclado do computador tento estabelecer combinações sem nexos. Sou perseguida pelo T que me serviu, obviamente, vodka com laranja. O look, em geral, era elegante e muito pessoal, notando-se já um certo declínio dos supostos gurus da moda. Corpos quentes, formas redondas ou angulosas, cores que eclipsam a timidez do negro expulso da década.

Concentrada no detalhe, a objectiva de Rui Vasco captou o acender do cigarro, com o telão de fundo das colunas do bar, o existente mais perene do seu interior. No pavimento de mármore negro brilha um pó cintilante e efémero, distribuído de uma maneira não casual. Avançamos até ao tumulto da sala submersa na obscuridade, rodeiam-na barreiras de gente, cada vez menos identificável, a ocultar os que dançam. Enigmático, um tipo de pupilas brilhantes exhibe na camisola o retrato da Gioconda. Apetece perguntar: o que significa para ti o absoluto? O deslize do idioma lembra-me o que fica entre a convicção e a dúvida.

Provavelmente aos treze anos lia Rilke e agora lê banda desenhada. Mas nada de complicar, ao fim e ao cabo na festa celebrava-se a metafísica da Absolut Vodka. O indefinido, o indeterminado, o mistério residem no desenho de Cabrita Reis, metido dentro de uma capa de papel vegetal, e isso basta-nos. Era o convite que nos convocava para o encontro do Frágil.

Lourdes Féria

Lotaria Popular

1º - 037792	3 000 000\$00
2º - 386112	750 000\$00
3º - 486466	500 000\$00
4º - 017309	250 000\$00
Terminações em 7792	85 000\$00
Terminações em 792	60 000\$00
Terminações em 112	15 000\$00
Terminações em 466	4 000\$00
Terminações em 309	1 500\$00
Terminações em 02,40,45,52,91 e 95	500\$00

Federação de Cooperativas vai ter nova sede nacional

Dirigentes da Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (Fenache) anunciaram ontem a inauguração, ainda este ano, em Lisboa, de uma nova sede nacional da organização e de uma dependência de atendimento ao público. Numa conferência de Imprensa num estabelecimento hoteleiro da capital, os mesmos responsáveis falaram de outras iniciativas para o ano em curso, em que a Fenache completa o seu décimo aniversário. Entre elas, avultam projectos turísticos, a concretizar em Sines, Lagos, Évora e Tróia, através de uma empresa subsidiária, a MCH — Empreendimentos Turísticos. Nesses complexos, segundo foi manifestado aos jornalistas, poderão gozar férias cerca de três mil pessoas. No balanço que também fizeram da actividade da Fenache, organização que já conta com a adesão de 130 cooperativas de habitação, os seus dirigentes reclamaram-se de parte importante dos 40 mil fogos atribuíveis, nos últimos dez anos, ao movimento cooperativo habitacional.

Outra realização consistiu na criação da empresa MCH — Mediadora de Seguros, Lda., que terá proporcionado aos cooperadores e cooperativas filiados na Fenache condições mais vantajosas de contratação de seguros.

Foi ainda anunciado um centro de formação de dirigentes, gestores e quadros técnicos e administrativos para cooperativas de habitação. Propondo-se construir 40 mil novas habitações económicas nos próximos quatro anos, os responsáveis da Fenache referiram os contactos que com esse objectivo têm mantido com órgãos autárquicos que lhes irão permitir construir ainda este ano seis mil fogos, distribuídos por Alentejo, Algarve, Lisboa, Norte e Vila Franca de Xira.



Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

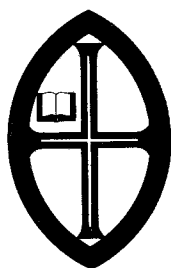
COTAÇÕES

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	42\$55	48\$55
ALEMANHA FED. (marco)	87\$35	88\$55
ÁUSTRIA (xelim)	12\$40	12\$60
BÉLGICA (franco)	4\$037	4\$287
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	122\$85	125\$35
(notas de 5 a 1000)	123\$35	125\$85
DINAMARCA (coroa)	22\$90	23\$30
ESPAÑA (peseta)	1\$368	1\$488
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	145\$00	148\$50
(notas de 5 a 1000)	145\$50	149\$00
FINLÂNDIA (marka)	37\$90	37\$60
FRANÇA (franco)	25\$90	26\$60
HOLANDA (florim)	77\$70	78\$80
IRLÂNDIA (libra)	235\$30	239\$30
ITÁLIA (lira)	\$108	\$123
JAPÃO (iene)	\$903	\$958
NORUEGA (coroa)	22\$55	23\$05
REINO UNIDO (libra)	246\$20	250\$70
SUÉCIA (coroa)	23\$95	24\$45
SUÍÇA (franco)	102\$15	103\$65
VENEZUELA (bolívar)	2\$660	3\$460

OBSERVAÇÕES:

- 1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
- 2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil



ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE TOMAR

SELECÇÃO DE PESSOAL

Avisam-se todos os interessados que foi para publicação no Diário da República um aviso de abertura de concurso para recrutamento de um oficial administrativo principal, para a Escola Superior de Tecnologia de Tomar do Instituto Politécnico de Santarém. Podem ser opositores ao concurso todos os funcionários que satisfaçam as condições fixadas no Art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 490/88 de 30 de Dezembro.

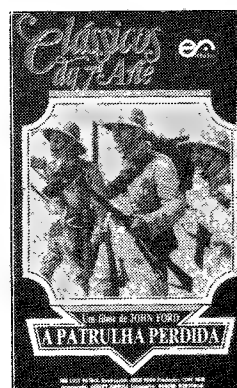
A COMISSÃO INSTALADORA DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE TOMAR

CULTURA

VIDEO CATÁLOGO

(A) Patrulha Perdida

Filmado no período de amadurecimento de John Ford enquanto cineasta de excepção, «A Patrulha Perdida» narra-nos, com grande simplicidade, a história de um grupo de soldados britânicos perdido num deserto do Próximo Oriente, sem água, reforços ou qualquer orientação até ao desespero total. Esta eficiente simplicidade é, de resto, uma das características fundamentais e constantes da filmografia fordiana, uma obra que representará o século XX na história das civilizações e da qual Truffaut disse ser o trabalho «dum poeta que jamais fala de poesia». Atenção à banda sonora de Max Steiner e à interpretação de Victor McLaglen, um actor já esquecido das novas gerações, mas muito importante nos chamados anos de amadurecimento de Ford. Recorde-se que foi num filme deste autor, «O Denunciante», que McLaglen atingiu em 1935 o único Oscar da sua carreira.



«The Lost Patrol». Realização: John Ford (E.U.A. - 1934). Intérpretes: Victor McLaglen, Boris Karloff, Wallace Ford, Reginald Denny. Preto e branco. 74 minutos. Aventura. Música de Max Steiner. Para maiores de 12 anos. edição Edivideo.

Santa Joana

Como uma das primeiras vítimas dos processos de colonização por computador, o filme «Santa Joana» de Otto Preminger é um alerta aos cinéfilos contra os perigos de tal inovação.



Registe-se o facto. Apesar de tudo, esta é uma obra notável baseada numa peça de Bernard Shaw e que toma por tema a história de Joana d'Arc e da sua época, com representações históricas de Richard Widmark e da lindíssima Jean Seberg.

«Saint Joan». Realização: Otto Preminger. (G.B. - 1957). Intérpretes: Jean Seberg, Richard Widmark. Cor. 110 minutos. Histórico. Música de Mischa Spoliansky. Para maiores de 12 anos. Edição Edivideo. Venda directa.

(O) Último Voo de Coramaya

Realizado por um tal Randy Roberts que provavelmente ninguém sabe quem é, este filme não é melhor nem pior que todos aqueles que já vimos e esquecemos. «O Último Voo de Coramaya» possui, aliás, todos os ingredientes característicos de tais películas: homens feios, porcos e maus, mulheres lindas mas igualmente perversas e um arqueólogo metido em sarilhos policiais. O costume...

«The Last Plane from Coramaya». Realização: Randy Roberts. (E.U.A. - 1989). Intérpretes: Louis Gossett Jr. Cor. 90 minutos. Aventuras. Para maiores de 12 anos. Edição Edivideo.



Contos da Bíblia - volume 2

Com a qualidade tradicional nos desenhos animados Hanna-Barbera's, «Contos da Bíblia» narra-nos as aventuras de três miúdos algures no mundo do dilúvio até às lutas de Josué na Batalha de Jericó. Nada de muito especial que justifique o regime de venda directa.

«Stories from the Bible». Produção: Estúdios Hanna Barbera's. (E.U.A. - 1984). Vozes: Lorne Green, Ed Asner, Mariette Hartley. Cor. 60 minutos. Animação. Para maiores de 6 anos. Edição Edivideo. Venda directa.



CINCO ESTRELAS

A importância de se chamar Jean

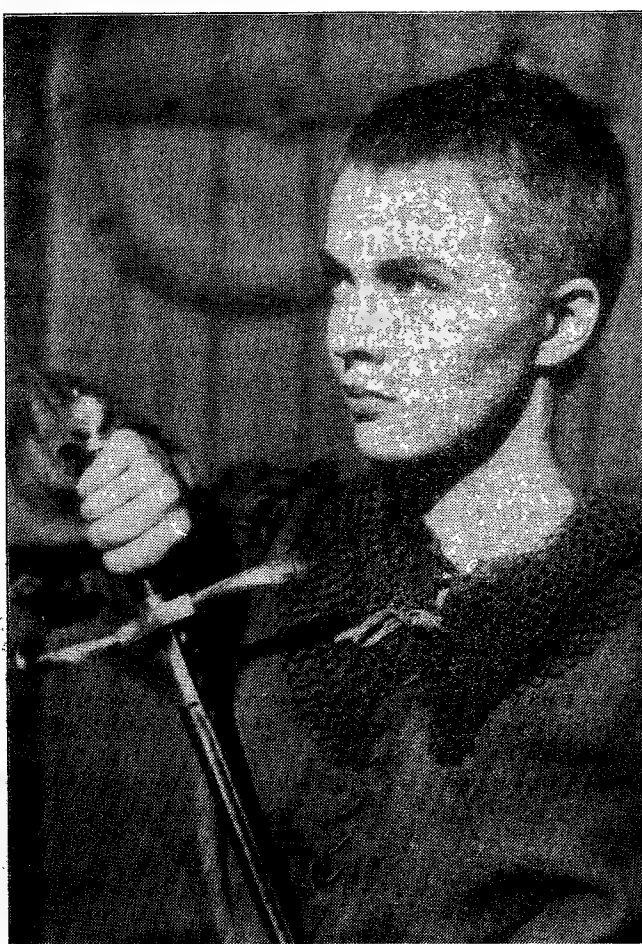
As coincidências quando, de facto, o são, revelam coisas inexplicáveis e obscuras. Como esta de se poder encerrar todo um capítulo da história do cinema com a vida das raparigas chamadas Jean que, em épocas diversas extasiaram Hollywood: Jean Harlow, Jean Simmons, Jean Arthur, Norma Jean, Jean Seberg... ou a certeza de que nascer Jean pode ser importante, mesmo que não seja possível reunir tantas estrelas debaixo de um qualificativo comum. Todas elas se cobriram de um brilho que julgavam imorredouro e todas elas o devolveram, às mãos de uma sorte madrasta. E as semelhanças possíveis ficam-se por aqui. O resto serão mesmo coincidências, tal como os homens as querem: puras e irrelevantes.

Jean Seberg, pequenina, frágil como um fruto, nunca foi Norma Jean, nem nada que se lhe parecesse. Não havia nela sinais daquela

beleza inatingível e que levava Ruy Belo a recomendar a pronta substituição do nome marilyn pelo «seco, sóbrio, simples nome de mulher». Jean Seberg sabia quem era e, por isso, não teve que se contentar com o destino de uma loura-acessório tipo Jayne Mansfield. Pelo contrário, tinha rosto e corpo de miúda habituada a ir aos ninhos e foi, assim, como adolescente que desponta para o desejo que Jean entrou no mundo do cinema. Foi há 33 anos, num filme de Otto Preminger intitulado «Santa Joana».

As responsabilidades do papel eram as que facilmente se imaginam, mal nos lembremos que Victor Fleming confiara a cota de armas da donzela de Orléans a Ingrid Bergman, quando esta, estrela de primeira grandeza, já contava no palmarés com um Oscar e com uma nomeação.

Preminger não se importou com exemplos vindos dos



pícaros. Pegou numa amadora de 19 anos e fez dela a vedeta de cinema para a década de 60. E foi o burburinho que se soube. Os cabelos muito curtos, o sinal ingénuo sobre a face direita, o corpo miúdo, fizeram de Jean Seberg uma espécie de reflexo da juventude inqui-

eta de há trinta anos. Jean, quer fosse uma santa ou a companheira de Belmondo em «O Acessório», podia ser a menina bonita a quem se levava ao cinema. Marilyn não; estava sempre muito para lá do grande ecran.

Maria João Martins

Rolling Stones vêm a Lisboa facturar 255 mil contos

Agora é para valer: os Rolling Stones vêm mesmo a Lisboa, onde actuarão, em espectáculo único, no Estádio de Alvalade, a partir das 20.30 horas do dia 10 de Junho.

A certeza, em termos absolutos e definitivos, foi confirmada (com a passagem de uma breve mensagem audiovisual do líder Mick Jagger) na tarde de ontem, no decorrer de uma conferência de Imprensa que contou com a presença dos representantes das entidades responsáveis pela vinda a Portugal da famosa banda britânica: «Tournée», «CBS», «TDK», Montepio Geral e Câmara Municipal de Lisboa.

Os Rolling Stones vêm cobrar 1 milhão e 700 mil dólares por este concerto único em Lisboa, o que equivale a cerca de 255 mil contos na nossa moeda. Quanto ao preço dos bilhetes, confirma-se a nossa notícia de ontem, ou seja 6500 escudos para os lugares marcados e 5500 es-

cudos para os chamados lugares livres, com direito ou não a assento.

Entre outras curiosidades relativas a um espectáculo que de há uns meses a esta parte tem feito correr alguma tinta, é de referir, em primeiro lugar, que a sua viabilização exigiu uma certa convergência de esforços entre os responsáveis pela produção (a empresa «Tournée») e as restantes entidades já referidas.

Por exemplo, segundo o acordo firmado, o Montepio Geral garantirá um eventual risco financeiro, com bilhetes a preços considerados pela organização «não especulativos»; os produtores assegurarão o conjunto das tarefas necessárias para que o concerto seja bem sucedido; a Câmara Municipal de Lisboa, pelo seu lado, apoiará o trabalho de produção, escoamento de bilhetes e toda a promoção que lhe seja possível.

BREVES

Mário de Sá-Carneiro esta tarde em debate

Esta tarde, pelas 18 e 30, no Instituto Franco-Português, realiza-se uma mesa-redonda sobre Mário de Sá-Carneiro, com a participação de David Mourão-Ferreira, Maria Aliete Galhoz, Fernando J. B. Martinho e François Castex. O debate é promovido pela APAMA e pela Quimera Editores, no âmbito da exposição sobre Mário de Sá-Carneiro organizada por Marina Tavares Dias, com o apoio DL, e patente no Instituto Franco-Português até ao fim do mês.

Publicado inédito de Nuno Bragança

As edições «O Jornal» irão lançar um romance inédito e póstumo de Nuno Bragança, intitulado «Do Fim do Mundo». Foram os testamentários literários do escritor (Madalena Pestana, Maria Velho da Costa, Pedro Tamen e Gérard Castelo-Lopes) que decidiram publicar a obra.

Festival de Cinema do Algarve começou ontem

Começou ontem e prolonga-se até dia 27 de Maio o Festival Internacional de Cinema do Algarve que terá como centro a Praia da Rocha. Este certame integra o Concurso Internacional do Filme de Curta Metragem.

«A Severa» regressa ao Maria Matos

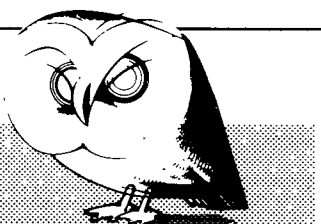
Uma vez sanados os problemas que envolviam a Câmara Municipal de Lisboa e Sérgio de Azevedo a peça «A Severa», regressa ao palco do Maria de Matos.

Nova Filarmonia Portuguesa festeja segundo aniversário

A Nova Filarmonia Portuguesa comemora esta noite o seu segundo aniversário. Para assinalar a efeméride, será realizado um concerto no Palácio Nacional de Queluz com o jovem violinista grego Leonidas Kavacos.

Novas instalações para a SPA

A Sociedade Portuguesa de Autores assinala hoje o seu 65º aniversário com várias iniciativas, entre as quais a inauguração do novo edifício da Sociedade Portuguesa de Autores. O edifício situa-se na Rua Gonçalves Crespo, nº 62. Estará presente o presidente Mário Soares e o Secretário de Estado da Cultura.



olhar de mocho

«A Marcha»

O filme, uma superprodução da BBC, passado na noite de domingo no canal 2, tem várias leituras reais: primeiro, é uma produção da TV para fazer gigantesca propaganda dessa mesma TV; depois, revela no modo como o projecto foi executado os mecanismos internos de funcionamento de várias estações de televisão; e finalmente, aborda o irrecusável problema dos pobres deste mundo, e aos pobres não é lícito negar um copo de água.

Sobre a questão dos mecanismos de funcionamento das estações de TV, refere-se que a italianíssima RAI, participando, inicialmente no projecto de «A Marcha», desistiu à última hora, ao que consta, por estar empenhada na guerra das audiências com os canais privados, e com este filme perder obviamente pontos na batalha do éter.

Quanto a estações televisivas americanas, a desculpa dada para a não participação é significativa: primeiro, queriam que o filme terminasse em *happy end*; em seguida, o presidente Bush, convidado para participar no debate que remataria a projecção do filme, não aceitou estar presente e falar. Mesmo com as desistências indicadas (a França também não alinhou) foram 12 as estações televisivas a transmitir o filme.

Por mais relutância que se sinta na abordagem do problema dos pobres, quando tal abordagem é feita pelos ricos, fica a questão básica: pretendeu-se discutir uma questão de filosofia política ou, meramente, apresentar um super-show televisivo, a Televisão a exhibir vaidosamente a força dos músculos que possui?

Neste caso, a questão de filosofia política consiste em saber se os ricos são ricos porque os pobres são pobres, se a opulência de uns é fruto, numa relação de causa - efeito, do empobrecimento dos outros. E o segundo aspecto está precisamente em saber se essa «marcha» dos pobres em direcção à fortaleza da Europa, primeiro, já começou, e depois, em que moldes se processará.

A nível de opinião pública mundial, pelo menos desde o choque petrolífero de 1973, é sabido que a gaveta das energias não é infinita, como até então, ingenuamente se pensava, pelo contrário, «o crescimento tem limites». Daqui se poderá concluir *a priori* que se torna impossível que cada um dos actuais habitantes do Planeta tenha um automóvel, um frigorífico, um par de salsichas por dia e um bife por semana.

A partir desta constatação matemática o problema poderia ficar arrumado - pobres haverá sempre, como afirmou há 20 séculos, um dos notáveis que visitou este planeta, e quaisquer tentativas de reeditar a revolta do Spartacus serão sempre rotundo fracasso. E se pensarmos que a riqueza dos ricos já não é mais ilimitada, que o verde da natureza está a oxidar-se, a cor ferrugem a ser predominante, então, a alegoria de «A Marcha» também deixará de ser pura ficção e mero argumento de *show* televisivo.



José Sousa Monteiro

Uma nova gravação da sinfonia de Viana da Mota

Crime de Lesa-«Pátria»

É sempre bem-vinda uma nova gravação de música sinfónica portuguesa. Com o disco lançado pela Secretaria de Estado da Cultura, a Portugalsom/ Discoteca Básica Nacional dotou-nos de um caso raro na nossa discografia: a sinfonia «À Pátria», de Viana da Mota, tem hoje duas gravações editadas, o que nos faculta uma variedade interpretativa a que não estamos habituados.

São compreensíveis, em certa medida, as razões que levaram a esta nova gravação. A versão que Silva Pereira dirigiu em 1977, com a Orquestra Sinfónica da RDP, embora revelasse uma bela concepção da obra e tivesse momentos francamente bons, não tinha uma qualidade técnica superlativa: infelizmente, já nessa altura se começara a notar a curva descendente de uma orquestra que atingira os pontos mais altos nos anos cinquenta e sessenta.

A presente gravação foi realizada pela Orquestra do Estado Húngaro, e hoje temos que nos conformar com uma opção como essa, porque não existe em Portugal nenhuma orquestra sinfónica vocacionada para executar a sinfonia «À Pátria». Logo aos primeiros compassos somos agradavelmente surpreendidos pela boa sonoridade das cordas e dos sopros, e pela franqueza e naturalidade da execução.

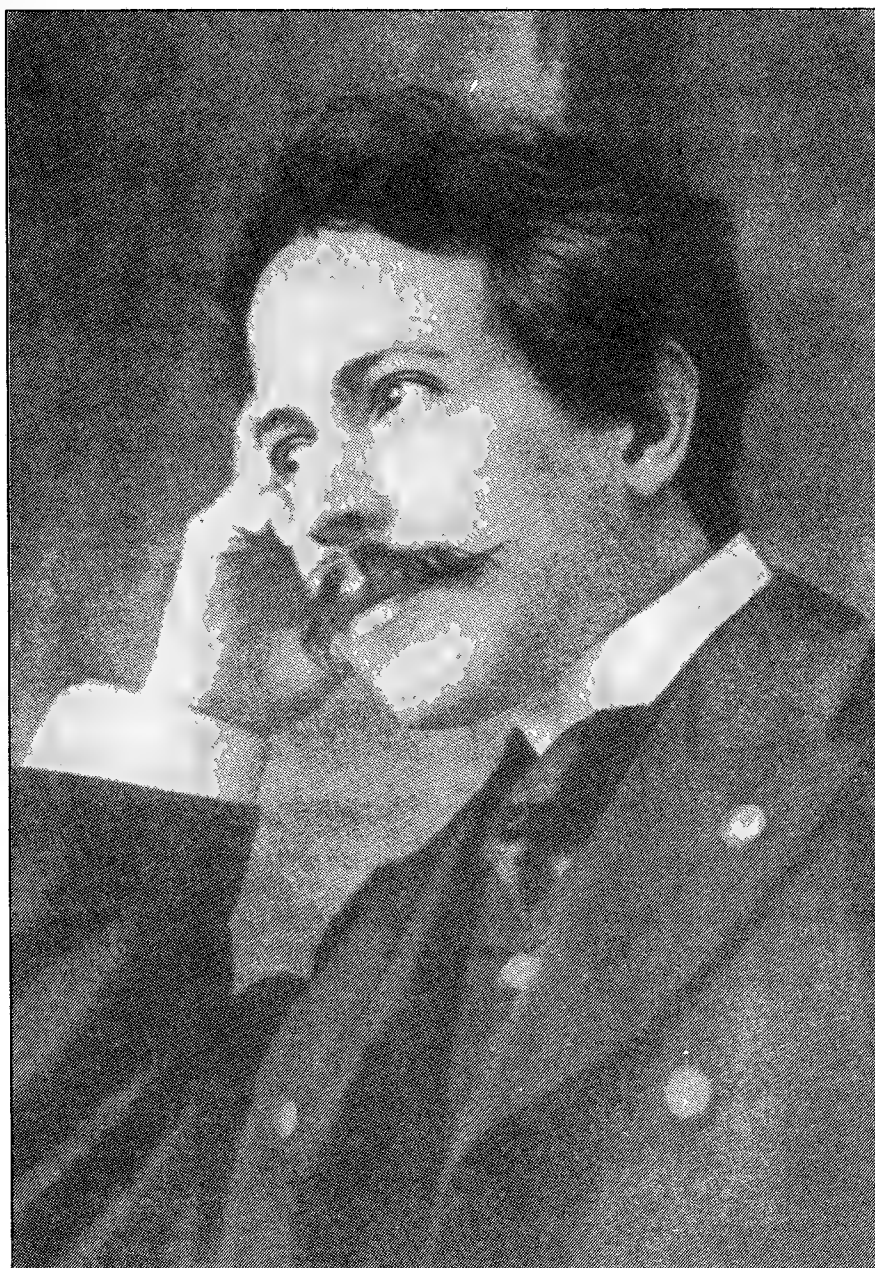
A interpretação do maestro Matyas Antal não respeitou, infelizmente, a arquitectura da obra. Esta sinfonia pós-beethoveniana é construída com uma lógica e um equilíbrio que, se não forem respeitados, a mutilam no que é essencial: a grande linha. E isso sucede de forma quase catastrófica no primeiro andamento. Depois da exposição dos três temas principais, e de um magistral desenvolvimento (com uma amplitude até aí desconhecida na nossa música), segue-se a reexposição triunfante que é a razão de ser desta forma-sonata. Esta tem que ser preparada com um certo alargar do tempo que confira ao reaparecimento do primeiro tema a sua ênfase e o carácter *Pesante* expressamente indicado pelo compositor.

O que sucede nesta versão do maestro Matyas Antal, que provavelmente nunca ouvira esta obra, é que faz precisamente o oposto: acelera nos compassos anteriores à reexposição, chegando ao paradoxo de executar o primeiro tema francamente mais depressa do que se ouvira no início. O mais elementar bom senso musical diz-nos que isso é absurdo.

No *Adagio cantabile*, uma das mais sublimes páginas de música portuguesa, temos a sensação incómoda de ser tocado sem a paz de espírito que devia ser a sua essência. Com efeito, Matyas Antal conseguiu reduzir-lhe três minutos em relação à versão de Silva Pereira, recorde que entristece quem conheça a inefável poesia que aquelas páginas contêm.

Faça-se justiça à pujança e qualidade da execução da parte central do andamento, com o seu dramatismo de cunho mahleriano (o que não era tanto o caso na gravação da Orquestra da RDP). Não podemos é deixar de lamentar a frieza metronómica com que são tocadas frases da mais profunda interioridade, de serena e metafísica contemplação. A gravação dirigida por Silva Pereira podia não ser tão perfeita tecnicamente (como aliás o registo actual também não é), mas encontrava a expressão exacta. Agora, não se passa assim.

O único andamento da sinfonia «À Pátria» que tem a ganhar com o gosto pelos tempos apressados, é o *Vivace*, célebre scherzo que utiliza canções populares portuguesas. Nesta nova versão ganha em graça e em ligeireza, fazendo justiça a um andamento que há



Viana da Mota nos anos de Berlim

tendência para marginalizar um tanto em virtude do seu carácter «popular», com que esconde um verdadeiro sentido de humor.

O que se passa de mais grave com esta gravação encontra-se no último andamento, que descreve a decadência, luta e ressurgimento de Portugal.

Talvez o maestro Matyas Antal não se tenha debruçado um pouco sobre o que está por trás desta obra. Viana da Mota não veio simplesmente reatar a via sinfónica aberta por Bon tempo, no princípio do século XIX. No ano de 1895 em que a obra foi escrita, ainda não cicatrizara a humilhação que significou para os portugueses o ultimato inglês. No meio do profundo atraso económico e cultural em que o País se encontrava, Viana da Mota, inflamado pelo contacto com a pujança da Alemanha, ergueu a sua voz num grito patriótico de encorajamento para que Portugal reencontrasse o esplendor do passado. Fê-lo através desta sinfonia.

Por isso, o último andamento não é apenas um poema sinfónico com influências de Liszt, é um poderoso fresco de dor e desespero, de luta furiosa e dramática, cujo final é anunciado por uma fanfarra que de forma eufórica e majestática conduz ao triunfo glorioso da nação portuguesa.

É preciso não ser português para não vibrar com esse triunfo, nem com a sinceridade e emotividade com que Viana da Mota o exprime. O facto é que a força emotiva que existia na versão de Silva Pereira, pura e simplesmente não existe na versão de Matyas Antal.

Tal como fizera no primeiro andamento, o maestro húngaro não prepara

a reexposição com qualquer tipo de *ralentando*. Mantém o tempo, como se nada se passasse, e aqui não é só a arquitectura do andamento que é posta em causa, mas todo o significado desta sinfonia. É apenas mais um forte, entre tantos outros. Uma monstruosa desilusão.

Há talvez pessoas que não compreendem que o mais importante em música não está escrito na partitura. Como é que se pode pedir a quem nada conheça da música em Portugal, da tradição que bem ou mal existe, que adivinhe aquilo que a sensibilidade dos músicos portugueses foi criando ao longo dos tempos?

Viana da Mota viveu até aos anos quarenta do nosso século. Ainda assistiu a interpretações da sinfonia «À Pátria» do maestro Pedro de Freitas Branco. Silva Pereira conheceu de perto o nosso compositor, conviveu com ele. Esta obra foi tocada ao longo de muitas décadas, e se hoje Silva Pereira ou os maestros portugueses da nova geração não a dirigem, é porque não há orquestra para dirigir, e as que existem prescindem dos seus serviços em favor de maestros estrangeiros.

Este processo encontra agora a expressão máxima ao convidar-se o maestro-assistente da Orquestra do Estado Húngaro para dirigir uma gravação que se pretende ser de referência, uma obra fulcral da cultura portuguesa, sem ao menos procurar aproximá-la de uma certa tradição interpretativa. Porque não convidar um estrangeiro para secretário de Estado da Cultura?

Alexandre Delgado

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Falar de Cinema

Woody Allen: «Crimes, olhares e cegueira...»

CRIMES E ESCAPADELAS (Crimes and Misdemeanors) - R: Woody Allen (EUA, 1988); A: Woody Allen; F (cor): Sven Nykvist; Cen: Santo Loquasto; Mont: Susan F. Morse; M: Cole Porter, Schubert, etc.; P: Jack Rollins e Charles H. Jorfe/Orion; I: Woody Allen, Martin Landau, Claire Bloom, Alan Alda, Anjelica Huston, Sam Waterson, Mia Farrow, Caroline Aaron, Joanna Gleason, Jenny Nichols, Jerry Orbach, etc.; D: 89 m; Dist: Filmes Castello Lopes; Est: Amoreiras, Las Vegas, Londres e Quarteto; Cl: **** (M/12 anos).

Um novo filme de Woody Allen e de novo as rábulas do costume por parte de alguns comentadores lusitanos: a) Woody Allen repete-se (quem foi que disse que quase todos os grandes criadores fazem o mesmo livro, o mesmo quadro, a mesma peça teatral ou musical, o mesmo filme... durante a vida inteira); b) Woody Allen cada vez mais influenciado por Bergman (parece-me bem que é o contrário que se verifica. Ele está cada vez mais Woody Allen, ainda que tenha passado por Bergman, obviamente); c) Woody Allen transformado num realizador comercial e convencional (não lhe perdoam o facto do cineasta conseguir fazer todos os anos o seu filme e continuar a ter um público fiel); e assim por diante...

Crimes e Escapadelas é, no entanto, Woody Allen do melhor, falando do que ele sabe e conhece bem, dos ambientes judeus nova iorquinos, com os seus rituais e o seu humor, abordando temas que se prendem com o dos-toievskiano «crime e castigo», mas também banhado pela influência de Ychekny e outros nocturnos autores de uma ironia desencantada. *Crimes e Escapadelas* tem, aliás, essa característica dominante: à saída da sua projecção, a incomodidade invade os espectadores que sentem o peso de um mundo esbordando-se por entre crimes e hipocrisias várias, à mistura com cobardias e facilidades, com mesquinhez de todo o tipo, e de onde não está sequer isenta a personagem interpretada por Woody Allen (um realizador de documentários que, para se vingar de um rival bem sucedido, mas estúpido e emproado, resolve montar, no filme que realiza, cenas do entrevistador em paralelo com um burro a zurrar ou com imagens de um discurso de Mussolini).

Duas histórias correm, lado a lado, em *Crimes and Misdemeanors*. De início aparentemente sem nada a uni-las, mas convergindo ambas no final para a cerimónia de um noivado, onde todas as personagens se encontram e estabelecem a «moralidade» do que até aí se viu. São duas tragédias que se cruzam e que se olham uma à outra como possível ficção de uma nova história. De um lado,

temos Judah Rosenthal, um médico oftalmologista de reputação acima de toda a suspeita, que leva uma vida dupla, desde que conheceu Dolores, de quem se tornou amante. Mas Dolores não

magens, que leva a cabo contrariado, Stern encontra Halley Reed, uma jovem produtora, por quem se apaixonou, ao julgar surpreender nela inteligência, cultura e sensibilidade. Mas Halley irá também ser seduzida por Lester, que acabará por casar com ela.

Neste filme de horizontes fechados e sobrecarregado de ameaças, onde quase não há figuras simplesmente simpáticas, sobressaem três personagens a reter pela esperança que mobilizam: um filósofo profeta, que Stern filma e que

Nem o público que consome os disparates de Lester, nem a polícia que investiga o assassinato de Dolores. Apenas os ensinamentos bíblicos do pai de Judah lhe dizem que «Deus tudo vê e tudo julga» (o que o terá talvez levado a enveredar pela carreira de oftalmologista, sem outras consequências no entanto). Entretanto, cá pela Terra, os jogos de interesses definem as regras que mais lhe convêm e, para eternizar privilégios e benesses, tudo é possível, inclusive o crime. Que será atribuído a um



«Crimes e Escapadelas» de Woody Allen

suporta um amor dividido, deixa-se possuir por ataques de histeria e ameaça revelar tudo à família de Judah. Este tem um irmão mafioso que lhe resolve o problema de forma radical, mas Judah viverá para sempre com remorsos do seu crime, o que irá confessar a Cliff Stern, na derradeira sequência do filme.

Cliff Stern é a outra história: documentarista frustrado, marginalizado pelos outros, ou por si próprio, vive afastado da mulher com quem já não tem relações há um ano, e a única pessoa que o procura é a irmã para lhe contar as desgraças das suas aventuras sexuais, para lá da sobrinha, com quem devora diariamente todos os filmes em exibição em Manhattan.

A mulher não hesita em depreciativamente o comparar ao cunhado, Lester, um bem sucedido autor de programas de televisão que se apresta para rodar uma autobiografia e convida Stern para a realizar. Durante as fil-

irradia esperança, até ao dia em que se suicida...; um rato cheio de boa vontade, que fica cego...; e a sobrinha de Stern que mantém intacta, até final, a clareza do seu olhar e o gosto pelos antigos clássicos do cinema. De resto, todos se devoram em pequenas vilanias, mais ou menos recompensadoras.

De um lado temos um crime que compensa e deixa a sociedade no melhor dos mundos, por muito que a culpa fustigue um dos seus membros; do outro lado, a obsessiva intransigência de Stern que apenas o conduzirá à solidão e ao desespero. O que poderá querer dizer que, neste mundo, quem pactua com o crime, qualquer que ele seja, triunfa, enquanto quem obstinadamente tenta a honestidade de processos acaba abandonado à esquina da vida.

Visão negra de uma sociedade triunfalista, onde tudo se julga pelas aparências que, como se sabe, ... iludem. Mas ninguém se preocupa em ir mais além das aparências.

vagabundo que já cometera outros. Por isso, mais um ou menos um, pouco interessa para o cadastro do réu e a culpabilização do verdadeiro autor.

Obedecendo a uma construção narrativa inteligente e subtil, *Crimes e Escapadelas* conta ainda com um elenco magnífico onde sobressai o trabalho de Martin Landau (que esteve nomeado para um Oscar, que ainda não seria desta vez que lhe iria parar às mãos), e uma excelente fotografia, em tons predominantemente dourados, de Sven Nykvist. Um amargo olhar de Woody Allen sobre os pecaminosos olhares (todo o filme se estrutura em função do olhar e da cegueira, é bom recordar) de uma sociedade onde a «culpabilidade» cristã deixou de ser óbice à felicidade na Terra. Desde que o culpado não seja apanhado.

«O que se esconde por detrás das aparências»

O ENIGMA DA CAIXA DE MÚSICA (Music Box) - R: Costa Gravas (EUA, 1989); A: Joe Fazterhas; F (cor): Patrick Blossier; Cen: Jeannine Claudia Oppewall; Mont: Joole Van Effenterre; Som: Pierre Ganet, Gérard Lamp e William Flageolet; M: Philippe Sarde; P: Carolco Pictures/Irvin Winkler; I: Jessica Lange, Armin Muelle - Stahl, Freder e Forret, Lukas Hass, Donald Moffat, Cheryl Lynn Bruce, etc.; D: 120 m; Dist: Columbia, Tri Star & Warner; Est: Apolo 70, Amoreiras, Nimas, Plaza, Quarteto, S. Jorge (Lisboa), Lumière e Passos Manuel (Porto) e Cascais, Coimbra e Braga (11-5-1990); Cl: **** (M/12 anos).

Ann Talbot é uma advogada americana, filha de um refugiado húngaro que tinha ido para os EUA após o termo da II Guerra Mundial, se empregara numa siderurgia, criara dois filhos, e hoje em dia vive absorvido por um neto que é a alegria dos seus olhos. Assim mesmo, tudo no melhor dos mundos, a harmonia perfeita, à semelhança da «casa portuguesa», que canções dessas há um pouco por todo o lado.

Um dia, esse pai de família exemplar recebe uma intimação para responder em tribunal, perante as autoridades norte-americanas, que lhe querem tirar a nacionalidade. Descobriram-se documentos que o incriminam como importante torcidário das forças para-militares nazis da Hungria, e atribuem-se-lhe inúmeros e indesculpáveis crimes contra a Humanidade. Ele afirma que é um erro, os filhos não acreditam no que ouvem, a advogada dispõe-se mesmo a defender o pai em tribunal, um «caso» que ela julga fácil de resolver. Em equívoco que rapidamente se desfará.

O promotor de justiça apresenta as suas provas e testemunhas, Ann Talbot vai tentando contrapor outras e anular aquelas, mas a dúvida começa a atormentá-la. Há expressões que as testemunhas atribuem ao SS, que são expressões vulgares na boca do pai; há hábitos que coincidem, como o gosto das flexões; há um bilhete de identidade da «Polícia Especial» com fotografia e assinatura condizentes. E há, do outro lado, um pai a defender uma inocência em que Ann Talbot procura acreditar para lá do possível.

Os factos acumulam-se: assassinatos em série nas margens do Nabúbio, que, nesses anos de guerra insana, de azul tinha as águas vermelhas de sangue derramado; há mulheres que o acusam de violações; há pais que viram os filhos de sete anos, mortos friamente com um tiro de pistola; há «o jogo da baioneta», que alguns recordam, quando ele colocava uma baioneta espetada no chão, com a seta virada para cima, e obrigava as vítimas a fazerem flexões em cima dela, até...; há um repositório de crimes difíceis de imaginar num «humano», é esse homem que Ann Talbot tem a seu lado para defender, e esse homem é seu pai, aquele que hoje em dia ensina ao neto que o «Holocausto» nunca existiu, não passa de um amontoado de mentiras armadilhado pelos comunistas... Há uma aparência que não bate certo com os crimes de que é acusada, como uma inofensiva caixa de música que pode aguardar os mais terríveis segredos.

Numa das derradeiras sequências de *O Enigma da Caixa de Música*, o filho de Ann Talbot viaja entre dois avós: um deles, advogado também, comemora a vitória da nora, junto dos jornalistas, afirmando que hoje em dia não é importante remexer no passado, mas sim tratar do futuro, das novas gerações... No jardim da mesma casa, o outro avô ensina o neto a montar a cavalo. Não se pode esquecer o passado, porque é dele que se alimenta o futuro. As novas gerações não nascem lado a lado com o passado que as vincula. O nazismo não morreu com o fim da II Guerra Mundial. O racismo e o anti-semitismo não desapareceram, estão aí, por exemplo, nas inqualificáveis profanações do cemitério judeu de Carpentras em França. Um filme como *Music Box* é uma obra de uma actualidade gritante e de um indiscutível importância, por muito que se tente menosprezá-lo com acusações de «filme político», como se esta designação por si só contivesse em si algo de «menosprezante». Como se os panfletários e demagógicos filmes de Eisenstein e Pudovkine (para só citar dois exemplos extremos) não fossem obras de arte, apesar disso.

Costa Gravas tem tido, aliás, uma carreira algo incompreendida, e ela própria irregular, com filmes onde o seu trabalho resultou melhor e outros onde o esforço demonstrativo da «tese» a defender tolheu um pouco da sua agilidade de escrita. *O Enigma da Caixa de Música* é um dos seus melhores filmes, mais aparentado com o melodrama e «o filme de tribunal», do que com o policial de investigação e, nesse aspecto, a contribuição do argumentista, o húngaro Joe Eszterhas, deverá ter sido determinante, já que a base ficcionista donde parte a película é segura e sólida, bem carpinteirada e exemplarmente desenvolvida. Acrescente-se-lhe um fabuloso desempenho de Jessica Lange, dividida entre o amor à verdade e o amor ao pai, bem acompanhada por Armin Muelle-Stahl, numa figura ambígua, passível de todas as interpretações, e teremos razões bastantes e suficientes para *Music Box* ser um filme a não perder.



Lauro António

«Cometemos o erro de acreditar que o mal se reduzia a Ceausescu... mas a ditadura permaneceu em nós», declara ao «Le Monde» o escritor romeno Octavian Paler

As desilusões de um intelectual

«Sou um desesperado: perdi todas as minhas ilusões», declara de chofre Octavian Paler, escritor romeno proibido no último período do regime de Ceausescu.

A publicação na imprensa de Bucareste, em Fevereiro último, de um artigo por si assinado e intitulado «As ilusões não duraram mais que um mês» valeram-lhe as censuras do novo Poder. Em entrevista concedida ao «Le Monde», em Paris, ele explica as dúvidas que o assaltaram e o porquê de «já não saber onde está a verdade». «Eu vivi na mentira; eu sei que, às vezes, para viver é preciso mentir ou, pelo menos, suportar a mentira; é sem dúvida por isso que a verdade é para mim uma obsessão.»

— No começo da revolução você estava confiante?

— Sim, eu estava confiante... Talvez um pouco em demasia. Cometemos o erro de acreditar que o mal se reduzia a Ceausescu e aos seus acólitos... Ceausescu caiu, mas a ditadura permaneceu em nós. Tivemos oportunidade de conduzir o nosso próprio processo, o que nos teria permitido entrar em convalescença... Mas os processos que tiveram lugar não eram políticos, eram processos penais. Invoca-se o «genocídio», é um abuso de linguagem. É que os vivos também são vítimas. Todos têm qualquer coisa que morreu dentro de si, como esta recusa de julgar o passado. Este é que é o verdadeiro genocídio.

Eu vi como os juizes destes

processos se obstinavam em evitar pôr em causa o sistema. Talvez tenham recebido ordens, talvez tenham medo... Não sei. Quando do primeiro processo⁽¹⁾, assim que uma testemunha chamava a atenção para questões mais latas, os juizes intervinham e suspendiam o interrogatório. Quando li as actas do processo de Nuremberga compreendi que a ditadura nazi fora qualquer coisa de atroz. Mas quando vi estes quatro indivíduos estúpidos, miseráveis, eles próprios cheios de medo, perguntei a mim próprio: foram então estes que nos obrigaram a viver como vivemos? Então este Postelnicu é que era o todo-poderoso?

— Na sua opinião, tratava-se de uma verdadeira revolução?

— Nenhum dos actuais dirigentes tinha antes qualquer lugar importante ou com poder de decisão. Khrushchchev fora destronado pelos seus pares. Conosco era diferente, tratava-se de pessoas marginalizadas. Atendendo ao medo que reinava na Roménia, não podia haver qualquer apoio de massas para uma conspiração. Os actuais dirigentes remetem-se a um discreto silêncio quanto à teoria de golpe de Estado que corre na Europa: eles não podem dizer «sim, é verdade», porque depois vinham as perguntas para as quais eles não têm resposta: quem, como... Mas este mito convém-lhes porque lhes confere uma semilegitimidade.

— Há outros mitos?

— Há muitos. Por exemplo, o problema dos «terroristas» foi, quanto a mim, deliberadamente empolado. Sem dúvida que houve alguns fanáticos. Mas o mito foi exagerado, se não mesmo provocado. Por exemplo, porque é que não há marcas de balas nas paredes da televisão, enquanto as paredes fronteiras foram destruídas? Porque é que houve tão poucos feridos? Eu estava na rua, não vi nenhum terrorista. O mito dos terroristas teve duas consequências: por um lado, a revolução foi disfarçada, interrompida, muita gente trancou-se em casa; por outro lado, os autores deste disfarce da revolução arrecadaram um capital moral, apresentando-se como os que resistiram aos terroristas.

Há liberdade de expressão e de calúnia

— Neste momento pode publicar o que quiser na Roménia?

— Posso. Há liberdade de expressão e até liberdade de calúnia. Há um prazer perverso em manchar seja o que for que você nem calcula! Os mais fervorosos são os que têm a consciência mais pesada... os prostituídos do antigo regime. Eles atacam sobretudo os dissidentes.

Muitas publicações, subsidiadas pela Frente ou talvez pela própria Securitate, têm como único objectivo comprometer os dissidentes. Por exemplo, uma publicação intitulada «Democracia» ataca regularmente Bacanu, um jornalista encarcerado pelo antigo regime e que é agora

co-director de «Romania Libera». A «Democracia» é dirigida por um dos conselheiros de Ceausescu, Florescu, que foi durante anos chefe da secção de Imprensa do Comité Central. Ele recuperou a revista do PC «A Vida do Partido» e transformou-a na «Democracia», com os mesmos meios técnicos e financeiros e, segundo creio, com autorização da Frente ao mais alto nível.

— Acha que as eleições marcadas para 20 de Maio poderão mudar alguma coisa?

— Não sei... Se eu pudesse acreditar que o mal está apenas na mentalidade e nos delitos dos dirigentes tudo seria mais simples. Mas o mal está entre nós e eu não vejo saída para isso. As eleições podem substituir os dirigentes actuais por outros. Mas nós precisamos de outra coisa: do que nós precisamos é de purificação moral. Talvez eu esteja apenas obcecado...

**Entrevista de Sylvie Kauffmann
Serviço Exclusivo
«Le Monde»/«DL»**

Tradução de Maria Otília Moreira

⁽¹⁾ O processo dos quatro mais próximos colaboradores de Ceausescu, entre os quais o ex-ministro do Interior Postelnicu, que em 2 de Fevereiro último foram condenados a prisão perpétua por «cumplicidade em genocídio».

Crítica de teatro

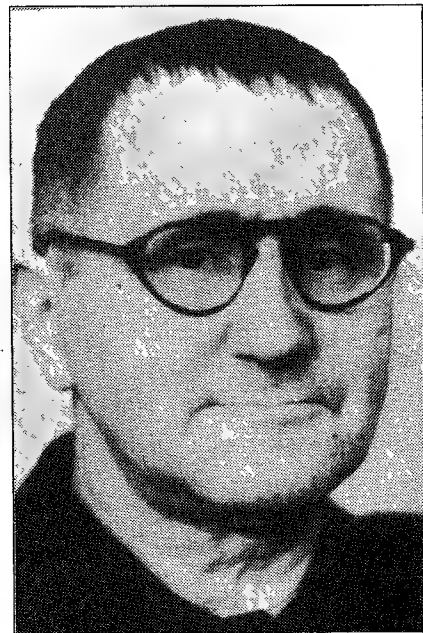
O futuro presente

O Terror e a Miséria no Terceiro Reich (Cena da Judia), de Bertold Brecht. Interpretação: Cristina Oliveira. Espaço cénico / Figurinos: Cristina Oliveira. Direcção: João Motá.

O Círculo de Giz Caucasiano (História de Grucha), de Bertold Brecht. Interpretação: Alexandra Pereira, Fátima Apolinário, Rui Matamouros, Cláudia Rodrigues, Mercantonio Del-Carlo, Rita Loureiro, Johnny, Josefina Casaleiro. Espaço cénico, adereços, figurinos: Ana Luísa Pereira/Paulo Hernâni. Direcção: Antonino Solmer.

O Círculo de Giz Caucasiano (História de Azdak), de Bertold Brecht. Interpretação: Rosa Alexandra, Rui David, Maria José Lopes, Sara Nobre, Ana Catalão, Regina Paula, Carlos Pessoa, Avelino Neto, Diogo Infante. Cenário e figurinos: João Rodrigues/Anabela Santos. Direcção: José Peixoto.

Alunos do 2.º ano do Curso de Teatro (Formação de Actores) - Escola Superior de Teatro e Cinema. Centro de Estudos Judiciários/4/6-05-1990.



Como acreditar que o teatro vai morrer quando deparamos com revelações como estas que não valem pelo que são mas pelo que prometem, por essa música, por vezes inaudível, que nos fala do futuro? Não sei quantos jovens dos que participaram nestes exercícios, alguns dos quais já passaram por palcos profissionais vão continuar, vão fazer da sua vida uma parte da vida do teatro. Um que

seja e já valeu a pena. Bastou vê-los ou revê-los para sentirmos a alegria do teatro que está sempre a recomeçar.

Também não deixa de ser curioso encontrar estes jovens a interpretar fragmentos de duas peças daquele que hoje aparentemente devia ser um autor proscrito e que no entanto voltou a ser iluminado pelas luzes da ribalta, não só aqui como noutros lugares. Bertold Brecht, aquele que depois de morto disputa o ódio dos nazis de hoje como aconteceu com os de ontem. Ódio velho não cansa bem certo.

A apresentação no Centro de Estudos Judiciários destes três exercícios à volta das peças de Brecht articula-se com a apresentação de outros exercícios da Escola Superior de Teatro e Cinema relacionados com o Direito, iniciativa do dr. Lúcio Laborinho, actualmente ministro da Justiça.

Exercícios quase sem cenário, sem encenação, apenas direcção de actores, excepto no que se refere à última parte, História de Azdak, da responsabilidade de José Peixoto. Neste caso houve uma tentativa de criar uma situação metafórica através de elementos agrícolas, que constituem uma ligação directa ao texto.

Não é de estranhar que uma vez mais sejam os jovens em maior número e com trabalho de mais prometedora qualidade. No entanto, seria injusto esquecer a presença de dois ou três actores que constituem outras tantas promessas a ter em conta.

Espera-se que para isso sejam criadas condições para que a realidade social e teatral corresponda sem sofismas e sem hesitações aos sonhos que estas jovens e estes jovens transportam e tornam já numa realidade digna de ser amada.

Carlos Porto



TEATRO DA GRAÇA
GRUPO TEATRO HOJE

CENAS

D
A
V
I
D
A
D
E

BENILDE

Subsidio SEC

SEGUNDO «BENILDE OU A VIRGEMMÃE» DE JOSÉ RÉGIO

ENCENAÇÃO: JORGE LISTOPAD

COM: ALEXANDRA LENCASTRE, ALEXANDRE DE SOUSA, ANTONINO SOLMER, ELISA LISBOA, ISABEL DE CASTRO, JOSÉ FIGUEIREDO, JÚLIO MARTIN, RUY FURTADO

Curta série de representações

Em cena de terça a sábado às 21.30

Matinéas aos domingos às 16.00

Marcações pelos telefones 875626 e 875800

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

4 representações: 25, 27, 28 de Maio às 21.30h;
dia 26 às 16h no AUDITÓRIO DE AR LIVRE

TCHILOLI

Pelo Grupo

FORMIGUINHA DA BOA MORTE

De São Tomé

Um espectáculo deslumbrante. Uma peça portuguesa do séc. XVI num fulgor de espelhos, danças, mímica, máscara. Surpreendente fusão de culturas. Um espectáculo testemunha dos Descobrimentos. A não perder.

Bilhetes à venda na bilheteira do ACARTE (R. Nicolau Bettencourt). Preço 500\$. Descontos de 50% a jovens até 18 anos, a portadores do cartão jovem, a artistas de teatro.

M/12 anos

CULTURA E ESPECTÁCULOS

A Cornucópia estreia depois de amanhã «Um Poeta Afinado», de autor português (quase) desconhecido

A angústia do encenador no momento da estreia

Dois séculos depois de ali ter sido representado (uma única vez, sem êxito...), Manoel de Figueiredo volta ao Teatro do Bairro Alto. Volta não é bem o termo, porque o Teatro do Bairro Alto não é hoje o mesmo que a Inquisição destruiu há dois séculos, é o da Cornucópia. E é a Cornucópia que, depois de amanhã já, vai estreiar «Um Poeta Afinado», um espectáculo que reúne três peças daquele desconhecido

que a tal cláusula existe; achei que era engraçado fazer um espectáculo com um autor que levanta exactamente um problema que está na origem dessas regras. Ou seja, o Manoel de Figueiredo é um caso da dramaturgia portuguesa típico. É alguém que, no tempo do Marquês de Pombal, quis reformar o teatro com a melhor das boas vontades e acabou mal-amado e desprezado pela sua própria época.

única peça de Figueiredo que chegou a subir ao palco, e, por fim, «O Dramático Afinado ou A Crítica dos Perigos da Educação», na qual surge outra vez a figura do autor, agora nervosíssimo com uma estreia, interrogando os actores sobre as reacções do público.

- Mas neste espectáculo da Cornucópia há alguma coisa que transcende a curiosidade histórica?

- Claro. O espectáculo situa-se ao nível da brincadeira, mas nós transformámos isso numa brincadeira sobre as próprias convenções teatrais. As três peças são representadas em três convenções teatrais diferentes, porque são diferentes as maneiras de representar a vida e o mundo. É uma maneira de gozar com isto tudo e não foi por acaso que escolhi para acabar uma frase que contém a filosofia do espectáculo: «Pregações de poetas e de cómicos é como tudo o mais que é pregação: entra por um ouvido e sai pelo outro.»

- Um ponto de vista irónico...

- E de uma ironia que incide sobre a própria atitude da Cornucópia em fazer reflexões sobre o teatro que, tenho a certeza, são uma maneira de entreter o público... e de nos entretermos a nós próprios.

- Quer dizer que sob a superficialidade aparente...

- Sob a superficialidade aparente, há latente um problema gravíssimo: o da dificuldade de relacionar o teatro com o público.

- Como assim?

- Acho que nós, pessoas do teatro, não sabemos criar esse encontro com o público que é importantíssimo. Ainda hoje dei um depoimento sobre o Tchiloli, o grupo de São Tomé, e disse que uma das coisas que mais me comove é sentir a importância que esse teatro popular africano tem para a vida das pessoas. O espectáculo que nós vamos estreiar na quinta-feira, por exemplo, está nos antípodas disso. Sinto angústia ao ver que nem eu, nem ninguém em Portugal faz um teatro que toque os problemas fundamentais do público. O pior nem é isso, o pior é não perceber que problemas são esses.

- Peço desculpa, mas eu acho que quer a Cornucópia quer outras companhias têm tocado sistematicamente nos problemas fundamentais do Homem.

- Então se têm tocado, digamos que isso passa ao lado do público e a gente interroga-se sobre o que é importante para ele.

- Sob o risco de esta entre-

vista se virar do avesso e se eu a responder, direi que o problema fundamental do público hoje em Portugal é cada um que se amanha. Na melhor das hipóteses, é vir aqui à Cornucópia ver-te a ti mais à companhia e a seguir ir beber uns copos, numa de «a peça do Cintra é gira, esquece, que amanhã temos mais em que pensar». Onde é que hoje tens em Portugal público que por causa de um espectáculo, qualquer que ele seja, se interroga, por exemplo, sobre o sentido da vida que leva? Espero que não acredites que o público tem sempre razão, que é uma variante daquele infantilismo de esquerda que diz que o povo tem sempre razão...

- Então, se é assim, o que dá vontade de fazer é não tocar nos problemas fundamentais. Chega uma altura em que sentimos que estamos a ser traídos pelo público. Mas eu não queria dar a isto um ar de tragédia...

- Não é tragédia. É o que é. Mas porque não hás-de ser elitista, é algum crime? Se o público se está nas tintas, nem vale a pena fazer o que ele gosta só para lhe agradar, porque por muito que vás nesse sentido, nunca terás a audiência de uma porcaria qualquer que passe na televisão. E o crime não compensa.

- Pois. Há, de facto, uma espécie de neutralização de tudo, que a gente sofre como uma repressão. Como se o gosto da maioria fosse um buldozer que destruísse qualquer delicadeza, qualquer subtilidade de pensamento.

- Para acabar: o que se segue na Cornucópia, depois de Manoel de Figueiredo?

- Segue-se Shakespeare, «Muito Barulho por Nada», numa tradução da Sophia. Depois do Verão, na «ren-tre».

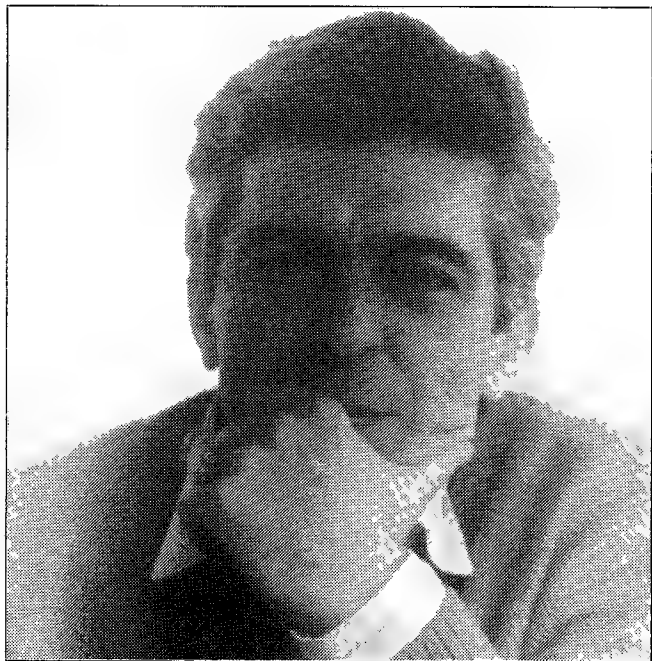
- Ora ainda bem...

Rodrigues da Silva

Oliveira: dois prémios em Cannes

Manoel de Oliveira não recebeu um prémio, mas dois, neste Festival de Cannes, em que esteve presente extra-concurso com «Non, ou A Vã Glória de Mandar». Para além do prémio-homenagem da Federação Internacional da Crítica de Cinema, que ontem o DL anunciou em primeira mão, viria a obter uma menção do júri oficial. Tal menção incita Oliveira a dar novas obras ao cinema, voto que o júri tornou extensivo ao realizador polaco Andrzej Wajda.

Quanto ao palmarés de Cannes, a palma de ouro foi para «Wild at Heart», de David Lynch; o grande prémio do júri para «Tilai», de Oedraugo; e «A Agulha da Morte», de Kohei Oguri, ex-aequo; e o prémio da realização para Pavel Lounguine por «Taxi Blues». Gérard Depardieu, em «Cyrano de Bergerac», e Krystina Janda, em «O Interrogatório», ganharam os prémios de interpretação.



Luís Miguel Cintra: «Oh, o público...»

dramaturgo português setecentista.

«Um Poeta Afinado», sob uma aparente superficialidade, levanta o problema das relações do teatro com o público, tema caro a Luís Miguel Cintra.

Disto se fala nesta entrevista, com o entrevistador às tantas quase a passar a entrevistado. Estava Luís Miguel com complexos por o teatro não compreender o público, vai daí tentou-se-lhe provar que aquilo que se passa é precisamente o contrário. Ou de como um actor algo angustiado por causa do público, recebe como conselho: «Sê elitista, que o crime não compensa.» Assim:

- Que espectáculo é este?

- Este é um espectáculo que eu talvez não fizesse se não existisse no contrato-programa uma cláusula de obrigatoriedade de representar um texto português por ano.

- De qualquer modo, é um espectáculo em que te revê...

- Claro. Há um gigantesco trabalho de actores e um óptimo trabalho de cenografia.

- Só que, sem a tal cláusula, não irias buscar agora um autor português.

- É isso. Há muitas outras coisas mais interessantes e melhores para fazer. Mas já

- Quem era ele?

- Era um tipo cultíssimo que trabalhou imenso pelo teatro português e que, entre originais e traduções, escreveu quarenta e tal peças. E, no entanto, só uma vez foi representado, aliás sem nenhum sucesso.

- Quer dizer que esta é a segunda vez que Manoel de Figueiredo é representado?

- Exacto. E da primeira foi no Teatro do Bairro Alto, de que o nosso herdou o nome. Agora, mais de 200 anos depois, volta à cena. Não sei se com mais sucesso...

- O sucesso preocupava-o?

- Ele estava tão mais preocupado com o sucesso que até se tornou a si próprio personagem de uma peça sua. E nessa peça ele surge em conflito com os profissionais de teatro - os cómicos. E com o mundo em geral. É este assunto - o conflito do autor com o mundo e com os cómicos - que tentei aproveitar como eixo deste espectáculo.

- O qual reúne três peças de Manoel de Figueiredo?

- Sim. Começa com «Um Ensaio Cómico», cujo tema é o conflito do autor com a companhia que se recusa a representá-lo e desencadeia uma espécie de motim. Depois, representamos «Os Perigos da Educação», a tal



MUNICÍPIO DE LISBOA

EDITAL N.º 41/90

Viaturas abandonadas

Faz-se saber que os veículos abaixo indicados e que se encontram depositados no parque da Repartição de Armazéns e Imprensa Municipal sito na Quinta da Vila Formosa ao Figo Maduro, serão vendidos em Hasta Pública conforme o preceituado no Edital n.º 100/89 de 13/7/89, Decretos-leis n.ºs 57/76 e 131/82, Portaria n.º 194/89, se os seus proprietários os não levantarem no prazo de 30 dias, a contar da data do presente Edital. Os interessados ficarão responsáveis pelo pagamento dos encargos legais estabelecidos.

NOME DOS PROPRIETÁRIOS	LOCAIS DONDE FORAM RETIRADOS OS VEÍCULOS	MATRÍCULAS
Manuel Duarte Nunes da Silva	Rua Conde de Almoester	HH-74-73
Carlos Manuel da Silva Pereira	Parque do Restelo	GH-77-41
José António da Conceição Mateus	Calhariz de Benfica	DB-62-31
Carlos Alberto G. da Cruz Caldeira	Rua Rebelo da Silva	DI-43-91
Filomena Maria O.R. de Matos Boavida	Rua de Campolide	BP-21-25
Carlos José Dias Quintelas	Av. de Berna	GI-97-93
Edú Joaquim Santos	Rua Gonçalves Zarco	BF-61-77
Eduardo Pereira Barbosa	Rua Prof. Mira Fernandes	GD-50-22
Vasco António Fernandes Dias	Av. 5 de Outubro	HZ-81-31
António José Silva Martins	Rua Dr. António Martins	FG-28-24
Armando Loureiro da Silva	Rua Victor Hugo	GZ-95-27
Vitorino Armando Coutinho Póvoas	Largo de Santos	GP-47-50
António Rodrigues da Silva	Estrada da Damaia	AF-89-76
Vasco António de Lima Fernandes	Rua Antão Gonçalves	ID-64-63
Herd.ºs Abraão da Cunha	Rua Manuel Ferreira de Andrade	II-87-44
Joaquim das Neves Cabeças Montes	Rua Mariano Pina	CL-98-83
Joaquim Pedro Prior	Rua Conselheiro Martins de Carvalho	FE-60-63
Ana Maria Teixeira da Costa Farinha Silva de Almeida	Azinhaga da Fonte do Louro	IA-61-79
José Carlos Guerreiro Lourenço	Parque da Rua Eng. Vieira da Silva	DL-74-06
Ignorado	Campo Mártires da Pátria	Ignorado
Ignorado	Av. António José de Almeida	Ignorado
Ignorado	Largo Martim Moniz	Ignorado
Ignorado	Av. do Brasil	Ignorado
Ignorado	Av. do Brasil	Ignorado
Ignorado	Rua Academia das Ciências	Ignorado
Ignorado	Rua Silva e Albuquerque	Ignorado

Paços do Concelho de Lisboa, em 1990/04/19.

O Presidente,
Jorge Sampaio

DESPORTO

Com o Benfica na Áustria

Milhões na valsa da roleta

Do nosso enviado especial

A cidade continua linda. O Pratter quase ao alcance do olhar, a recordação que ficou na nossa retina do inesquecível triunfo portista em outra final da Taça dos Campeões automaticamente associada à imagem de um Futre que ria por todos os poros quando o José Augusto Marques o entrevistava, um Juary que dizia palavras de todo o tamanho para exprimir o que sofria sobre o relvado, a serenidade de Madjer relembrando para Artur Agostinho como lhe dera para meter o calcanhar à bola, o Artur Jorge abraçado a Jorge Nuno Pinto da Costa, lágrimas correndo em comum. Depois, a grande festa no avião que nos trouxe de

carrega o Jorge, já nosso companheiro em outras viagens.

Os eng.ºs Abreu Roca e Vítor Vasques foram os primeiros enviados do Benfica que estiveram em contacto com a organização do jogo: Alfred Ludwig, secretário-geral da federação Austríaca, continua a garantir que italianos foram a Lisboa comprar um montão de bilhetes e, agora, para se separarem as claque, ampliou-se o normal serviço de segurança, com mais de 2000 polícias em serviço no Pratter. E, enquanto o Scandic Crown Hotel, onde mora a comitiva oficial do Benfica é controlado por outra força policial, ficou à disposição da direcção rubra uma pequena frota automóvel e ainda um autocarro para o «team».

E Eriksson já esta manhã comandou os seus rapazes em exercícios de desentorpecimento, estando previsto outro treino para adaptação à luz do Pratter lá mais para o fim da tarde.

O companheiro António Florêncio garante-me:

— Conheço toda a Europa: estamos na cidade mais cara de todo o continente. Uma simples «bica», que mais não é que água enfarruscada, custa cerca de 500 escudos!

É isso: «não são as coisas que custam muito dinheiro, a gente é que ganha pouco» como diria o bonacheirão João Soares, que perdeu o pio na nossa TV, para ceder o posto a chachadas enojativas e pardacentas. Bem longe da programação da congénere austríaca que é variada: e dá tanto por onde escolher que a dificuldade reside na opção, até porque a concorrência que se pode apanhar nos aparelhos chega de um leque enorme de outros países.

Operação «charme»

O Benfica, especialmente por obra da dr.ª Suzete Abreu (vice-presidente para «marketing» e cultura) inundou Viena com propaganda benfiquista; desde «t-shirts» a isqueiros, passando por fotos, «posters», folhetos com a história da água, canetas, autocolantes, galhardetes e emblemas, é um ver-se-te-avias, a Câmara Municipal de Lisboa associando-se à festa e distribuindo pequeninos vasos com manjericos, cravos de papel e quadras



Eusébio e Eriksson em Viena

populares.

Aliás, a nossa «operação charme» tem várias flutuações. Ontem, na Câmara de Viena, houve um banquete de gastronomia portuguesa, com Michel no comando do menu. Gente muito importante, quase todos os «vipes» que o Benfica convidou, lá estiveram. Luz Sá da Bandeira cantou o fado, Jorge Sampaio trocou brindes, Roberto Carneiro deu abraços, João de Deus Pi-

ma hora. Como ninguém tem o dom da ubiquidade, será necessário dividir as hostes entre os membros do nosso Governo, de direcção benfiquista e de convidados muito especiais do clube rubro.

No hotel onde o Benfica está alojado moraram, há poucos dias, os craques da Argentina (Maradona incluído) que vieram actuar perante o «onze» da Áustria, neste mesmo Pratter de que Eusébio guarda má memória («a selecção perdeu aqui por 1-0») mas igualmente é lembrança linda a incentivar o Benfica para copiar o Porto.

Luta pré-eleitoral?

Aviões fretados especialmente por empresas portuguesas continuam a chegar com convidados de figuras que (diz-se) estarão brevemente em esgrima pelo comando do Benfica. E não é surpresa nem ineditismo salientar que, nesse aspecto, contam-se as espingardas ao dispor de Jorge de Brito, de Marcel de Almeida, de Alexandre Alves, talvez mais longinquamente de Adriano no Afonso, Luís Tadeu. Cabe aos benfiquistas começarem a deitar contas à vida, porque cada carta tem naipa para cumprir a vasa.

Avancemos. O Pratter tem 58 mil lugares, estão credenciados 40 jornalistas portugueses, o Milão deve apresentar-se na força máxima, o Benfica deve defender à zona e tentar sagazmente ex-

plorar o contra-ataque. Os portugueses vão jogar com equipamento completamente vermelho e Eriksson continua a não se abrir muito, mas parece teimar em colocar Samuel na retaguarda canhota, portanto com o bloco a apresentar-se do modo seguinte: Silvino; José Carlos, Aldair, Ricardo e Samuel; Hernâni; Vítor Paneira, Thern, Valdo e Pacheco; Mat Magnusson. Para as emergências há várias soluções ao dispor no banco lateral, esperando-se que o técnico sueco tenha melhor sorte que Otto Glória, Schwartz, Riera ou Toni, que foram obrigados a baixar bandeira na última etapa do mais apetecido troféu do futebol europeu.

Mudanças à vista

Os dirigentes benfiquistas fecham o jogo quando se fala em transferências: Rui Águas voltando à casa onde o pai está trabalhando, Mats Magnusson a caminho de Barcelona, Aldair e Valdo com os pés à porta do futebol italiano, Mauro Galvão já contratado lá pelos Brasil, Hernâni tentado pela França, Samuel desejado em paragens diferentes do Estádio da Luz. O empresário Manuel Barbosa tem andado numa roda viva: possui carta branca de Jorge de Brito para negócios de muitos milhões.

O Milão

Interessa, para já, saber como irá alinhar o Milão, parecendo que tudo se encaminha para saírem até ao palco com uma escalacção desta ordem: Galli; Baresi; Tassati, Costacurta e Maldini; Reijkaard; Colombo, Massaro, Gullit e Evani; Van Basten. A arbitragem está confiada ao austríaco Helmut Khol, que será acompanhado por outros juizes in-

mente inglês.

— Ele não vai perder a mais pequena falta. Não tem qualquer pejo em castigar severamente quem ousar contestar-lhe qualquer decisão.

É isso que nos dizem: cuidado, portanto, jogadores do Benfica. Protestar não adianta. Meter a sua ripadazinha também não. Que o diga o capitão Veloso que, realmente, tem de ir à bruxa: isto de finais europeias não são para ele...

Milhões em jogo

Concluimos falando de prémios. Diz-se que é fabuloso o montante que Dom Berlusconi coloca como isca à frente dos seus «empregados» no Milão, que tudo vão fazer para limparem a onda em que submergiram as esperanças de conquistarem Campeonato ou Taça de Itália. Coisa (em dinheiro português) assim como 35 mil notas de continho. Mas os benfiquistas também podem (à vontade) melhorar ainda mais a sua qualidade de vida: o prémio oficial parece ser de 5000 contos, há muitas ofertas particulares que podem ampliar em mais 1500 contos esse íman, mas a grande fatia está prometida por Jorge de Brito. Na semana passada, cumprindo o que anunciara quando da eliminação com o Marselha, duas das suas empresas (Tetra, construção e Estil, Estudos, Investimentos e Urbanização) reuniram toda a equipa no salão de exposições do lisboeta Hotel Ritz e entregaram ao capitão Veloso um cheque no valor de 25 mil contos, paritário ao valor de uma vivenda nas Vilas do Solar (Planalto de Santo António dos Cavaleiros), empreendimento que promete outro tanto se o Benfica derrubar o Milão. Um feito que tornaria vaidosos até ao tutano os portugueses que, para além do Lockheed para 250 pessoas que transportou a equipa, jornalistas e convidados, ainda preenche 40 aviões da TAP, oito «charters» da Air Atlantis e, claro está, os outros milhares que, por terra, estão a chegar ao templo da valsa. Enfim: o que pode o futebol, que nasceu com as balizas às costas, com leis «ad hoc» e tendo apenas uma lanranjada como prémio pelos melhores títulos...

Neves de Sousa

PNEU REMODELADO
Importação e Comércio de Pneus, Ld.ª
Monarch (Made in England)

regresso: e o voo sobre as Antas, às tantas da madrugada, com uma multidão de isqueiros acesos esperando a delegação para de longe beijar a taça. E perguntamos a nós próprios: haverá cópia dessa tremenda alegria na madrugada de 5.ª feira, quando todos regressarmos a Lisboa?

Cuidados rubros

Travemos aqui a imaginação, falando antes de realidades. E centrando (obviamente) naquilo que está hoje no cartaz vienense para os portugueses que, por todos os meios possíveis, estão invadindo a Áustria: automóveis, autocarros, aviões, carrinhas, até de comboio, tudo serve para fazer ponte para junto do Benfica. Importante é ter na carteira um bilhete para o jogo: calcula-se que, dos 20 e tal mil portugueses que são esperados uma boa fatia vem à deriva, à balda, como bom lusitano que se orgulha do desentranço sempre em última hora.

A semelhança do que aconteceu quando o Benfica viajou para a Hungria e URSS, também desta vez houve a preocupação de trazer alguns alimentos especialmente para o nosso paladar (linguado, bacalhau) e água sem gás. Um serviço de que novamente se en-

PNEU REMODELADO
Importação e Comércio de Pneus, Ld.ª
Monarch (Made in England)

nheiro saiu da pele diplomática, Valentim Loureiro anedotas, Amália e Eusébio deram autógrafos.

Bandeiras de Portugal, de todos os tamanhos e feitios, desfilam pelas ruas, esgrimindo com os gritos e cânticos dos italianos que também estão chegando a Viena. Postais com o «team» da Luz, mais uns «souvenirs» da água, servem o Mmanecas do «Elefante branco» como moeda de troca por emblemas e chachacóis. Logo, pelas 18 e 30, no salão de honra da edilidade vienense, duas centenas de convidados da Câmara Municipal de Lisboa vão escutar o «Opus ensemble» e lá para as 21, a Federação Austríaca de Futebol apresenta à mesma mesa as direcções do Benfica e do Milão, com almoços à mes-

PNEU REMODELADO
Importação e Comércio de Pneus, Ld.ª
Monarch (Made in England)

ternacionais (Heinz Holzmann e Hubert Forstinger). Dizem que Khol é um disciplinador implacável. Nascido a 8 de Fevereiro de 1943, no povoado de Frankenmark, foi talhante e merceiro, jogou futebol, praticou halterofilia, gosta de pescar e fala correcta-

A FNAC COM O BENFICA EM VIENA

- Ar Condicionado
- Indústria Gráfica
- Telecomunicações

- Imobiliária
- Comércio Internacional



FNAC

DESPORTO

Viena, futebol e negócios

Clubes italianos à pesca de jogadores do Benfica

Esta manhã, a Imprensa de Viena traz larga informação sobre o interesse de clubes italianos por jogadores do Benfica. E fala em números: Ricardo é desejado pela Juventus (que pagaria quatro milhões de dólares: cerca de 600 mil contos pela transferência) podendo entrar neste negócio a cedência de Rui Barros que, assim, satisfaria o desejo já expresso de jogar com a camisola benfiquista.

Por seu lado, Aldair é já dado como certo em Itália: a Fiorentina paga 3,5 milhões de dólares (perto de 525 mil contos) por um defesa que custou ao Benfica «apenas» 200 mil contos. Mas, hoje, os «encarnados» dizem que só dispensam Aldair por 840 mil contos, a Fiorentina vê chegar também o fiorentino da «Juve» pelo brasileiro, falando-se que, se Ricardo ficar na Luz, seria Aldair uma possível moeda de troca com Rui Bar-

ros. O problema é que o nosso Ruizinho ganha seis mil contos por mês e o Benfica, por causa da contração de Isafas, está a ser pressionado pelos mais cotados jogadores que querem revisão de ordenados. Valdo (que tem aqui o seu advogado brasileiro: PEROSOTTO) já disse que tem proposta do Nápoles, talvez para depois ser emprestado ao Sampdoria que cederia WERCHOOD aos napolitanos. Uma confusão dos diabos!

Magnusson debate-se entre três amores: continuar no Benfica ou aceitar mudança: Barcelona e Lazio estão na corrida.

Benfica de vermelho e Milão de branco

Confirmado: o Benfica jogará de vermelho e o Milão de branco. As duas equipas treinam esta noite: os portu-

ses das 20.15 às 21 horas. Eusébio foi esta manhã entrevistado para a TV italiana de Berlusconi e também chegou a Viena uma equipa da Globo brasileira para filmar Valdo, Ricardo e Aldair, que estão no escrete para o mundial.

Portugueses acampados à porta do hotel

Os 56 mil bilhetes para o Prater estão completamente esgotados e o mais barato já custa 25 contos portugueses no mercado negro. Tem feito sensação o tom desportivo dos novos fatos dos jogadores portugueses: de cor creme, muito desportivos. Hoje, o almoço dos artistas foi cherno, com café lusitano para rebater.

Continuam a chegar portugueses que fazem acampamento à porta do nosso hotel, onde 210 quartos foram alugados pela Agência Abreu só para a delegação do Benfica,

seus convidados e Imprensa, com vários apartamentos transformados em estúdios da Rádio ou Televisão.

«Em brasa» estão as esposas dos jogadores e dos treinadores Eriksson e Toni: foram alojadas noutro hotel e queixam-se de que as instalações são muito más.

Benfica quer uma final na Luz

O Benfica volta à carga: quer uma final europeia na Luz, agora que pensa numa «cidade desportiva» que vai custar 10 (dez) milhões de contos.

Depois da viagem a Moçambique e Angola, mais de dois torneios na Europa, os «encarnados» terão férias até 14 de Julho.

Antes porém, haverá a grande final de amanhã. E, sabendo-se que tanto o Milão como o Benfica perderam os campeonatos e as taças dos seus países, é de perguntar: quem vai (amanhã) salvar a pele?

N. de S.



O ministro dos Negócios Estrangeiros aposta no Benfica

Nossas selecções ganham lá fora

Esperanças vencem a Inglaterra juniores passam às meias-finais

Ontem foi «dia gordo» para o nosso futebol, com a selecção de esperanças a impor-se perante a sua congénere de Inglaterra no encontro inaugural do Torneio Internacional de Toulon, vencendo por 1-0 (gol rubricado por Paulo Madeira) e a selecção sub-16 a superar a turma da Dinamarca (triumfando por 3-1) e passar às meias-finais do Campeonato europeu da categoria, que decorre na RDA.

No Estádio de Coudoulière, em Six-Fours, as esperanças lideradas pelo técnico António Oliveira realizaram excelente exibição, superando pelo tecnicismo a força física dos ingleses e o remate certeiro de Paulo Madeira, quando decorria o minuto 65, veio materializar o ascendente exercido.

Por Portugal jogaram: Vítor Baía; Neves, Fernando Couto, Valido, Paulo Madeira e Morgado; Hélio, Filipe (Sousa, aos 75 m) e Resende (Gama, aos 65 m); Secretário e Amaral.

De salientar as actuações francamente positivas de Fernando Couto, Filipe, Vítor Baía, Morgado e Paulo Madeira.

Quanto ao comportamento dos nossos juniores «B» no europeu da RDA, importa referir que jogaram com extrema inteligência e serenidade e daí o merecimento do triunfo e consequente acesso às meias-finais, juntamente com a Polónia, Checoslováquia e Jugoslávia. Diga-se que a partir do triunfo de ontem, a confiança voltou ao reduto português e o jogo de amanhã com a Checoslováquia é encarado com bastante optimismo.

Carlos Queirós fez alinhar a seguinte formação: Pedro Jesus; Hugo, Alexandre Ribeiro, Litos e Kennedy; Sérgio, Edgar, Poejo e Porfírio; Costa e Nuno Santos (Nuno Afonso, 70 m). Poejo (1) e Costa (2) foram os autores dos golos lusitanos.

Cidade Universitária à espera de milhares

Oitenta metros quadrados de imagem para um máximo de 200 000 espectadores (lotação superior à do Estádio da Luz) é quanto o maior ecrã vídeo jamais instalado em Portugal tem para oferecer a quantos se deslocarem amanhã à Cidade Universitária para assistir ao Benfica-Milão.

Trata-se de resto, de um dos dois maiores ecrãs de vídeo actualmente existentes no mundo, ambos de dimensões iguais: 12,2 metros de comprimento e 8,7 metros de largura, para 40 toneladas de peso.

A designação técnica deste hiperecrã, que na Cidade Universitária ficará assente numa estrutura com três metros de altura, é a seguinte: *Diamond Viseon Mobile 55*.

Como estrutura fundamental de apoio será instalado um sistema de som com 30 000 watts de potência e a alimentação eléctrica para todo o conjunto estará assegurada através de um grupo gerador que debita 180 kvw.

Recomendação do Sindicato de Jornalistas

«A paixão clubista travestida de arrojo patriótico leva à sua frente o respeito de princípios éticos elementares e não poupa sequer aqueles que, em virtude da profissão que exercem, têm o poder de influenciar, positivamente ou negativamente, o vasto número dos seus cidadãos. Estamos em véspera da final da Taça dos Campeões Europeus em que se defrontam o Benfica e o Milão e o Conselho Técnico e Deontológico do Sindicato de Jornalistas espera e confia, seja qual for o resultado, que os nossos órgãos de Comunicação Social não subistimem os princípios éticos, em favor do patrioteísmo.» Esta, em síntese, a recomendação feita pelos membros do CTD do Sindicato de Jornalistas. Fica a mensagem.



urbicidade

MEDIADORES OFICIAIS

Av. D. Nuno A. Pereira, 46 r/c-E
2800 ALMADA-PORTUGAL

☎ 2744257-2744256

Telex 61004 TRIALM P — FAX 2743653

VENDEMOS

LISBOA

Av. 5 de Outubro. Prédio devoluto, c/ 14,5 metros frente e 40 metros fundo. Pode-se construir 9 pisos.

—//—

Calçada do Lavra. Prédio devoluto. Lote c/ 440 m², área construção 2206 m². Escritórios 5 pisos e c/v.

—//—

Campo Grande. Lote c/ 464 m². Aprovado 10 pisos. Área de construção cerca de 4000 m².

—//—

Campo Pequeno. Terreno c/ cerca de 23 000 m². Aprovado para: Edifícios de escritórios, Hotel de Apartamentos, Centro Comercial e Parques de estacionamento. Área total de construção: 143 000 m².

—//—

R. Rosa Araújo (junto ao Hotel Altis) Lote c/ 450 m², aprovado, s/loja 426 m², cave, entrada e loja 426 m², r/c, loja 426 m² 8 pisos c/3918 m² área construção, 3 c/v est.

—//—

Morada. Centro a 50 metros praia. R/c, 1.º andar e terraço.

Vista panorâmica. Salões, casa jantar, 4 quartos c/roup. Jardim e quintal c/ furo.

—//—

R. Barata Salgueiro — R. Rodrigo da Fonseca. Lote c/900 m², aprovada, 7 pisos. Área construção acima do solo 3276 m², abaixo do solo 1379 m².

MARISOL

Morada de luxo c/piscina. Casa p/caseiro, barbecue e garagens. Área do lote 1100 m².

—//—

Lote de terreno c/420 m². Aprovado para moradia.

—//—

Lote de terreno c/700 m², murado. Proj. aprov. e licença paga. Para moradia.

CRUZ DE PAU — AMORA

Morada. R/c c/ 400 m², 1.º e 2.º andares c/ 5 ass. cada. Central. Óptimos acessos.

VERDIZELA

Lote c/ 1050 m², urbanizado, c/ todas as infra-estruturas.

VÁRIOS

CORROIOS. Na Estrada Nacional 10. Urbanização aprovada para 310 fogos.

—//—

SOBREDIA DE CAPARICA. Urbanização aprovada para 80 fogos.

—//—

SOBREDIA DE CAPARICA. Andares prontos a habitar c/ 4 ass.

—//—

FERREIRA DO ZÉZERE/Lagoa de Dornes. Quinta c/3 ha, murada, casa c/ 10 ass., sótão e cave amplas. Adega, estábulos, pomar e vinha. Muita água, electric. e telef., junto a estrada alcatroada.

—//—

FERRAGUDO-ALGARVE. Junto à praia. Área total 92500 m², área a urbanizar 57 000 m², piscinas, courts de ténis, centro comercial, parques.

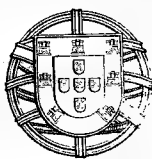
—//—

COVA DA PIEDADE-ALMADA. Unidade industrial c/ 1000 m² de área. Pronta a laborar. Bons acessos e localização.

AGENDA

I Série N.º 117
Dia 22 de Maio

DIÁRIO DA REPÚBLICA



SUMÁRIO

Ministério da Administração Interna

Decreto-Lei n.º 161/90:

Desenvolve as bases gerais do regime jurídico do exercício de direitos do pessoal com funções policiais, em serviço efectivo, dos quadros da Polícia de Segurança Pública.

Ministério da Indústria e Energia

Decreto-Lei n.º 162/90:

Aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras. Revoga o Decreto-Lei n.º 18/85, de 15 de Janeiro.

Ministério da Educação

Portaria n.º 384/90:

Autoriza o Instituto Politécnico de Castelo Branco, através da sua Escola Superior de Educação, a conferir o diploma de estudos superiores especializados em Inspeção Escolar - Área Pedagógica e em Administração Escolar e regulamenta os respectivos cursos e condições de acesso.

Portaria n.º 385/90:

Altera os quadros I e III do anexo XV da Portaria n.º 853/87, de 4 de Novembro, alterada pelas Portarias n.ºs 100/88 e 559/88, respectivamente de 11 de Fevereiro e 17 de Agosto, que aprova a reestruturação curricular da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Portaria n.º 386/90:

Autoriza a Universidade de Aveiro a conceder o grau de licenciado em Engenharia de Materiais e regula o respectivo curso.

Portaria n.º 387/90:

Autoriza a Universidade do Porto, através da Faculdade de Engenharia, a conceder o grau de licenciado em Gestão e Engenharia Industrial e regula o respectivo curso.

Portaria n.º 388/90:

Altera o plano de estudos do curso de licenciatura em Ciências da Nutrição ministrado pela Universidade do Porto.

Região Autónoma da Madeira

Assembleia Legislativa Regional

Decreto Legislativo Regional n.º 11/90/M:

Define o conjunto de direitos de que são titulares os dadores benévolos de sangue na Região Autónoma da Madeira.

Governo Regional

Decreto Regulamentar Regional n.º 9/90/M:

Aprova a Lei Orgânica e o quadro de pessoal do Fundo Regional de Intervenção e Garantia Agrícola (FRIGA).

Região Autónoma dos Açores

Assembleia Legislativa Regional

Decreto Legislativo Regional n.º 9/90/A:

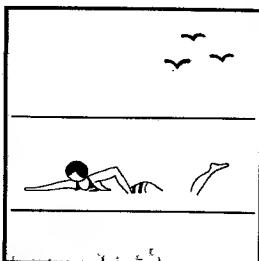
Cria o Conselho Consultivo Regional de Juventude (CCRJ) e define as suas competências e composição.

SE

nada pouco

ou tem câibras

não se afaste da praia



O ESTADO DO TEMPO

HOJE
CONTINENTE

Regiões do Norte
Céu muito nublado, vento fraco de Noroeste e aguaceiros para a tarde.

Regiões do Centro
Céu pouco nublado, apresentando-se temporariamente muito nublado durante a tarde, em especial no interior com possibilidade de ocorrência de aguaceiros.

Regiões do Sul
Céu geralmente pouco nublado e vento fraco de Noroeste.

Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 1 metro na Costa Ocidental e ondulação inferior a 1 metro na Costa Sul.

Amanhã
Céu pouco nublado, temporariamente muito nublado durante a tarde nas regiões do interior Norte, onde poderão ocorrer aguaceiros. Vento fraco a moderado de Noroeste e neblinas ou nevoeiros matinais.

Depois de amanhã
Céu pouco nublado. Vento fraco a moderado de Noroeste. Neblinas e nevoeiros matinais.

MADEIRA

Períodos de céu muito nublado. Vento geralmente fraco.

Mar encrespado ou de pequena vaga com ondulação Noroeste de 1 metro, na Costa Norte e encrespado com ondulação inferior a 1 metro na Costa Sul.

Amanhã e depois de amanhã
Períodos de céu muito nublado e vento geralmente fraco.

AÇORES

Grupos Ocidental e Central
Céu muito nublado e vento Sudoeste moderado. Períodos de chuva.

Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Oeste de 1 a 2 metros.

Grupo Oriental
Céu muito nublado e vento Sul fraco a moderado. Períodos de chuva para o fim do dia.

Mar encrespado a de pequena vaga com ondulação Oeste de 1 a 2 metros.

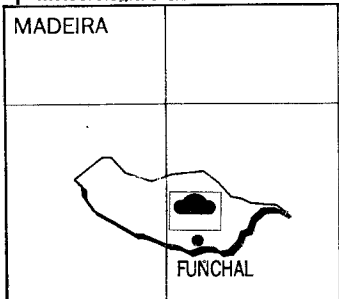
Amanhã
Grupo Ocidental
Céu geralmente muito nublado e vento Sudoeste moderado, tornando-se forte para o fim do dia. Períodos de chuva em especial para a tarde.

Grupos Central e Oriental
Céu geralmente muito nublado e vento moderado de Sudoeste. Períodos de chuva, que será fraca no grupo Oriental.

Amanhã
Grupos Ocidental e Central
Céu muito nublado e vento Sudoeste moderado a forte. Períodos de chuva.

Grupo Oriental
Céu muito nublado e vento moderado de Sudoeste. Períodos de chuva fraca.

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

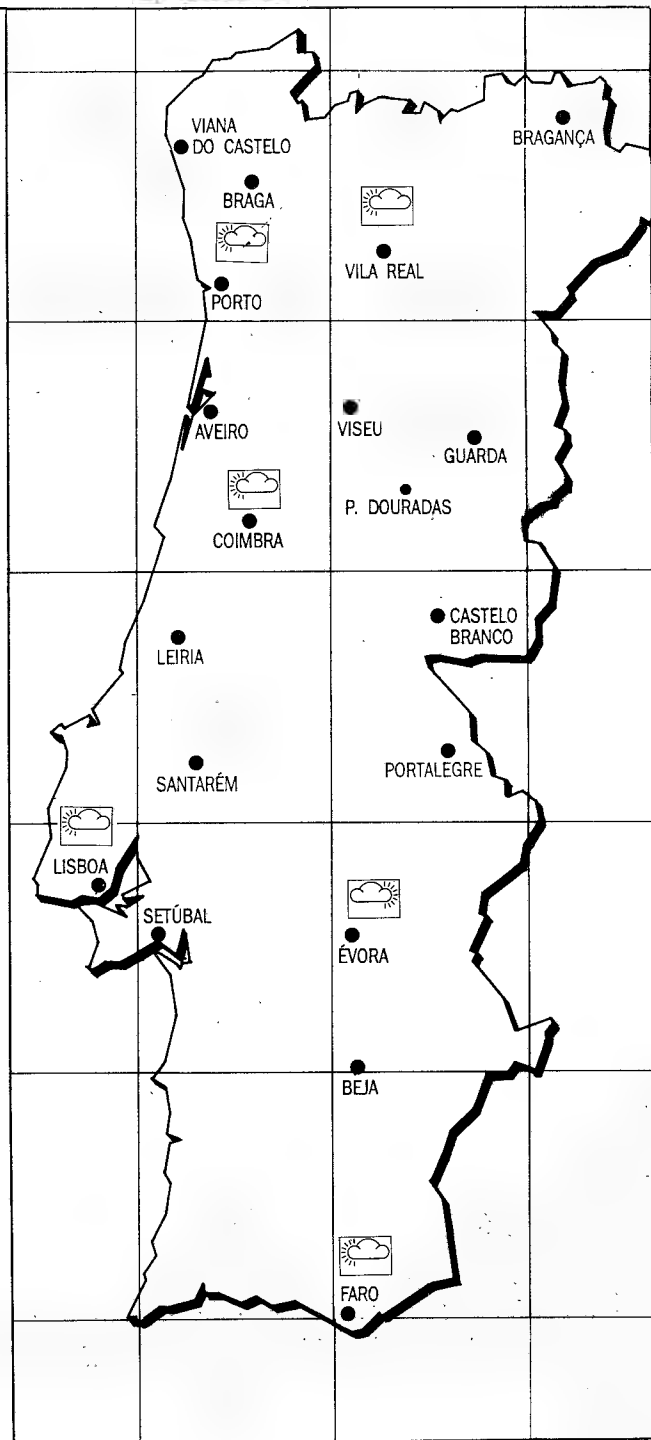


	Céu limpo
	Céu pouco nublado
	Céu muito nublado
	Chuva
	Trovoada
	Neve
	Vento
	Mar calmo
	Mar encrespado

MARÉS

Hoje	
PREIA-MAR	BAIXA-MAR
01.44 3,5m	07.38 0,6m
14.14 3,6m	20.04 0,6m

Amanhã	
02.38 3,6m	08.26 0,5m
15.05 3,7m	20.53 0,4m



PORTUGAL

Min. T. 6 h Às 18 h.

Bragança.....	8	8	M. nub.
V. Castelo.....	8	9	Nevoeiro
Vila Real.....	7	7	P. nub.
Porto.....	9	10	P. nub.
P. Douradas.....	-	-	-
Coimbra.....	10	11	Neblina
C. Carvoeiro.....	16	16	P. nub.
C. Branco.....	8	9	P. nub.
Portalegre.....	8	8	Neblina
Lisboa.....	13	14	M. nub.
Évora.....	11	11	Neblina
Beja.....	8	9	Neblina
Faro.....	14	14	P. nub.
Sagres.....	14	14	P. nub.
P. Delgada.....	16	16	M. nub.
Horta.....	16	16	P. nub.
Funchal.....	16	17	M. nub.

Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 21; Porto, 18; Faro, 24; P. Delgada, 19; Funchal, 23.

EUROPA

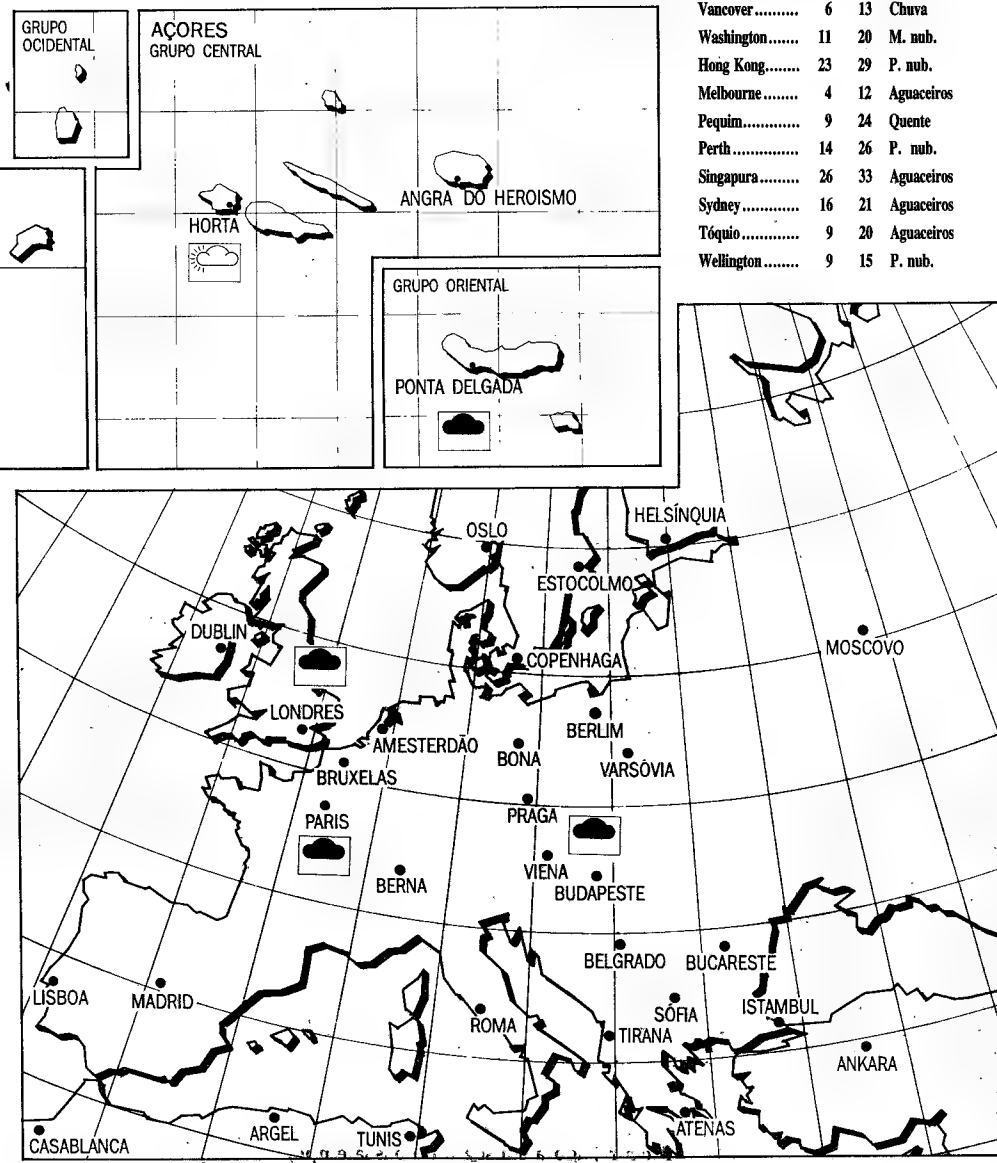
Min. T. 6 h Às 18 h

Madrid.....	13	14	M. nub.
Londres.....	6	9	P. nub.
Paris.....	12	12	Neblina
Bruxelas.....	9	10	P. nub.
Amsterdão.....	9	11	P. nub.
Genebra.....	9	12	P. nub.
Roma.....	14	17	Neblina
Oslo.....	9	10	Aguaceiros
Copenhaga.....	6	11	M. nub.
Estocolmo.....	3	7	M. nub.
Berlim.....	12	14	P. nub.
Viena.....	10	13	M. nub.
Varsóvia.....	6	13	M. nub.
Atenas.....	15	19	P. nub.
Moscovo.....	6	11	P. nub.

MUNDO

Min. Máx. Às 13 h

Chicago.....	7	18	P. nub.
Houston.....	19	32	Limpo
Los Angeles.....	14	21	P. nub.
Montreal.....	5	13	Aguaceiros
Nova Iorque.....	10	18	M. nub.
S. Francisco.....	12	18	Aguaceiros
Toronto.....	6	17	P. nub.
Vancouver.....	6	13	Chuva
Washington.....	11	20	M. nub.
Hong Kong.....	23	29	P. nub.
Melbourne.....	4	12	Aguaceiros
Pequim.....	9	24	Quente
Perth.....	14	26	P. nub.
Singapura.....	26	33	Aguaceiros
Sydney.....	16	21	Aguaceiros
Tóquio.....	9	20	Aguaceiros
Wellington.....	9	15	P. nub.



CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA 1

Av. Almirante Gago Coutinho
T. 806496

PALPITAÇÕES

Filme de Ron Underwood
M/16 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.30 e 24.00

ALFA 2

ALWAYS - SEMPRE

M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 3

CENAS DA LUTA DE CLASSES EM BEVERLY HILLS

Filme de Paul Bartel
M/16 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 4

HENRIQUE V

Filme de Kenneth Branagh
M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 5

MISS DAISY

M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.30 e 24.00

ALFA CLUBE

Av. Almirante Gago Coutinho
T. 806496

QUASE UMA FAMÍLIA

Filme de Johnathan Kaplan
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 1

Shopping Center de Lisboa - T. 691275

ADEUS AO REI

Filme de John Millius
M/16 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 2

PAPITAÇÕES

M/12 anos - Às 13.45, 15.45,
17.45, 19.45, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 3

CENAS DA LUTA DE CLASSES EM BEVERLY HILLS

M/16 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 4

A VIDA E O AMOR

Filme de Amy Jones
M/12 anos - Às 13.45, 15.45,
17.45, 19.45, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 5

HENRIQUE V

M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 6

LIGAÇÕES SUJAS

M/16 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 7

MISS DAISY

M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 8

ALWAYS - SEMPRE

M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 9

UM AMOR INEVITÁVEL

M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00, 21.45 e 24.00

AMOREIRAS 10

QUASE UMA FAMÍLIA

M/12 anos - Às 13.45, 15.45,
17.45, 19.45, 21.45 e 24.00

APOLO 70

Av. Júlio Dinis, 10-A - T. 763319

O HAREM DE ARQUIMEDES

Filme de Mehdi Charef
M/16 anos - Sessões às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

BERNA

Av. Marquês de Tomar, 10 - T. 776098

ADEUS AO REI

M/12 anos - Às 15.00, 18.00 e 21.30

CAPITOLIO

Parque Mayer

O CALOR DAS CALOIRAS

Hard-core - 1.ª escalão (porno)
M/18 anos - Às 15.00, 17.00,
19.00, 21.00 e 23.00

CINE CAMÕES

R. do Loreto, 15 - T. 324194

VERTIGEM AZUL

Filme de Luc Besson
M/12 anos - Às 14.15, 16.30 e 21.30

CINE 222

Av. Praia da Vitória, 37 - T. 533253

TANGO E CASH

M/16 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

KICK BOXER

M/16 anos - Às 24.00

CINE PORTELA

T. 9434762

AMIGOS E DETECTIVES

M/16 anos - Às 13.30 e 21.30

ESTÚDIO SHEZA

FLORES DE AÇO

M/12 anos - Às 15.15 e 21.15

CINEBOLSO

R. Actor Taborda, 27 - T. 573407

CONCURSO SEXUAL

Hard-core - 1.ª escalão (porno)
M/18 anos - Às 12.30, 14.30,
16.45, 19.00, 21.30 e 23.30



O EXPRESSO DE CASABLANCA Com Jason Connery/Glen Ford
Brevemente, estreia em Lisboa

CINEMATECA

PORTUGUESA

R. Barata Salgueiro, 39 - T. 546085

THE FIRST YEAR

Filme de Frank Borzage, às 18.30
LITTLE MAN WHAY NOW?
Filme de Frank Borzage, às 21.30

CITY CINE

R. Tomás Ribeiro, 34 - T. 549999

DIABO NO CORPO

Filme de Marco Bellocchio
M/16 anos - Às 14.30, 16.45,
19.00 e 21.30

CONDES

Av. da Liberdade, 2 - T. 322523

POLÍCIAS AO ATAQUE

Filme de Richard Benjamin
M/16 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

ESTÚDIO

Al. D. Afonso Henriques, 35 - T. 3525133

UM AMOR INEVITÁVEL

M/12 anos - Às 14.30, 16.45,
19.00 e 21.30

ESTÚDIO ACS

Av. da Igreja, 17-F - T. 8487255

JUVENTUDE EM FÚRIA

M/16 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

FONTE NOVA I

Est. de Benfica 503 - T. 7145088

QUASE UMA FAMÍLIA

M/12 anos - Às 14.30, 16.45,
19.00 e 21.30

FONTE NOVA 2

ALWAYS - SEMPRE

M/12 anos - Às 14.15, 16.30,
18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3

TANGO & CASH

M/16 anos - Às 14.45, 16.30,
18.45 e 21.15

FORUM PICOAS

Av. Fontes Pereira de Melo - T. 541037

AUDITÓRIO 1

A PAIXÃO DE CAMILLE CLAUDEL

Filme de Bruno Nuytten
M/12 anos - Às 15.00, 18.00 e
21.15

AUDITÓRIO 2

FILHA DA MÃE

Filme de João Canijo
M/16 anos - Às 14.00, 16.00,
18.00, 20.00 e 22.00

IMPÉRIO

Al. D. Afonso Henriques - T. 3525133

A SOMBRA DE EMA

Filme de Soeren Kragh - Jacobsen
M/6 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI

R. Sousa Lopes - T. 8480808

TANGO & CASH

M/16 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

KING TRIPLEX 1

R. Bulhão Pato, 1-C - T. 8480808

QUASE UMA FAMÍLIA

M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

KING TRIPLEX 2

DEZ CONVITES PARA A MORTE

M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15 e 21.45

KING TRIPLEX 3

TANGO & CASH

M/16 anos - Às 14.30, 17.00,
19.30 e 21.45

LAS VEGAS 1

Pingo Doce - Alcântara - T. 3631162

BELA DE MAIS PARA TI

Filme de Bertrand Blier
M/12 anos - Às 15.15, 18.30 e 21.30

LAS VEGAS 2

POLÍCIAS AO ATAQUE

M/16 anos - Às 15.30, 18.45 e 21.45

LONDRES

Av. de Roma, 7-A - T. 801313

CRIMES E ESCAPADELAS

M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

MUNDIAL 1

R. Martens Ferrão - T. 538743

ADEUS AO REI

M/16 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

MUNDIAL 2

LIGAÇÕES SUJAS

M/16 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15 e 21.45

MUNDIAL 3

QUASE UMA FAMÍLIA

M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.15 e 21.45

NIMAS

Av. 5 de Outubro, 42-B - T. 574362

O ENIGMA DA CAIXA DE MÚSICA

M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

ODEON

R. dos Condes, 4 - T. 326283

HONRA E VINGANÇA IV

Filme de Dickson Boon
M/16 anos - Às 14.30, 16.45,
19.00 e 21.30

OLIMPIA

Rua dos Condes, 13 - T. 325309

LINHA QUENTE

Filme porno
M/18 anos
Sessões continuas a partir das 14.00

PLAZA 1

Centro Com. Alvalade

CINEMA PARAÍSO
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
18.45 e 21.30 e 23.45

PLAZA 2

POLÍCIAS AO ATAQUE

M/12 anos - Às 14.15, 16.45,
19.00, 21.45 e 24.00

POLITEAMA

R. Portas de St.º Antão - T. 326305

A LEGENDA DAS 3 ESTÁTUAS

Filme de Leo Fong
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

QUARTETO 1

R. Flores de Lima, 16 - T. 771378

BELA DE MAIS PARA TI

M/12 anos - Às 14.00, 16.45,
18.30, 20.15, 22.00 e 24.00

QUARTETO 2

O ENIGMA DA CAIXA DE MÚSICA

M/12 anos - Às 14.30, 17.00,
19.30, 21.45 e 24.00

QUARTETO 3

CRIMES E ESCAPADELAS

M/12 anos - Às 14.15, 16.15,
18.15, 20.00, 22.00 e 24.00

QUARTETO 4

O COZINHEIRO, O LADRÃO,
A SUA MULHER E O AMANTE DELA

M/18 anos - Às 14.15, 16.30,
19.00, 21.45 e 24.00

SÃO JORGE 1

Av. da Liberdade, 175 - T. 579144

TEMPO DOS CIGANOS

Filme de Emir Kusturica
M/16 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.15

SÃO JORGE 2

PALPITAÇÕES

M/12 anos - Às 14.30, 16.45,
19.15 e 21.45

SÃO JORGE 3

O ENIGMA DA CAIXA DE MÚSICA

M/12 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

7.ª ARTE

Av. da República - T. 730715

A PAIXÃO DE CAMILLE CLAUDEL

Filme de Bruno Nuytten
M/12 anos - Às 14.45, 17.00,
19.00 e 21.45

STAR

Av. Guerra Junqueiro, 14-C - T. 804210

CENAS DA LUTA DE CLASSES EM BEVERLY HILLS

M/16 anos - Às 14.00, 16.30,
19.00 e 21.30

TERMINAL

Estação do Rossio - T. 371573

RAID SOBRE O INFERNO VERMELHO

Filme de Christian Ingvorsen
M/12 anos - Às 13.00, 15.00,
17.00, 19.00 e 21.30

TURIM

Est. de Benfica, 723-A - T. 706666

AMIGOS E DETECTIVES

M/6 anos - Às 15.00, 17.30 e 21.30

XENON

Av. da Liberdade, 9 - T. 3468446

BLACK - MISSÃO DROGA

Filme de Frank Patterson
M/12 anos - Às 14.15, 16.30,
19.00 e 21.30

ALMADA

ACADEMIA

ALMADENSE

Telef. 2752127

RIO DA MORTE

M/12 anos - Às 15.30 e 21.30

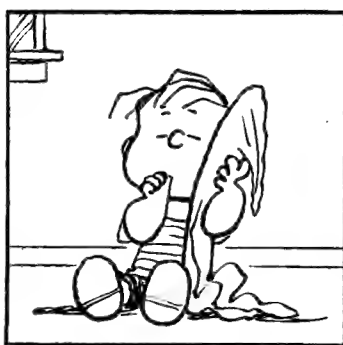
COSTA

DE CAPARICA

CAPARICA OCEANO

Av. Gen. Humberto Delgado

T. 2905011

SNOOPY POR SCHULZ**CARTAZ / TELEVISÃO****HOJE
RTP-1**

- 15.45 - MATINÉE: «MADAME X»
Um filme de David Lowell Rich (EUA, 1965), com Lana Turner, John Forsythe, Ricardo Mantalban e Constance Bennett. Trata-se de uma adaptação cinematográfica da peça homônima de Alexandre Bisson, que narra a história de uma mulher que é defendida em tribunal pelo seu filho advogado, sem que este saiba a verdadeira identidade da cliente.
- 17.30 - A HORA DO LECAS
18.30 - O SÍTIO DO PICA PAU AMARELO
12º episódio
- 19.00 - JOGO DE CARTAS
19.20 - BOLETIM METEOROLÓGICO PARA A AGRICULTURA
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA
20.05 - O TEMPO
20.09 - DIREITO DE ANTENA: CGTP/IN
20.15 - BOLETIM AGRÁRIO
20.20 - VALE TUDO
21.20 - PRIMEIRA PÁGINA
22.30 - CRÔNICA DO CRIME
36º episódio: quando Danny e Mike, dois dos acólitos de Toreloo, encontram no seu caminho uma beldade chamada Teresa, estão longe de imaginar que esse encontro os levará até Frankie, um gangster em fuga depois de ter roubado dois milhões de dólares aos seus «patrões». Depois de ter tentado sem êxito encenar a sua morte e matar Teresa, Frankie não tem outro remédio senão testemunhar contra os mafiosos a fim de salvar a sua pele. Ao ser informado disso, Manny Weisboard manda Luca tratar da saúde a Frankie.
- 23.25 - 24 HORAS
23.55 - UM DIA...
00.00 - REMATE
00.15 - CARTAS DE HUMOR
Com Carlos Cunha

RTP-2

16.25 - OS NOVOS CAÇA FANTASMAS



No 1º Canal, de segunda a sexta às 12.05, a novela brasileira «A Gata Comeu»

- 26º episódio
16.45 - CONTOS CONTADOS
4º episódio
17.05 - O HOMEM NA MARGEM
8º episódio
18.10 - TELEMERCADO
18.25 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
109º episódio
19.10 - ESPAÇO INFANTIL
19.45 - CLÁSSICOS DA TV
«Reviver o Passado em Brideshead»,
7º episódio
20.40 - VIA RÁPIDA
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.25 - CINEMAGAZINE
21.45 - CINEMADOIS
«Vendaval de Paixões»: um filme de Jacques Rivette (França, 1985), com Fabienne Babe, Lucas Belvaux, Olivier Cruveiller, Isabelle de Poncheville, Sandra Montaigu e Olivier Torres. Adaptação do célebre romance «O Monte dos Vendavais» de Emily Brontë, dos amores trágicos de Catherine e Roch transpostos para a França dos anos 30. Rivette situa o seu filme no quadro rústico da Alta Provença no início da década de

trinta, jogando admiravelmente com a paisagem circundante por oposição ao espaço fechado, sufocante e de atmosfera fantasmagórica representado pela casa de Catherine, onde este amor se vai desenhando.



«Os Novos Caça Fantasmas», no 2º Canal às 16.25

**AMANHÃ
RTP-1**

- 09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ
12.05 - A GATA COMEU
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA
13.30 - TAMBÉM OS RIOS CORREM
14.20 - MUNDO ANIMAL
14.45 - PONTO POR PONTO
15.15 - MATINÉE
16.55 - A HORA DO LECAS
17.50 - JOGO DE CARTAS
18.15 - FINAL DOS CAMPEÕES Benfica-Milan em Viena.
No intervalo, resumo do Telejornal e O Tempo
22.35 - BOLSA
22.40 - BOLETIM AGRÁRIO
22.45 - VAMOS JOGAR O TOTOBOLA
23.00 - LOTAÇÃO ESGOTADA «King-Kong»
01.35 - 24 HORAS
02.05 - UM DIA...
02.10 - REMATE
02.20 - CARTAS DE HUMOR

ALBA

ANTENAS PARABÓLICAS
ACESSÍVEIS A TODOS

INFORME-SE NA
AUDIMAX
TEL. 410 62 75
ALGÉS

**RTP-2**

- 14.02 - PRIMEIRO JORNAL
14.15 - ESPAÇO INFANTIL
14.45 - FILHOS E FILHAS
15.10 - AGORA, ESCOLHA!
16.30 - O LICEU DEGRASSI
17.00 - O MENINO DOUTOR
17.25 - OS TRÊS PASTORINHOS
18.15 - TELEMERCADO
18.30 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
19.10 - ESPAÇO INFANTIL
19.50 - CLÁSSICOS DA TV
20.40 - VIA RÁPIDA
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - O RISO DE CAIM
22.25 - ESPECIAL DESPORTO
23.25 - SÉCULO XX

BLAUPUNKT
Selecionou para si...

BLAUPUNKT
Grupo BOSCH

Um pequeno ponto faz a diferença

**CLÍNICA DENTÁRIA
20 DE JUNHO**

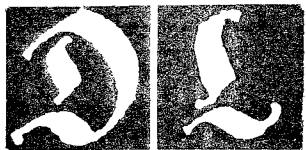
ADULTOS E CRIANÇAS

MANTER OS DENTES SADIOS É IMPORTANTE
PARA A SAÚDE FÍSICA E PSÍQUICA

- Método eficaz (baseado na Trilogia Analítica) para lidar com o medo.

HORÁRIO: DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA — DAS 8.00 ÀS 20.00 H
SÁBADO E FERIADOS DAS 8.00 ÀS 18.00 H

Rua-Quirino da Fonseca, 44-E — 1000 LISBOA — (À ALAMEDA)
TELEFS. 53 25 39/52 23 97/325 41 73

**A PERGUNTA DO DIA**

Paula Lobato Faria
Membro da Direcção Executiva da Comissão Nacional de Luta contra a Sida

Quais as principais questões jurídicas colocadas pela sida?

«Em Portugal não existem diplomas normativos com carácter legislativo directamente aplicáveis à sida, mas apenas normas regulamentares internas. Mas será que eles são necessários? No nosso país, a sida ainda não chegou aos tribunais, ainda não é um problema legal mas, à luz do cenário internacional, irá certamente sê-lo e, se isso acontecer, qual poderá ser a resposta dos tribunais portugueses? No que se refere aos problemas essenciais, o nosso Direito, em geral, está apto a responder. No caso da discriminação, há vários princípios previstos na Constituição que são suficientes para proteger as pessoas. Quanto aos testes compulsórios, não há na lei qualquer tipo de base que os legitime, pois para fazer exames ou tratamentos, é necessário o consentimento informado do visado. A lei relativa às doenças contagiosas, datada de 1949, não pode ser aplicada à sida, pois refere-se a doenças de transmissão directa e imediata, o que não é o caso e, mesmo em relação a essas, é uma lei obsoleta e que carece de revisão. O sigilo profissional e a confidencialidade dos resultados estão igualmente protegidos no Direito português, tanto na legislação da saúde como no Código Penal. A lei penal permite também à mulher contaminada interromper voluntariamente a gravidez, desde que nas primeiras 16 semanas. Finalmente, a questão da propagação consciente da doença, que até agora nunca se pôs legalmente, tem também resposta no Código Penal.»

Quarta-feira no

Diário de Lisboa

A grande festa do Benfica em Viena

ENTREVISTA

Aos 25 anos, Alexandre Delgado é um dos mais jovens compositores portugueses da chamada música erudita. Apaixonado por este espectáculo de elites, ele lamenta que a música sirva, muitas vezes, para sessões de exibição social

«A música erudita está restringida a um ghetto»

D.L. - Como surgiu o teu interesse pela música?

A.D. - Foi através de uma professora do ciclo preparatório que me fez perceber que não era tarde demais quando eu, aos 11 anos, já julgava que seria tarde para começar. Foi ela que me levou para a Fundação Musical dos Amigos das Crianças, uma escola que foi fundamental para mim.

D.L. - Inicialmente, tocavas violino...

A.D. - Sim, toquei violino durante quase nove anos, estava prestes a completar o curso superior quando mudei para violão, que está muito mais de acordo com o meu carácter.

D.L. - Porquê?

A.D. - É um instrumento muito mais lírico, mais interiorizado. O violino é demasiado brilhante, demasiado agudo, e não tão expressivo naquilo que eu entendo que deve ser a expressividade.

D.L. - O que te atrai mais, tocar ou compor?

A.D. - Compor é o essencial, mas tocar também. As duas coisas completam-se. O facto de eu tocar um instrumento, tenho a certeza que influi imenso na maneira como componho.

D.L. - Actualmente, estás a trabalhar como assistente de programas musicais. Em que se traduz, exactamente, esse trabalho?

A.D. - Bom, uma coisa é aquilo que deveria fazer, teoricamente, e outra é o que faço, na prática. Faço coisas muito diversas: programas sobre música, de análise de partituras, que incidem especialmente sobre a música portuguesa, injustamente esquecida. Faço também assistência na captação de concertos sinfónicos, montagens, um pouco de tudo...

D.L. - E o que deverias fazer?

A.D. - Deveria fazer, por exemplo, alinhamentos, isto é, escolher os discos que vão para o ar, fazer uma programação da emissão, e isso não faço tanto.

D.L. - É possível, em Portugal, sobreviver como músico?

A.D. - Neste momento, está-se a tornar um pouco difícil mas, tendo habilitações para isso, pode-se sobreviver bastante bem, se se trabalhar muito. No meu caso, tenho a sorte de poder fazer várias coisas. Os instrumentistas, geralmente, só tocam numa orquestra, enquanto os compositores, como normalmente não tocam o suficiente para estarem numa orquestra, podem fazer outras coisas. Eu faço programas de rádio e escrevo sobre música, porque a composição, em si, não dá dinheiro a ninguém.

D.L. - De uma maneira geral, as pessoas vêem a música erudita como algo pesado, que não interessa aos jovens. É verdade?

A.D. - A culpa de isso acontecer é do ensino que se recebe no liceu, onde não se ouve falar de música, e também da comunicação social, onde as doses de música ligeira e rock são massiças, enquanto a música essencial fica restringida a um pequeno ghetto. A maior parte das pessoas não chega

a saber que a música erudita existe, e é por acaso que a descobrem.

D.L. - É um pequeno ghetto ou uma pequena elite?

A.D. - As duas coisas. Infelizmente, também há muitas vezes o aspecto de uma elite para a qual a música não é o essencial, é apenas um pretexto para encontros de exibição social, como acontece com os concertos da Gulbenkian, por exemplo.

D.L. - Algumas vezes sentiste vontade de tocar numa banda de rock, ou numa banda de jazz?

A.D. - Não. Confesso que odeio rock.

Jazz, não odeio, até há bastantes coisas de que gosto. De qualquer modo, o jazz é uma disciplina bastante específica, é preciso estudar só isso.

D.L. - Em 1986 foste estudar para França. É insuficiente a preparação que é dada em Portugal?

A.D. - Em certos domínios é. A nível das cordas, sobretudo, ainda nos faltam professores em quantidade e qualidade suficientes. Em matéria de composição, é um pouco diferente: é bom ouvir várias opiniões e não ficar circunscrito a um professor, por muito bom que seja. É por isso que eu procurei outro professor, Jacques Charpentier, que enriqueceu bastante aquilo que aprendi com Joly Braga Santos.

D.L. - O que pensas da música erudita que se faz hoje em Portugal?

A.D. - É muito desigual, há um pouco de tudo. Infelizmente, está-se a privilegiar uma música que se circunscreve a um pequeno grupo de pessoas. A música electro-acústica, por exemplo, é extremamente individualista: o compositor faz a obra sozinho e depois ninguém a toca, a obra feita. Isso é uma coisa que eu não adopto e que me desagrada. Por outro lado, é uma música que não se destina aos quartetos que estão formados, às orquestras. Escreve-se pouca música de orquestra, o que é uma lacuna. Era preciso que os compositores fossem mais abertos ao meio musical.

D.S.



Capas pretas

«Nenhuma ruína é improvável», eis a frase violenta que introduz esse volume vestido de preto, de nome *Ruínas* (Quatro Elementos Editoriais), à procura de leitor disponível. Gostava de completar a frase com outra, no mesmo espírito: «Nenhuma ruína é perdida.»

Prosas, poesia, gritos feitos letras, textos sem margens, estudos e ensaios não para serem editados pela Academia, de autores, numa excelente e democrática osmose, de conhecidos a menos conhecidos, de chiadianos e outros nacionais, de internacionais, uma leitura apaixonante, não 100% obrigatória, irregular não no sentido negativo, mas como uma pesquisa de muita curiosidade.

Sectores de duas centenas de páginas desse «samizdat» ocidental: Bar Zero, Telefones Brancos, Óculos Escuros, Lápis de Cor, Cinema Império. Estou a enumerar para dar o gosto a eventual cliente, para se compreender através dos títulos, coloridos ou não, que não existe só uma literatura mascarada de literatura, mas também oficinas da heterodoxa, visão das coisas artísticas, de outras verdades nunca dogmas, de outra mobilidade, o que não significa ligeireza.



Contra a ordem outra ordenação, contra o mundo engavetado (é programado) não outras gavetas mas outro mundo, enfim, o que se chama de modo aproximativo, visto do lado oficioso, a *anarquia*. Ponha os três as da palavra «anarquia» em círculo, se quiser.

Saibamos usar essas *Ruínas*, de matéria excelente, iconoclasta, alimentada de terra, de fogo, de água, de ar, de prazer e de melancolia, de cepticismo enérgico e apeteçível, de pudor e impudor, ambos podendo significar a moral. Outra.

Jorge Listopad

A.M.A. Auto Monumental do Arco

CONCESSIONÁRIOS



AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telef. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

SUPLEMENTO DE ECONOMIA

Diário de Lisboa



A actuação dos lobbies, como actividade «limpa», é importante para a tomada de decisões, mas eles vão sendo ultrapassados pelas cunhas, compadrios, tráfico de influências e outras formas desvirtuadoras desta forma de intervir

Lobby é ameaça à democracia

Mudar as regras do jogo é o objectivo das acções de *lobbying*, com o que os lobbies pretendem levar quem decide a fazê-lo de acordo com os seus interesses e objectivos. Se há quem entenda que este procedimento - em expansão visível nos últimos anos - pode significar uma «privatização da Democracia», há também quem o veja como «actividade revigoradora» da mesma.

Com particular evidência nos Estados Unidos e, agora, nas instâncias comunitárias, o *lobbying*, como actividade «limpa» (fornecer informação ao decisor), foi pretexto para um seminário. Ficou aqui patente

que este método está em franca desvantagem para com outros «derivados»: «cunhas», compadrios, tráfico de influências, nepotismos... Em todo o caso, definir o conceito de *lobbying* e as suas fronteiras é tarefa extensa, cujos resultados estão longe de estar garantidos.

Pretexto para aflorar o

peso decisivo das relações informais na tomada de decisões, este tema acaba por levar à discussão das formas socio políticas de representação, intermediação e decisão na sociedade actual, onde o exercício da Cidadania surge segmentado e relativizado.

Centrais

Design condicionado pelos empresários

Empresários e designers vivem de mãos dadas, mas o último a decidir é o empresário. É este que escolhe, altera, produz e vende. À partida, aquilo que pode ser uma frustração artística dos alunos de design, transforma-se numa prática aceite pelas duas partes, com os condicionalismos inerentes do sector.

As saídas profissionais, porém, não são muitas, pois o universo de incidência desta arte ocupa apenas três mil empresas. Mas nem por isso os cursos de uma escola como o IADE deixam de ter uma frequência de 1200 alunos.

Como disse ao DL o designer Carlos Barbosa, professor daquele instituto de Arte e Decoração, razões há muitas para se escolher o design - sociais, culturais e económicas -, mas um dos princípios aceites é que «mais vale ser um designer do que um artístinha».

Pág. 7



Eufrasio Vasconcelos

Países ACP em Lisboa - Países de África, Caraíbas e Pacífico, os denominados ACP, estiveram em força em Lisboa, no seminário promovido pela AIP e apoiado pela Comissão das Comunidades. Objectivo: incentivar o associativismo entre PME, numa altura em que, também a Portugal, interessa ganhar novos parceiros económicos. Foram debatidas as diversas formas de que se pode revestir esse associativismo. Mas, mais que os debates e a promoção oficial feita durante os painéis, importantes foram os contactos estabelecidos nos períodos reservados aos encontros informais (foto). Conforme foi afirmado ao DL, «o futuro dirá como vai ser»

Pág. 8

Estratégias empresariais
- O comentário de Geraldo Dias
Pág. 2

Estado deixa de se financiar no Banco de Portugal
Pág. 3

Defesa dos Consumidores na Europa tem escassos meios para funcionar
- Uma crónica de Beja Santos
Pág. 6

AGROPROMOTORA

CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS
PROJECTOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONOMICA PARA A AGRO-INDUSTRIA

RUA CARDEAL MERCIER, 29-1 — TELEF. 73 51 35 — TELEX 42 729 — TELEFAX — 7935417 — 1600 LISBOA

ECONOMIA

O director das Relações Exteriores antevê um conflito económico ao nível mundial entre as principais potências industriais e aconselha a Europa a mobilizar todos os recursos defensivos e ofensivos

Privatizações em Portugal interessam ao grupo Fiat

A intenção do grupo Fiat participar no processo de privatizações em curso em Portugal foi afirmada em Madrid pelo presidente da Fiat Ibérica, Luigi Michetti. O sector financeiro ligado à indústria, a fabricação de componentes e as telecomunicações são as áreas mais «apetecidas», revelou.

No decorrer de uma conferência de Imprensa destinada a divulgar os resultados da Fiat Ibérica em 1989, Michetti considerou que só interessa ao grupo intervir na privatização de empresas onde possa aplicar e desenvolver o seu próprio «know how».

Por outro lado, recordou, o grupo Fiat estabeleceu recentemente com o grupo Espírito Santo um acordo para actuarem conjuntamente em Portugal no domínio dos fundos de investimento.

Entretanto, Claudio Sguazzini, director-geral da Fiat Portuguesa, deu conta do bom andamento dos negócios das empresas do grupo em Portugal, mesmo ao nível da venda de automóveis ligeiros que, em-



Gallo (ao centro): aproximam-se tempos de confronto

bora tendo uma quebra relativamente a 1988, aumentou a sua quota de mercado de 15,7 para 16 por cento, tendo vendido 30.366 veículos em 1989 e esperando vender este ano 36.675 (quota de mercado de 19,4 por cento).

Também ao nível das viaturas pesadas a empresa Iveco teve em Portugal um bom comportamento, vendendo 8.098 camiões e esperando atingir os 12 mil no corrente ano.

Na península ibérica o volume de negócios do grupo Fiat atingiu em 1989 os 500 milhões de contos, restando cerca de 55 milhões a Portugal.

Tempo de confronto

Na conferência de Imprensa de Madrid esteve presente o director do grupo Fiat para as Relações Externas, dr. Gallo, que reafirmou a disposição do grupo se afirmar como europeu, mas com projecção

mundial. Para ele, é fundamental a internacionalização do grupo, de forma a poder enfrentar «os desafios que têm agora o planeta inteiro como campo de confronto».

Segundo disse, o nascimento da nova Europa sem fronteiras será «inevitavelmente acompanhado de um confronto fechado e cheio de incógnitas» com as outras áreas geográficas fortes do mundo: Japão, Estados Unidos e os países do Pacífico.

«É quase certo que este confronto terá como consequência um reposicionamento competitivo dos maiores grupos industriais em todo o mundo», afirmou ao considerar que a Europa terá de empenhar todos os seus recursos «numa batalha que não pode ser apenas defensiva». Relativamente à concorrência do Japão na Europa no ramo automóvel, Gallo afirmou: «Queremos fronteiras abertas, mas em prazos que não provoquem graves prejuízos na indústria europeia, que é uma das grandes promotoras do emprego».

Redacção «DL»

COMENTÁRIO

Estratégias empresariais

A principal razão por que as empresas existem é o facto de haver um preço de utilização do mecanismo dos preços, associado aos custos de negociação e de firmar um contrato separado para cada transacção, em contexto de risco. As empresas produzem, em equipa (vários tipos de recursos são utilizados, o produto supera a soma dos «in puts» e nem todos os recursos pertencem a uma pessoa), e suscitam problemas de medição (medição da produtividade, recompensa por alterações no «out put») e organização.

Ao longo da sua trajectória de expansão as empresas procuram a maximização do «out put» e do lucro, através de táticas e estratégias de discriminação de preços, partilha de mercados, rivalidade, coligações e cartéis.

As organizações actuais são sistemas complexos, com problemas relevantes de controlo e organização, numa situação em que os detentores do capital desejam obter a máxima rentabilidade do seu investimento, mas em que os gestores detêm poder de decisão. Desde que a pressão exercida pelo mercado de capitais e a concorrência no mercado dos produtos sejam imperfeitas, o gestor dispõe de discricção suficiente para atingir objectivos diferentes do lucro - despesas com o «staff», remunerações.

As motivações dos gestores pesam, também, na importância nuclear da preocupação com o volume de vendas, no contexto em que consumidores, bancos, credores, mercado de capitais reagem negativamente ao declínio das vendas. Volumes de negócios em declínio tornam mais difíceis as relações laborais e os próprios executivos vêem a sua remuneração influenciada por essa evolução. A empresa necessita de uma margem de lucro que, uma vez satisfeita, a leva a procurar maximizar as vendas. Só no caso da restrição referente aos lucros se tornar muito severa e igual ao nível de lucro máximo, é que a empresa que maximiza as vendas - sujeita, porém, a uma restrição de lucro - terá o mesmo «out put» que a empresa cujo objectivo é a maximização do lucro.

As empresas modernas têm muitas características em comum com as organizações burocráticas e podem utilizar o seu poder de mercado para atingir os seus objectivos de crescimento, apesar do mercado de capitais - nomeadamente através de «take over» - poder exercer pressão no sentido de limitar formas de crescimento artificial.

Num ambiente de incerteza e informação limitada é necessário completar a análise dos factores de mercado com o exame do funcionamento interno da empresa, num contexto em que cada acção se relaciona com uma distribuição de resultados potenciais que afectam uma coligação de interesses, em relação com as remunerações suplementares a serem distribuídas pelos seus membros.

O défice informacional e a inconsistência dos objectivos são superados, na maioria das organizações, através da «organização slade» - as remunerações suplementares são superiores às estritamente necessárias para manter a unidade da coligação. Essas remunerações podem representar pagamento de rendas, satisfação ou ineficiência interna. Quando os objectivos - múltiplos - são atingidos, a empresa funciona com uma folga de organização, evitando a incerteza através de procedimentos regulares. Quando os objectivos não são atingidos, as alternativas são accionadas através de regras «ad hoc» e de procedimentos operacionais estandardizados.

As condições de incerteza e risco fazem emergir critérios de satisfação - desde os parâmetros de avaliação dos resultados às variáveis da reprodução da coligação de interesses - que incapacitam a perspectiva neoclássica redutora da maximização dos lucros e fazem emergir a importância da forma de organização como factor estruturante do comportamento e resultados da empresa.

Os próprios detentores do capital da empresa interessam-se pelo controlo da ineficiência, materializado nos incentivos monetários à cooperação - esquemas de opção de compra de acções, sistemas de comparticipação e atribuição de quotas - e em mecanismos de avaliação, dos sistemas de controlo de gestão aos de desenvolvimento organizacional.



Geraldo Dias

Empresários americanos deslocam-se a Portugal

Directores de 17 empresas norte-americanas deslocam-se a Portugal nos próximos dias 21 e 22 com o objectivo de estabelecer contactos com empresas portuguesas.

Os domínios visados são os de modernização de instalações fabris, software e equipamentos industriais.

Por outro lado, um comité do Congresso dos EUA votou recentemente a expansão do programa de subsídios à agricultura para combater o que considera «práticas comerciais injustas» de outros países, em particular dos 12 da CEE.

O comité de Agricultura da Câmara dos Representantes votou também, no passado dia 9, a mudança do programa dos EUA de ajuda alimentar, onde as dádivas são enfatizadas em detrimento dos empréstimos.

Assim, vários empréstimos já realizados pelos norte-americanos a alguns dos países menos desenvolvidos para comprar produtos alimentares serão perdoados se a proposta do comité for ratificada.

Este órgão aprovou por unanimidade a expansão da política de subsídios bem como outras medidas contra a CEE.

Produção industrial cresce e défice comercial sobe

Se o índice de produção industrial nacional subiu 4,7 por cento em Dezembro último, em relação ao mês anterior, já o défice do comércio registou, no primeiro trimestre deste ano, um aumento de 41,4 por cento, segundo se lê nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de estatística (INE).

Factor essencial para o crescimento do primeiro sector foi a extracção de minério da Neves Corvo, colocando a exploração de minérios metálicos em primeiro lugar, com um aumento de 120,6 por cento. Em contrapartida, as indústrias têxteis tiveram uma descida de 1,21 por cento e a construção de material de transporte registou uma quebra de 5,86, comparando a média mensal de 1989 com a do ano anterior.

Em crescimento, em Dezembro de 1989, estiveram os bens de consumo, com acréscimos de 7,76 por cento, os de investimento (7,62) e intermédios (1,66), com uma variação média dos meses de 1989 a terem aumentos de 0,51 por cento, para os primeiros, 0,46 para os bens intermédios e de 1,39 para os de inves-

timento.

No que se refere à balança comercial, os valores atingidos, entre Janeiro e Março deste ano, foram de 253,9 milhões de contos, resultantes da diferença entre os 825,2 milhões de importações e os 571,3 milhões de exportações. Quanto à taxa de cobertura das importações pelas exportações desceu de 71,3 para 69,2 por cento, nos mesmos períodos.

Compras e vendas tiveram um acréscimo, em valor, respectivamente de 32 e 28,2 por cento, considerando os dados preliminares dos primeiros trimestres de 1989 e 1990, tendência que inverte o do segundo semestre de ano passado, quando se verificou a expansão das exportações, que superou a das importações, com 25,8 para 20,9 por cento, respectivamente.

Actualmente há uma forte aceleração do ritmo das importações, com cerca de 11 por cento, muito mais acentuada que a verificada para as exportações, com 2,5 pontos. Como complemento, refira-se que a balança comercial teve um aumento do défice de 43,8,

devido ao agravamento das importações (34,5 por cento), face às exportações (30,8).

Comércio externo

A análise do comércio externo mostra que a OPEP mantém o seu peso relativo total, enquanto a EFTA, continuando a assegurar 6,2 por cento das importações, no primeiro trimestre registou uma taxa de variação de 32,9 por cento.

O aumento das importações de Angola e do conjunto dos países africanos de expressão oficial portuguesa teve uma grande evolução, no período em causa, com mais 362,5 por cento, embora a sua participação, no total, se mantenha em nível pouco significativo, com cerca de 0,4 por cento do total.

Quanto às exportações, a CEE continua a ser o principal parceiro, enquanto a EFTA tem um ritmo de crescimento de 36,9 por cento e a OPEP e os PALOP apresentam altas taxas de expansão, com mais de 62,5 por cento em ambos os casos.

Lusa/DL

ECONOMIA

Estado deixa de se financiar no Banco de Portugal

O ministro das Finanças revela que se pretende estabelecer o princípio da autonomia da política monetária e da transparência fiscal

O Estado vai ser «proibido» de se financiar no Banco de Portugal, de forma a estabelecer-se definitivamente o princípio do financiamento não monetário dos défices orçamentais, revelou o ministro das Finanças, Miguel Beleza, na cerimónia de posse do novo vice-governador do banco central e do presidente do Instituto de Seguros, respectivamente António Borges e Leitão de Carvalho.

Este preceito resulta da nova lei orgânica do Banco de Portugal, ainda em fase de projecto, que limita o acesso ao financiamento do Estado naquela instituição a uma conta corrente gratuita com limite fixado em percentagem da receita corrente do Estado e à possibilidade de tomada firme de Bilhetes do Tesouro em condições acordadas.

Segundo o ministro, trata-se de «um princípio que é simultaneamente garante da autonomia da política monetária e de transparência fiscal». Esta decisão resulta directamente da necessidade de se dar maior autonomia ao banco central, a exemplo do que acontece noutros países comunitários.

Miguel Beleza acrescentou que as mudanças consagradas na projectada lei orgânica do Banco de Portugal «decorrem igualmente do processo de profunda transformação do sistema financeiro que será proximamente coroado, no plano legislativo, pela adopção no direito interno das disposições das diferentes directivas comunitárias que visam realizar a harmonização das legislações nacionais».

Recordou, a propósito, que, no passado, «o Estado recorreu com grande intensidade» ao financiamento junto do banco central, a taxas consideravelmente inferiores às do mercado. Tal facto, acrescentou, «correspondeu, na prática, à cobrança de impostos ocultos através do sistema financeiro, que acabaram por recair, também, sobre as empresas e as famílias», ao

mesmo tempo que permitiram esconder parte do desequilíbrio orçamental.

Competitividade

O ministro das Finanças reconheceu, contudo, que há ainda «importantes passos a dar no sentido de proporcionar às instituições financeiras portuguesas condições efectivas de competitividade, no quadro do mercado único dos serviços financeiros e da União Económica e Monetária». No entanto, mostrou-se satisfeito com o modo como a generalidade das instituições do sector público souberam adaptar-se às novas condições de mercado, em condições longe das ideais. «Poderá mesmo dizer-se que muitas dessas instituições estão hoje irreconhecíveis», afirmou.

Ajustamento

Miguel Beleza considerou, por outro lado, que um programa de ajustamento orçamental e financeiro de médio prazo «influencia e é influenciado pelas opções seguidas no domínio do regime cambial». Nesta medida considera que, embora os progressos já realizados no domínio orçamental, há ainda um longo caminho a percorrer. «Não é difícil compreender que a prudência necessária para a manutenção da credibilidade da taxa de câmbio nominal e uma gestão adequada da taxa de câmbio nestas circunstâncias, impõem restrições adicionais sobre a trajectória apropriada para os instrumentos orçamentais», afirmou.

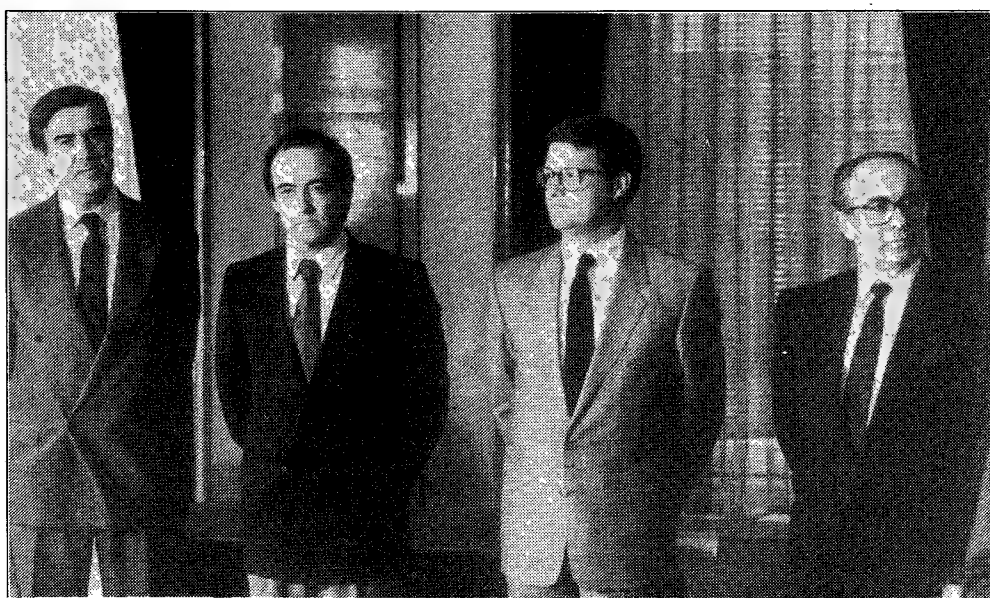
Seguros

Mais parco nas considerações sobre o sector segurador, o ministro das Finanças não deixou de referir que ele se encontra «num momento chave da sua evolução», em particular devido à liberalização resultante da adesão de Portugal à CEE e que ocorre em ritmo mais acelerado do que no sistema bancário.

«O reforço da concorrência

foi muito rápido», reconheceu, considerando que a situação exige uma grande capacidade de resposta por parte dos operadores nacionais. Garantiu, por outro lado, que o Governo propõe-se assegurar condições adequadas de competitividade às seguradoras, em particular no quadro fiscal, cuja revisão está em curso de forma a ser harmonizada com os sistemas fiscais vigentes noutros países comunitários.

Redacção DL



Miguel Beleza com os novos vice-governador do Banco de Portugal e presidente do Instituto de Seguros

COPRAI

CENTRO DE COMPETÊNCIA TÉCNICA

- PRODUTIVIDADE
- MANAGEMENT
- TECNOLOGIA
- FORMAÇÃO

O MERCADO ITALIANO RISCOS E POTENCIALIDADES

ACÇÃO PATROCINADA PELO FUNDO EFTA

E

APOIADA PELO BANCO DE FOMENTO E EXTERIOR



Objectivos

- Informar as empresas industriais com vocação exportadora sobre os riscos e potencialidades do Mercado Italiano.
- Facultar instrumentos práticos de apoio à decisão de desenvolver negócios no Mercado Italiano e à consequente implementação.



Animadores

- Vasco Corregedor da Fonseca — Coordenador do Euro - Gab. do B. F. Exterior
Giovanni Camerana — Secretário Geral da Câmara de Comércio Italiana
José Fortes da Gama — Câmara do Comércio Portuguesa em Itália
Manuel da Silva Alexandre — Conselheiro Geral da Embaixada de Portugal em Roma e Representante do ICEP em Itália
Manuela Arcos — Técnica do ICEP
Vincenzo Savani — Banca Comercial Italiana
Marta Mello Antunes — Direcção Geral Comércio Externo
Helder Castro Valente — Representante da Ariston Portuguesa
Representante do Amorim Irmãos



Destinatários

Empresários, Gestores, Quadros Superiores e Técnicos de Empresas.

LOCAL E DATAS DE REALIZAÇÃO

PORTO — 4 e 5 Junho — Hotel Sheraton

AVEIRO — 5 e 6 Junho — Hotel D. Afonso V

LISBOA — 7 e 8 Junho — Sala dos Quadros AIP

HORÁRIO:

9H30 às 13H00 e das 14H30 às 18H00

INSCRIÇÕES LIMITADAS
Preço: 16.984\$00

Maria dos Prazeres Arsénio — Telef.: 363 31 47
ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA

Praça das Indústrias, 1399 LISBOA CODEX Tel. 3620100 Telex 62715 COPRAI Fax 3639046



Comerciantes ultrapassam divergências comuns

A União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa (Casa do Comércio), regressa à Federação do Comércio Retalhista Português, ultrapassadas que foram, no essencial, as divergências entre as duas organizações. Conforme afirma a primeira, chegou a altura de «se reencontrarem e unirem esforços para melhor servirem os seus associados e o comércio em geral».

Esta atitude é considerada, pela Casa do Comércio, como sendo da maior importância, já que visa reforçar o campo de intervenção, a fim de defender os interesses do sector, com «determinação e competência e sem quaisquer subserviências». Refira-se que esta União engloba mais de 80 por cento dos comerciantes de Lisboa e arredores e representa um terço do comércio nacional, com especial relevo para o sector alimentar. Recorde-se que, por iniciativa na nova direcção, a União levou a efeito um seminário do comércio, tendo, na altura, chamado a atenção do secretário de Estado do Comércio Interno, Leite Araújo, para as mudanças que estão em curso no sector e para os desafios que se avizinham. Segundo os seus promotores, a iniciativa, em que estiveram presentes os directores-gerais de Concorrência e Preços e do Comércio Interno, foi um êxito, devido à qualidade das intervenções e, principalmente, pelo «empenho e interesse revelados no debate de questões que são, hoje, fundamentais para a actividade comercial do país».

Redacção DL

Para uns, preversão da Democracia, para outros, fruto da complexificação social, o lobby consiste em pretender influenciar decisões e agir em consequência, desde logo com o recurso a vias privilegiadas e restritas de acesso aos vários poderes pertinentes

Mudar as regras do jogo é objectivo do lobby

Desde que não se compre ninguém nem se deturpe os factos ou se recorra à mentira, todas as causas são admissíveis e passíveis de uma acção de *lobbying*. Esta terá sido a conclusão principal do seminário sobre este tema, promovido pela Koncept, empresa de comunicação institucional e comercial.

Jean Baptiste de Bellescize, professor na Sorbonne, definiu *lobbying* como acção para «mudar a regra do jogo», que visa a «adequação entre a sociedade económica e a política» e está situada na área económica: «O resto é comunicação e imagem».

Segundo disse, «o poder económico precisa cada vez mais de influir na fabricação de textos legais». A inexistência de estruturas de comunicação com o poder político deixa espaço às actividades de *lobbying*, que recorre a estruturas alternativas como «comissões par-

lamentares, gabinetes ministeriais, serviços da Administração, partidos políticos e clubes de reflexão».

Peter Chandler, empresário do sector, afirmou, a propósito, que «os corredores são mais importantes do que o Parlamento». De resto, a palavra *lobby* significa literalmente «vestíbulo».

«Tónico democrático»

Foi preocupação dos oradores retirar do conceito a carga negativa que tem transportado e realçar-lhe as virtudes.

Enquanto Chandler identificava o conceito com «a explicação de opiniões junto de quem decide» e fazia depender o seu funcionamento do modelo de Governo, Charles Waillet, seu associado, justificava-o pela complexificação e sofisticação da Sociedade e Bellescize assegurava existir

uma correlação forte entre *lobbying* e Democracia.

Da ausência, ou da dificuldade, de diálogo entre *lobbyists* e os Governos, situação típica nos Estados centralizadores, resultam o tráfico de influências e a corrupção, afirmou este último. O exemplo fornecido foi o caso das «falsas facturas» em França, que tem agitado a classe política e a sociedade gaulesas.

O sublinhar da bondade do *lobbying* não inibiu, porém, que Waillet exprimisse o desejo de ver a actividade e a profissão de *lobbyist* regulamentada e ordenada, «porque há muito oportunismo».

«Privatização da Democracia»

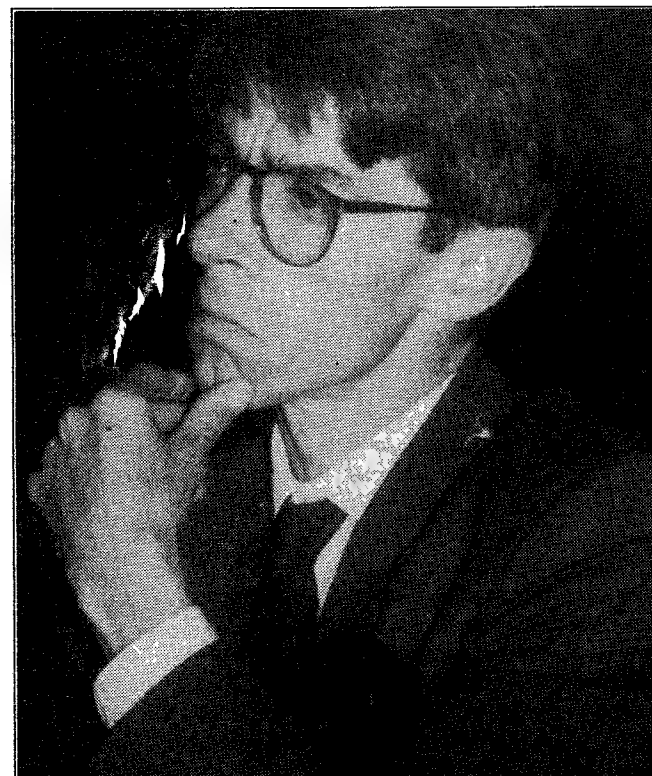
Chandler especificou três perspectivas diferentes de abordar o tema, nas quais as empresas têm particular interesse: motivações comerciais, razões do crescimento

do fenómeno e entendimento do público.

Na primeira, o Governo ocupa o lugar central com uma abordagem quadripartida: como consumidor (caso da Defesa), como vendedor (privatizações), como destinatário da fiscalidade e como regulador (políticas de competição, de radiodifusão, de ambiente, de protecção ao consumidor...). Nesta última função «a influência é extremamente importante».

Mais respeitante às empresas, as razões de crescimento do *lobbying*, diz, resultam das necessidades daquelas fazerem face às ameaças na obtenção da estatura e dimensão europeias, necessárias para a manutenção da sua competitividade, que as leva a organizarem-se em grupos de pressão e a recorrerem a *lobbyists* profissionais.

Por fim, Chandler entende que o *lobbying* é confrontado



Jean Bellescize: «O poder económico precisa cada vez mais de influir na fabricação de textos legais»

com a apreciação do público, que o pode ler como «privatização da Democracia» e como exemplo da compra de influência através do poder do dinheiro, o que transforma quem decide em mero empregado de quem lhe pagou.

Rui Nunes

Negar gr... é rejeitar

«Hoje, é mais importante ter sido colega de escola de um secretário de Estado do que ter uma boa causa». José Miguel Júdice, único conferencista português participante no seminário, referia-se desta maneira ao «sintoma de atraso social» que constitui, no seu entender, a não aceitação em Portugal da realidade dos grupos de interesses.

Depois de reputar de «fundamental» o diálogo entre poder político e grupos sociais, Júdice criticou o facto de haver quem defenda que a melhor forma de tratar este assunto «é ignorar que existe».

Não admira que tivesse dito que «o que os outros comunicantes aqui apresentaram parece-nos surrealista, porque tem pouco a ver com o quotidiano português», onde a afirmação dos interesses é «recalcada», o que conduz a um «Estado doente» e a acções dos grupos com base nos contactos pessoais: o tal secretário de Estado, o tio, o primo, o conhecido,...

Esta realidade, disse, será mais eficaz mas é muito menos correcta. «A complexificação da sociedade exige tratamento mais científico e técnico, porque *lobbies* sempre houve».

«Águas mornas»

O problema está em que não se discute e arranjam-se «soluções ardilosas» para fugir aos problemas. Na falta desta institucionalização, «todos ficamos mais pobres» e, por outro lado, «caímos nestas águas mornas, em que tudo acaba por ser possível».

R.N.

Organizações voluntárias arriscam marginalização

Três mil lobbyists em Bruxelas impedem uma tomada de decisões democráticas por parte da CEE

Informar, aconselhar e desenvolver a posição das organizações não governamentais (ONG) do sector voluntário junto das instituições da Comunidade Europeia é a finalidade do *European Citizen Action Service* (ECAS), estrutura divulgada no seminário por Luk Joossens, sociólogo do Centro de Pesquisa e Informação das Organizações de Consumidores, sedado em Bruxelas.

Os promotores do ECAS partiram do princípio que «o desequilíbrio entre o poder dos grupos de pressão que representam em Bruxelas os interesses empresariais e os interesses públicos constitui uma ameaça que impede uma tomada democrática de decisões por parte da CEE».

Existem cerca de três mil *lobbyists* junto da CEE, mas o trabalho realizado pelas organizações de interesse público é reduzido.

Isto levou a que o desequilíbrio referido tenha sido agravado, porque um número crescente de empresas e associações comerciais têm-se preocupado com a revisão das suas estratégias para o período pós-1992.

Esta preocupação «é positiva,



Luk Joossens

desde que o poder político da Comunidade esteja cónscio do desequilíbrio democrático existente a nível da tomada de decisões», porque «se o seu objectivo é a Europa dos Cidadãos e não apenas a Europa das Empresas, a Comunidade não pode dispensar o sector voluntário».

É que as facilidades e as capacidades das empresas não são acompanhadas nem comungadas

pelas ONG, ao passo que «um sector directamente afectado pelas decisões da Comunidade é perfeitamente capaz de atribuir uma parte significativa dos seus lucros apenas para se fazer ouvir em Bruxelas e em Estrasburgo».

Evitar marginalização

As ONG «estão cada vez mais à margem». Se estão em crise, afirmam os promotores da ECAS, «é porque são obrigadas a ultrapassar barreiras nacionais, porque existem poucas ONG multinacionais, a estrutura da Comunidade carece de transparência e as suas instituições não têm serviços especiais de assistência às ONG».

São estas lacunas que o ECAS pretende suprir: «O ECAS não pretende substituir quaisquer organizações existentes, mas apenas prestar-lhes alguns serviços», afirma Joossens.

Esta infra-estruturação da actividade das ONG nas instâncias comunitárias visa contrabalançar «a extrema facilidade com que Governos e Indústria submetem os seus assuntos a Bruxelas, onde a pressão da opinião pública é menor».

Em todo o projecto é realçada a importância da perspectiva europeia, porque, «independentemente do sucesso ou insucesso dos ambiciosos planos para 1992, o futuro reside agora nas organizações com fortes laços europeus. As que continuarem a funcionar apenas à escala nacional serão cada vez mais marginalizadas. O envolvimento na Comunidade já não constitui apenas um elemento adicional, mas sim uma questão de sobrevivência a longo prazo».

Lobby omnipresente

O peso e a capacidade de manobra dos *lobbies* empresariais foram exemplificados pelo do tabaco.

Joossens afirmou no seminário que este *lobby* é «omnipresente». Do Parlamento Europeu ao Conselho Económico e Social, do Coreper à Comissão e aos Governos nacionais, não há instância que falhe. «No Conselho, os melhores advogados desta indústria são os governos da Inglaterra e da Alemanha».

A toda esta influência juntam-se agressivas campanhas de publicidade, cujos resultados o levaram a rebaptizar o Velho Continente: *Marlboro Country*.

«Somos amadores em relação a eles», conclui.

Lobbying: implicações, afirmações e omissões

1. Quando os ventos são de feição para as exigências de liberalização, desregulamentação e de desmantelamento de legislação acusada de emperradora da actividade económica, eis que é reclamado o enquadramento jurídico da actividade de *lobbying*.

Esta exigência não parece ter outra intenção além do condicionamento do acesso à actividade de "vendedor de influências", uma vez que a própria definição de *lobbying* não é pacífica.

Mas regulamentar com base no quê, se esta é das actividades onde a variável "informal" mais pesa, se não é mesmo a decisiva?

Quem está esquecido daquele ex-ministro que, quando saiu do Governo, dizia: «Agora é que eu vou ganhar dinheiro», enquanto balançava indolentemente as pernas, sentado num banco de bar de um hotel de Lisboa? Ou que explicação encontrar para a "febre" de contratações de ex-ministros e gestores públicos, senão a vontade dos contratantes porem a render o capital de relações desses "ex"? Qual é o regulamento que inibe telefonemas, jantares, fins-de-semana, prebendas, contactos...?

2. Dir-se-á: «impede-se o acesso de aventureiros». Mas quem recorre ao *lobbying* não está propriamente a ir ao supermercado escolher um quilo de pêssegos. Sabe ao que vai. Ou então aproximamo-nos da realidade e constatamos a heterogeneidade de aplicações da função, que irá da defesa das lampreias "do rio que corre pela minha aldeia" até à aceleração "a todo o vapor" do investimento no Leste...

3. Surgido como expressão em 1808, tornado corrente no Capitólio a partir de 1832, o *lobby* foi legalizado nos EUA em 1935, após o que a legislação sofreu várias alterações em 1936, 1938, 1945, 1946... Das infracções à última legislação, o Departamento de Justiça fez saber, em 1979, que só por quatro vezes foi invocado o *Lobbying Act* sem qualquer consequência para os organismos postos em causa. («La Démocratie Contrariée», Georges-Albert Astre e Pierre Lépinasse).

4. Como enquadrar, por outro lado, nesta *nomenklatura* os *lobbies* "inexistentes" (de carácter económico, empresariais, políticos, religiosos, sociais, filosóficos...) e, enquanto tal, mais decisivos e poderosos, porque referentes a "paradas" mais altas?

5. O *lobbying* quer-se, segundo as definições éticas, actividade de representação, informação e convencimento. Bruno Julien, porta-voz da Comissão Europeia, declarou ao *Libération* de 4 de Maio último que «a função do *lobbyist* é educar e formar o decisor, e sublinhar a vantagem que isso poderá ter para ele».

Dado que as decisões consagram a vitória de uns interesses sobre outros (a essência da decisão é a cisão...) será que é de informação que o decisor está necessitado para tomar a decisão almejada pelo *lobbyist*? Ou estaremos a falar de uma rede de relações preferenciais, privilegiadas e compensadoras? (A *Cambio* 16 de 2 de Maio de 1988 faz-se eco do comentário de Bruxelas, segundo os quais «Abel Matutes é o primeiro *lobby* espanhol em Bruxelas»).

Não há aqui lugar para umas "maldades", como aquelas que vêm nos livros e nos filmes e... são da vida? (Como disse John Kennedy a Been Bradley, director do *Washington Post*: «Caramba! A porcaria que ele tem sobre esses senadores!» ao referir-se aos *dossiers* do chefe do FBI, Hoover...). («La Démocratie Contrariée»).

6. Por fim, a irrupção do fenómeno do *lobbying* na vida americana (20 mil profissionais em Washington em 1984, alguns dos quais recebiam meio milhão de dólares, asseguravam a esta "indústria" o quarto lugar na capital federal, logo após o jornalismo, artes gráficas e turismo) e europeia (estima-se em três ou quatro mil os *lobbyists* a operar em Bruxelas), nos últimos anos, põe em causa, de forma clara, as instituições tradicionais de mediação socio-política, desde logo os partidos políticos, e revolucionam os sistemas de representação. Esperemos pelos efeitos.

R.N.

grupos de interesse tar a realidade

isto não seria grave, «se não houvesse uns com mais e outros com menos poder». Esta ausência é «fonte de injustiças», concluiu.

Outra consequência deste estado de coisas é a invulnerabilidade formal da posição de burocratas e políticos que, com as rédeas do Estado nas mãos e sem reconhecer a legitimidade de interesses especiais e particulares, ficam livres para fazer passar os seus interes-

ses pelo "interesse geral". No caso dos burocratas é o de obter, manter e alargar o poder de decisão e no dos políticos é assegurar a reeleição.

Ficam, desta forma, as entidades envolvidas nas grandes questões reduzidas a constituir *lobby* por elas próprias ou com aliados de conjuntura (Ministério da Saúde - Tabaqueira, federações patronais - federações sindicais, grupos

económicos velhos - grupos novos, os que perderam *versus* os que querem ganhar com as privatizações,...).

Exemplos do *non sense* resultantes desta situação não faltam, como o «tolerar indústrias por razões fiscais» ou a inexistência de fiscalização no transporte postal privado porque este «é suposto não existir». «É a negação da realidade», afirma.

R. N.



José Miguel Júdice:
«Hoje, vale mais um bom conhecimento que uma boa causa»

Júdice revisto

Apesar de datado e integrado na luta político-ideológica conjuntural, pensamos ser de interesse incluir neste trabalho excertos de um texto de José Miguel Júdice, publicado originalmente no *Semanário* de 22 de Março de 1986, intitulado "O ataque dos grupos de pressão". «O processo de decisão política não varia muito de país para país no que se refere à relação entre poder político e grupos de pressão.

Por todo o lado existem grupos de interesse, de carácter económico e social, de carácter cultural ou espiritual, de âmbito regional ou sectorial.

A estratégia desses grupos é invariavelmente a de tentar obter vantagens, evitar inconvenientes, reforçar influências e limitar oposições.

Para isso servem-se de variados meios de acção, nem sempre legais ou visíveis, e sobretudo procuram aproveitar as fraquezas e contradições existentes em sede de poder político.

A realidade não pode ser evitada e, para as necessidades de dinamismo social, ainda bem que assim é.

De facto, começa a ser hoje em dia consensual entre os cientistas sociais que para o progresso das sociedades é elemento decisivo a conflitualidade, desde que ela não se oriente para a destruição dos próprios fundamentos

da sociedade aberta. O problema não está nunca e para este efeito, portanto, no facto de as sociedades estarem divididas em grupos que querem o melhor para si (ainda que por vezes se equivoquem na correcta percepção dos seus interesses, mas essa também é uma das virtudes da autodeterminação social). O problema reside no outro lado do binómio, na existência de um poder político dilacerado por contradições internas, de um poder político dominado ou controlado por interesses sectoriais, sejam eles quais forem, de um poder político de tal forma débil que nenhuma capacidade de resistência possui para enfrentar as exigências dos grupos sociais.

A tendência dos poderes fracos e dos sectores mais arcaizantes das sociedades (...) é para actuar no lado errado do binómio.

(...)

Ora, a acção correctora deve pelo contrário ser feita do lado do poder político e nesse sentido se pode afirmar que os Estados Unidos são a este título também o país mais democrático do mundo (...) É aí que a força e organização dos grupos de interesse atinge graus de sofisticação e eficácia maiores (...) Foi por isso aí que mais cedo se fez sentir a necessidade de controlar, disci-

plinar e limitar os meios de intervenção dos grupos de interesse, procurando dar-lhes maior transparência e democraticidade. Também em Portugal esta questão tem relevo, pois também em Portugal os grupos de interesse actuem e pressionam.

(...)

A realidade portuguesa não é, portanto, a de uma sociedade com opinião pública atenta, grupos de interesse vigորosos e poder político com autonomia e determinação elevadas. Pelo contrário é uma sociedade doente, no sentido em que a vitalidade real dos grupos de interesse, aguçada pelo capitalismo selvagem e pelo irrealismo e pelo processo de decisão arcaico em que o favoritismo e a excepção são afinal a regra, tal vitalidade não tem contrapartida na existência de uma opinião pública atenta e interveniente e num poder de Estado coeso, com um projecto e com capacidade de resistência à pressão.

(...)

Para lutar contra isso só duas armas estão à disposição: a primeira é a constituição e informação de uma opinião pública que contrarie a força dos interesses parcelares. A segunda é a firmeza perante as pressões e as ameaças. Se isso acontecer, então talvez seja possível resistir e reformar».

ECONOMIA

Com pouco dinheiro e um número reduzido de funcionários é pedido ao novo órgão que se pronuncie sobre a política comunitária de defesa do consumidor. Substitui um organismo que não reunia por falta de verbas

Conselho Consultivo dos Consumidores tem escassos meios para funcionar

Ao dar as boas-vindas aos 39 membros do Conselho Consultivo dos Consumidores, o comissário Karel van Miert não escondeu a satisfação pelo êxito político que está a saborear, o segundo num ano: primeiro foi a autonomia do Serviço de Protecção de Consumidores, agora deu posse a um organismo reformado e que considera «destinado a ficar mais próximo da Comissão e a assisti-la de uma maneira eficaz e competente, representativo de todos ou pelo menos de um máximo de sensibilidades de consumidores». Começa um mandato de mil dias, coincidente, por conseguinte, com o chamado «objectivo 1992».

Sou um desses 39 membros e por desígnio insondável (salvo o facto do Norte para liderar toda a política dos consumidores precisar de simular que o Sul também conta) um dos seus três vice-presidentes. Crédulo que se vive um período de mudanças, aqui estou a explicar aos meus compatriotas o que a Comissão dos Consumidores tem em mente para reforçar o papel dos consumidores nos próximos mil dias.

Criado por uma decisão da Comissão, este Conselho é uma reforma do Comité Consultivo de Consumidores, criado em 1973, em consequência da histórica Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que em Outubro de 1972 decidira dar passos mais consistentes com as políticas do quotidiano (regionalização, ambiente e protecção dos consumidores). O Comité era dominado pelas quatro organizações de consumidores (sindicatos, famílias, cooperativas e associações de defesa dos consumidores) sediados em Bruxelas e a Comissão tinha a iniciativa de escolher 9 peritos a juntar aos 24 nomes sugeridos pelas organizações europeias. Agora, e dando como pretexto que o objectivo prioritário é a realização do mercado interno e o aprofundamento das quatro liberdades de circulação fundamentais, o que pressupõe o reforço e o desempenho da política dos consumidores simultaneamente nos planos regional, nacional e comunitário, contemplando um amplo leque de interesses difusos, as organizações europeias propõem 16 membros, as organizações nacionais 17 e a Comissão nomeia 6 peritos.

A designação do Conselho é uma forma de dignificação para, comenta o comissário van Miert, mais eficientemente prestar aos serviços da Comissão «o apoio que constitui o fundamento mais sólido da política dos consumidores». Apoio explícito a quê? Sem equívocos nem tergiversações: à realização do mercado interno. O Conselho vai ser chamado a intervir nesse programa de prosperidade centrado nos interesses económicos e onde a perspectiva social e a Europa dos Cidadãos tem um papel subalterno. Para a Comissão o mercado interno é a etapa essencial e o Conselho dos Consumidores deverá providenciar para que se preparem 321 milhões de consumidores altamente qualificados. Como qualquer órgão consultivo, o Conselho emite pareceres acerca dos problemas que digam respeito a nível comunitário

se bem que possa tomar iniciativas para a boa execução dessa política de protecção e informação dos consumidores, desde que congrege uma maioria de dois terços.

Entendamo-nos quanto ao verdadeiro alcance desta política. É tão obscura quanto não pesa quase nada nas decisões das instituições comunitárias (corresponde a uma rubrica de perto de 0,003% do orçamento comunitário...).

a projectos e acções, bem como o intercâmbio de informações e experiências». Confesso que gostaria de saber o que os leitores pensam que devo fazer nesta matéria para honrar os meus compromissos. Para dar cumprimento aos objectivos da informação do consumidor são sugeridas, entre outras acções, formas de cooperação entre as organizações e os sistemas de ensino no intercâmbio de materiais,

que mereçam a atenção prioritária dos consumidores em termos de elaboração de normas e de informação.

Finalmente, a propósito das transacções dos consumidores no mercado interno, a Comissão dará preferência a conseguir quatro resultados: - legislação sobre cláusulas contratuais abusivas; - análise de iniciativas com vista a simplificar os contratos transnacionais celebrados pelos consumidores, as garantias e os serviços pós-venda; - análise dos meios de melhorar o acesso dos consumidores à justiça; - proposta de directiva relativa às vendas à distância.

Numa Europa em transformações aceleradas, o comissário alude entusiasmaticamente ao papel das relações entre as duas Alemanhas, com a EFTA e países da Europa de Leste: haverá provavelmente um colóquio na RDA, em Junho, para examinar os instrumentos de harmonização e integração à política comunitária dos consumidores; a organização em 1991 de uma conferência promovida pelo Conselho dos Consumidores e os países da EFTA; e são referidos os contactos informais que a IOCU (Organização Internacional das União de Consumidores) tem estabelecido com os países do Leste, particularmente com a Federação dos Consumidores da Polónia, o Conselho dos Consumidores Húngaros e as associações soviéticas.

Obscuros no pleitear, grupo insignificante na grande família dos grupos de pressão, eis o plano de acção que nos comprometemos a aprofundar para contribuir para o nascimento da Europa sem

fronteiras. Não é despidendo voltar-se a insistir que a prioridade acordada é a realização de um espaço económico, situação que não nos deve fazer esquecer o perigo do desenvolvimento de uma Europa a duas velocidades. Como recordou o Comité Consultivo dos Consumidores num parecer emitido em 1989: «Há o perigo que o fosso entre os grupos poderosos, esclarecidos e favorecidos e os grupos fracos, não esclarecidos e desfavorecidos se agrave a todos os níveis: ao nível dos sectores económicos e das regiões; entre desempregados e aqueles que têm um emprego; entre populações urbanas e meio rural, entre os grupos específicos de risco e o resto da população.»

A única força que um membro deste Conselho tem verdadeiramente é o pulsar da sua opinião pública. Bom seria que este representante do Sul pudesse contar com a adesão dos consumidores, seus compatriotas, a quem sinceramente se pedem sugestões para que se incluam formulações neste plano de acção a mil dias: como contribuir para que a concorrência funcione; para que a Europa do audiovisual não seja constituída predominantemente por enlatados norte-americanos e emissões homogeneizadas; para dar voz aos grupos de consumidores habitualmente sem voz, por exemplo. Enfim, para que a política dos consumidores se possa inserir na coesão económica e social e se identifique com os grandes interesses populares.

Beja Santos



Comissão define boas políticas, mas não dá meios para as concretizar

Dispõe de um número reduzidíssimo de funcionários. As organizações de consumidores são, regra geral, pobres (com excepção da Grã-Bretanha, Países Baixos, Bélgica e RFA) e pouco representativas. Há países onde nem um simples organismo de coordenação existe (é o caso da Itália ou da Grécia). E os movimentos sociais reivindicativos dos anos 50 e 60 evoluíram para empresas que publicam revistas e queixumes muito comédidos. Obscuros no pleitear, olvidados no diálogo social, é bom não esquecer que o defuncto Comité de Consumidores tinha reuniões canceladas por falta de verbas. Convenhamos que a situação não é brilhante.

Aos recém-empossados membros do Conselho o comissário van Miert apresenta o programa trienal que durará até 31 de Dezembro de 1992. A Comissão, certamente que tendo em conta os exuberantes mas não cumpridos programas de 1975, 1981 e 1986, pauta-se pela sobriedade de cometimentos, orientados «para a criação no consumidor da confiança necessária à implementação do mercado interno.» E adopta quatro eixos que se podem assim sintetizar: representação, informação, segurança e transacções dos consumidores.

Sem ilusões quanto à rusticidade e dados contraditórios do movimento consumidor, a Comissão acalenta «apoar o desenvolvimento de organizações de consumidores, especialmente na Europa do Sul e na Irlanda, mediante a assistência técnica e/ou financeira

um grau mais elevado de transferência ao sector dos serviços (com especial destaque para os serviços financeiros), e a Comissão compromete-se a diferentes iniciativas legislativas no campo da rotulagem e da publicidade comparativa e o apoio à realização de testes comparativos.

Quanto à segurança do consumidor, o comissário anuncia em primeira mão que a Comissão irá propor, num futuro próximo, «a criação de uma agência para a autorização comunitária de novos produtos e para fornecer um mecanismo de solução dos acordos científicos entre os Estados-membros sobre a avaliação dos medicamentos e para coordenar a execução das responsabilidades dos Estados-membros que tenham a ver com as inspecções e a inocuidade dos produtos farmacêuticos». A Comissão veria de bom grado adoptada a directiva-quadro sobre a segurança dos produtos. Porém, ao nível do Conselho de Ministros, a Grã-Bretanha, a RFA e os Países Baixos procuram reduzir a proposta a um normativo insignificante, pelo que o comissário apelou aos membros do Conselho para sensibilizarem os consumidores e as autoridades públicas dos Estados-membros para o risco de esvaziamento de uma directiva fundamental para os níveis de qualidade e de segurança dos consumidores. Foi ainda destacado de entre as acções prioritárias a análise de uma proposta relativa à responsabilidade por danos físicos resultantes de serviços e a preparação de uma lista de produtos

ECONOMIA

Saídas profissionais escasseiam num mercado nacional obsoleto e de pequenas dimensões, mas a situação «não é grave» se os designers perderem «aquela imagem de rapazes bem dispostos que andam a brincar aos desenhos»

O empresário decide e o designer cria

Quem concebe e cria é o *designer*, mas quem escolhe e decide é o empresário. Um sem o outro não existem. Por vezes, o diálogo entre eles é escasso, mas o empresário está sempre na mó de cima, moldando os gostos do artista. *Designer* é, no fim de contas, mais uma profissão que responde à procura e aos gostos da moda e menos um acto criativo puro.

Se não se vende, não se fabrica, não se encomenda, não se cria. É uma rede com códigos próprios, condicionamentos aceites pelas partes envolvidas, a que não se pode fugir. Criadores e fabricantes estão mentalizados para este estado das coisas. Isso mesmo confirmaram ao «DL» alguns *designers* portugueses, durante as Primeiras Jornadas de Design, realizadas em Lisboa, na passada semana, pelo IADE, Instituto de Arte e Decoração.

«A filosofia do artista plástico é diferente da do *designer*. Este não se projecta na obra, projecta-a para outra pessoa. É melhor ser um *designer* do que um *artistinha*. O *designer* está nas mãos do empresário somente porque se tem que mover de acordo com condicionamentos específicos», disse ao «DL» o *designer* e professor do IADE, Carlos Barbosa.

Muitas são as razões porque os jovens procuram o *design*, apesar do mercado português não oferecer saídas profissionais seguras. Desejo de criatividade, rapidez do curso, impossibilidade de entrada em Belas-Artes, curso de formação artística acessível, são algumas delas.

A tecnologia anda divorciada da escola que continua a ter um peso excessivo de teoria. A distância entre a escola e a fábrica é grande. Se se somar a diferença de linguagem entre estas duas instituições e as dificuldades objectivas do mercado, verifica-se que muitos jovens cedo perdem o sonho de se tornarem famosos e artistas reconhecidos. Transformam-se, isso sim, em executores de *bibelots* pacóvios ou utensílios domésticos inúteis que darão certamente muito dinheiro aos empresários, recolhendo em troca bastante frustração.

Imagem de marca

Como referiu António Raposo Magalhães, administrador da Crisal, «os critérios estéticos não podem ser introduzidos na fabricação. O



Carlos Barbosa: «É melhor ser um designer do que um *artistinha*»

belo e o feio são conceitos subjectivos e não há nada a fazer. A marca é fundamental, às vezes mais do que o *design*. As marcas têm que responder à realidade socio-cultural moderna, ao *status*, não se pode ficar apegado ao passado, cometendo um erro estratégico».

Segundo Raposo Magalhães, a qualidade do sector da cristalaria é má. As fábricas copiam-se umas às outras e é difícil saber à partida quais os produtos novos que se vão vender. «O desconhecido é o último factor que influencia a compra. Sou muito pouco pavloviano, acredito mais no

apelo do sentimento como móbil da compra», salienta aquele empresário, formado em antropologia.

Embora pessimista, Raposo Magalhães não deixou de referir que um novo mercado se abriu para Portugal, o japonês, tido como o terceiro a nível mundial.

Para o *designer* Jorge Pacheco, professor da ESBAL, Escola Superior de Belas-Artes, um dos grandes males é o mau relacionamento entre o *designer* e o empresário. O *designer* tem medo de mostrar o seu projecto sem ser pago, enquanto o empresário muitas vezes vê o tra-

balho e vai copiá-lo sem o adquirir.

Muita «palha»

Segundo ele, o ensino tem sido «demasiado teórico, com muita palha», o que é um *handicap* para os alunos que não possuem conhecimentos tecnológicos. A forma mais simples não seria instalar oficinas sofisticadas na escola, mas efectuar protocolos com as empresas, estágios e visitas de estudo.

«Há pouco trabalho, poucas indústrias. Não é uma fatalidade, é um facto que corresponde ao estado da indústria portuguesa, ou seja, semelhante aos países do terceiro mundo, África e América Latina», disse Jorge Pacheco, doutorado, na Inglaterra, em *design* tridimensional.

Confrontado com a angústia de um aluno para quem o futuro é cheio de incerteza - «Que vai ser dos talentosos alunos do IADE, com pouca procura por parte das empresas, com a moda que se importa do estrangeiro, sem saídas?», perguntava ele -, Jorge Pacheco sublinhou que a situação «não está tão grave», mas compete aos *designers* «mexerem-se, criarem uma imagem positiva, perderem aquela imagem de uns rapazes bem dispostos que andam a brincar aos desenhos».

Rui Ferreira e Sousa

Mais de 100 empresas procuraram o IADE

No ano lectivo corrente, o IADE recebeu propostas de colaboração de 136 empresas. É um número que, segundo disse ao «DL» António Ferro, director executivo daquele instituto, «demonstra a projecção da escola e do *design* industrial no mercado português».

As saídas profissionais, para este sector, são da ordem dos 65 a 70 por cento, num universo de três mil empresas. Muitos alunos acabam, porém, por trabalhar em regime de *free-lance*, com todas as incertezas e arbitrariedades dessa situação. António Ferro assegurou que existe no IADE um departamento de integração social com capacidade para fazer a ligação entre a escola e a empresa, discutindo os problemas específicos do sector e o futuro profissional dos alunos. «Fugir ao ensino de rotina, burocratizado e monótono», é uma das ideias de

base que orienta o IADE, uma escola fundada em 1969, que à partida tinha o nome modesto de Curso de Decorações de Interiores, e o pintor Lima de Freitas como director.

Início do design

Como referiu António Quadros, director-geral do IADE, no discurso de introdução às Primeiras Jornadas de Design, o conceito de decoração de interiores depressa se tornou inadequado, tendo a presença em Portugal, em 1971, do *designer* inglês John David Bear ajudado a criar um novo rosto ao curso, passando a denominar-se Curso de Design, destacando-se a partir daí, entre outros, os contributos do arquitecto Costa

Martins, pensador de *design* e de arquitectura de interiores, bem como dos professores Rafael Calado, de António Pedro e de Melo e Castro. «Na competição do mercado europeu e mundial, é preciso um acréscimo de criação e de invenção no acordo com as leis da produção e do comércio, e isso é o que procuramos dar na nossa formação de *designers*», sublinha António Quadros.

A criação das Escolas Superiores de Design, Marketing e Publicidade, previstas para o próximo ano, vem responder ao trabalho desenvolvido pelo IADE, uma escola que conta com 120 professores e 1200 alunos, bem como outras de reconhecido prestígio como o Centro Português de Design e o AR.CO.

Para um instituto como o IADE, salienta António Quadros, referindo-se ao corpo docente, «o segundo emprego não é um problema, antes pelo contrário, interessam-nos docentes ligados ao trabalho e à experiência do dia a dia empresarial ou profissional, a par dos constantes avanços da ciência, da tecnologia, das artes e do pensamento, não encerrados numa torre de marfim e não divorciados de uma vivaz problemática concreta ou não alheios aos movimentos de ideias em curso, na sua dupla face de teoria e de *praxis*».

R.F.S.



António Ferro: «Integração social dos alunos é uma das primeiras preocupações do IADE»

BOLETIM DE ASSINATURA

ASSINE O

Diário de Lisboa

NÃO PERCA NENHUMA EDIÇÃO!

Pretendo assinar a partir do dia ____ / ____ / ____ Pelo período de ☐ 1 ANO — 18 000\$00 ☐ 6 MESES — 9 000\$00 ☐ 3 MESES — 4 500\$00 ☐ 1 MÊS — 1 500\$00

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Junto envio: ☐ cheque ☐ vale do correio

• Números atrasados: 70\$00 cada • Mudança de endereço: 150\$00 • Por períodos mínimos de 6 meses poderá também assinar o «Diário de Lisboa» uma vez por semana, embora sempre a edição do mesmo dia da semana, sendo, para esse período, o preço de 1 850\$00. • Informação ao assinante: os preços acima indicados levam em conta que o jornal beneficia do porte pago postal no território nacional até 100 gramas, pelo que os encargos postais ali incluídos são apenas os do excesso de peso que todos os dias existe. Se por algum motivo este benefício for retirado, aqueles preços terão de ser imediatamente alterados em conformidade

Enviar para: DIÁRIO DE LISBOA — Assinaturas
Rua Luz Soriano, 44 — 1200 LISBOA



Jorge Pacheco: «Nas escolas portuguesas existe muita palha e pouco trabalho prático»

ECONOMIA

Empresas de Portugal e ACP's promovem associativismo

Seminário realizado em Lisboa define formas preferenciais para um relacionamento bilateral compensador entre pequenas e médias empresas



Mais que as intervenções, o contacto foi o mais importante

Oportunidades para todos

Empresários portugueses e representantes do Senegal, Camarões e dos países africanos lusófonos foram dos mais activos no estabelecimento de contactos, nos intervalos dos diversos painéis do seminário promovido pela AIP e patrocinado pela Comissão das Comunidades Europeias. Presentes mais de 170 empresas nacionais e cerca de oito dezenas de delegados de 33 países inscritos, de África, Caraíbas e Pacífico. O objectivo principal era permitir que empresários, representantes de instituições oficiais e comunitárias analisassem em conjunto formas de desenvolvimento de cooperação, tendo como alvo privilegiado as pequenas e médias empresas, inserindo-se nas iniciativas que a AIP tem desenvolvido com vista a aumentar a participação dos investidores nos projectos e programas de cooperação internacional, com destaque para os desenvolvidos no âmbito da Convenção Lomé IV.

Este foi um ponto presente na maioria das intervenções dos painéis, que abordaram questões como os apoios à política de cooperação, experiências e perspectivas de cooperação empresarial e clima de investimentos. Questão que interessa não só a Portugal, mas a países tão diferentes como o gigantesco Zaire, com os seus 2 milhões e 346 mil quilómetros quadrados, ou o minúsculo Tuvalu, no Pacífico, com 8 mil habitantes distribuídos por 26 quilómetros quadrados. Destaque para Cabo Verde, que se fez representar por uma delegação de 18 pessoas, entre as quais os ministros dos Transportes, Comércio e Turismo e da Indústria e Energia.

Opiniões diversas

Certos empresários portugueses presentes já estabeleceram os seus canais de negócios com diversos países integrados no grupo ACP, mas, como foi dito ao DL, «uma iniciativa como esta é sempre positiva e permite a abertura a novos mercados e novas formas de cooperação».

No meio de uma assistência onde conversas entrecruzadas em francês, inglês e português eram o habitual, entre trajes nacionais de países africanos e formais fatos escuros, foram notas dominantes a troca de informações e a promoção de diversos países como possíveis paraísos para o investimento. O futuro, como disse ao DL um representante de Angola, «dirá se este seminário trará, ou não, mais vantagens para ambos os lados». A opinião generalizada, talvez devido à euforia gerada por uma tão elevada concentração de contactos por metro quadrado, no Palácio dos Congressos, na FIL, era de que se abrem novas perspectivas e novos caminhos.

Contudo, se alguns empresários portugueses se mostraram pouco dispostos a diversificar o seu campo de acção, outros afirmaram ser esta a altura certa para avançar com novas formas de associativismo. Opinião que, na generalidade, era partilhada pelos representantes dos Estados ACP, muitos deles a abrirem agora as suas portas ao investimento internacional e a novas formas de colaboração.

A.H.

A abordagem da cooperação entre empresas portuguesas e PME dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), deve ser feita segundo perspectivas preferenciais de associativismo, com a criação de «joint-ventures» e de novas empresas, bem como recuperação das existentes, especialmente nas áreas de produção agrícola, industrial, comercial e de serviços. Esta a principal conclusão a que chegaram os participantes no Seminário que decorreu, entre os dias 17 e 19, em Lisboa, promovido pela AIP sob os auspícios da Comissão das Comunidades Europeias.

No encontro, que teve lugar durante a realização da 31ª edição da Feira Internacional de Lisboa, foi tida em conta uma perspectiva de mudança, quer a nível comunitário e europeu em geral, quer das estruturas económicas, sociais e empresariais da maioria dos Estados ACP, mudança essa que, «com todas as diferenças que comporta, aponta globalmente para um reforço de descentralização económica e dos sistemas de economia de mercado e de livre empresa», valorizando papel das PME.

Cabe às empresas portuguesas, conforme foi afirmado, uma vocação para determinado tipo de relacionamento internacional. O facto do encontro ter decorrido em Portugal «potencia vantagens comparativas e sinergias no estabelecimento de contactos directos» entre pequenas e médias empresas dos países envolvidos.

Por outro lado, adiantam as conclusões, o reforço de cooperação passa pela sinergia e aptidões mútuas, sendo fundamental que, por um lado, seja feita a potencialização dos laços tradicionais de relacionamento entre muitas empresas portuguesas e congêneres dos países africanos de expressão portuguesa, «em termos de inserção dos próprios países lusófonos nos respectivos mercados regionais» e que, por outro, seja considerada a experiência acumulada portuguesa no relacionamento, investimento e comércio com países em vias de desenvolvimento.

Os intervenientes no seminário foram de opinião que a maioria dos países ACP exige tipos de investimento apropriados ao seu dimensionamento industrial, pelo que é importante que seja fomentada, em muitos casos, a realização de pequenos projectos, a partir do saneamento, recuperação e desenvolvimento das grandes estruturas de base.

Carências várias

As intervenções dos participantes, em representação dos Estados ACP, mostraram haver carências em diversas áreas, nomeadamente na formação, sendo defendidas acções concertadas, dirigidas a quadros, bem como destinadas à criação de classes empresariais autónomas e à modernização tecnológica, com o envolvimento da racionalização de investimentos, a fim de assegurar o apoio logístico necessário.

Segundo foi adiantado e os participantes aceitaram como ponto certo, os países ACP «têm grandes carências tecnológicas e a prática demonstra que não é viável a transferência pura e simples de soluções tecnológicas de países mais avançados para estes Estados». Importante, pois, ter em conta identidades económicas, culturais, sociais e políticas, adaptando as tecnologias intermédias que possui, adaptáveis facilmente às realidades desses países, pelo que as empresas nacionais têm «uma potencialidade inata de relacionamento preferencial com empresas e entidades de países ACP, mesmo como interfaces de ligação de outras entidades», nomeadamente comunitárias, com as empresas e Estados daquele bloco.

Para o reforço da cooperação entre empresas de países mais desenvolvidos e os ACP são necessários instrumentos, financeiros e não financeiros, que dêem maior segurança aos investidores, bem como «financiamento de operações com um enquadramento financeiro claro e concretamente definido», para além de informação sobre oportunidades comerciais e «joint-ventures» e garantias de riscos cambiais.

Desestabilizar economias

As intervenções dos participantes no seminário apon-

tam para uma outra conclusão, também aceite por todos. Trata-se de salientar que «toda esta política se desenvolve no pressuposto da desestabilização das economias».

Embora tenha havido alguns pareceres contrários, mais expressos nos corredores que na sala, foi definido que a «criação de um sector privado forte impõe-se como fundamental no processo de desenvolvimento económico e social que os países ACP pretendem alcançar». O sector privado, como consequência das reformas económicas e políticas que se verificam nesses Estados, é considerado como fundamental.

Conforme referido, há perspectivas «de liberdade de iniciativa económica» devido às reformas, contribuindo o sector privado para o aceleração de maior abertura, intervenção e competitividade. «É, aliás, o reconhecimento da importância de que o sector privado se reveste, que leva a Convenção de Lomé IV a destacar o apoio que a lhe é consignado», afirmam as conclusões.

O parecer dos participantes é, igualmente, que o universo das PME de cada país deverá estar articulado com entidades de livre associativismo, como são as câmaras de comércio e indústria, associações industriais e comerciais e outros organismos privados representativos do sector, de forma a que o defendam «e façam ouvir a sua grande voz».

Almeida Henriques



Durão Barroso, na sessão de abertura: «Necessário estreitar relações empresariais já existentes»